

# A Defesa Nacional



**EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA**

**N. 562**

**BRASIL**

## DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

### *Diretor-Presidente*

Gen João Baptista de Mattos

### *Diretor-Secretário*

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

### *Diretor-Gerente*

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

### *Conselho de Administração*

Cel Golbery do Couto e Silva

Maj Amerino Raposo Filho

### *Conselho Fiscal*

Gen Armando Batista Gonçalves

Cel Adailton Sampaio Pirassununga

Ten-Cel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

### *Suplentes*

Cel João Batista Peixoto

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Maj Nilton Freixinho

### *Chefias*

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado

Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)

## PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH



# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVIII 2	Rio de Janeiro, GB — Maio de 1961	Número 562
-----------------	-----------------------------------	---------------

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

	Págs.
Discurso do Presidente da República — 4 de maio de 1961 .....	3

### ASSUNTOS MILITARES

I — Os Conceitos Comunistas dos Princípios de Guerra — Condensado pelo Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu .....	13
---	----

### EXÉRCITO

Como a Artilharia Brasileira "Salu da Crista" — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas .....	27
Saudação a Sampaio — Cel Raimundo Teles Pinheiro .....	31

### CANDIDATO A ECEME

I — Questões de Geografia e História do Concurso de Admissão à ECEME (de 1939 a 1960) — Maj Germano Seidl Vidal .....	39
--	----

### MARINHA

O Navio, Construção de Aço — Heitor da Cunha Pessoa .....	53
---	----

### DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

I — Bases Filosóficas (Podemos Combater?) — Maj Sebastião Ramos de Castro .....	77
II — Guerra Revolucionária (A Guerra Termonuclear e o Problema das Populações Cíveis) — Ten-Cel Int Victor Werner .....	81
III — Organização (Ministério da Defesa, Solução Política, Administrativa ou Técnica?) — Maj Germano Seidl Vidal .....	87

## GUERRA QUÍMICA

	Págs.
O Lixo Atômico — Cap Art Diógenes Vieira Silva .....	89

## INFORMAÇÕES

O "Intelligence Service" .....	97
--------------------------------	----

## AMAN

Homenagem Sesquicentenário .....	111
----------------------------------	-----

## LIDERANÇA

Os Perigos da Chefia Segundo Ordway Tead — Cel J. J. de Camerino ...	125
--	-----

## HISTÓRIA

Por Trás da Revolução de Maio (Argentina, 1810) — Carlos O. Stoetzer	135
--	-----

## GEOGRAFIA

As Contradições da Realidade Indiana .....	141
O 17º Regimento de Infantaria de Cruz Alta .....	143

## CIÊNCIA E TÉCNICA

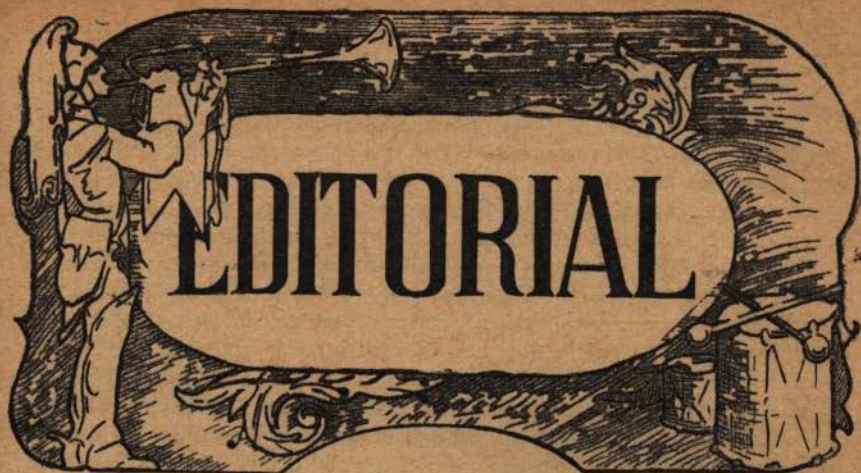
I — Energia e Desenvolvimento Industrial — Sylvio Fróes Abreu .....	147
II — Energia Elétrica .....	165

## ASSUNTOS DIVERSOS

Possibilidades de Intercâmbio Entre o Brasil e o Mundo Afro-Asiático — Alcio Chagas Nogueira .....	173
--	-----







## DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

4 DE MAIO DE 1961

Providências no sentido de conter a alta do custo de vida foram anunciadas e prometidas pelo Presidente Jânio Quadros, em seu discurso feito na biblioteca do Palácio da Alvorada e transmitido para todo o País pelas emissoras de rádio e televisão. Variados aspectos da conjuntura econômico-financeira e seus reflexos na vida do povo foram abordados pelo Chefe do Governo, que deu contas à Nação das medidas que estão sendo postas em prática e que serão pedidas ao Congresso ou tomadas pelo Executivo com a urgência que a atual situação reclama.

A seguir, íntegra do pronunciamento do Presidente Jânio Quadros:

1 — “Brasileiros. Preliminarmente, dirigindo-me aos meus patriotas de todo o País, na televisão e no rádio, sendo visto e ouvido, ou só ouvido, permitam-me todas umas poucas palavras brotadas do coração. Ainda há pouco tempo eu me achava em campanha eleitoral. Vamos lembrar o que disse nas praças, o que afirmei em comícios. Eu não conheço melhor maneira de aferir a honestidade de um candidato. Recordo-me bem, asseverei a todos que faria um Governo honesto, um Governo justo, um Governo duro, um Governo de sacrifícios. Asseverei a todos que, na minha opinião, esse País caminhava para uma crise terrível e só se safaria dela pela vontade firme de cada um de seus filhos empenhados no trabalho construtivo.



Não prometi milagres. Em inúmeras ocasiões disse mesmo que não sabia fazê-los, que não tinha a vara de condão das fadas.

Muito bem. Instruiu-se o Governo. Há quem me indique nêle qualquer traço de favoritismo para qualquer partido, para qualquer grupo, para qualquer indivíduo? Há quem veja nêle, acuse nêle, qualquer desonestidade? Há quem negue que o Governo escolheu a porta estreita da Bíblia, o difícil, o árduo, o penoso, para cumprir os seus deveres e pôr em ordem esta Nação? Há quem veja no Governo tibieza? Medo? E haverá um homem normal, um só, no proletariado, na classe média, nas elites, que suponha que o Governo é constituído de suicidas, inclusive o Presidente, disposto todos a ferir o povo, a maltratá-lo, a empobrecê-lo? Quanto se originou da mais soberba manifestação da vontade popular que o Brasil já viu? E então? De que se acusa o Governo? De que se acusa com consistência, de que se acusa com lógica, de que se acusa com honestidade o Governo? Eu não posso considerar nem por um minuto aquêles que dão a entender que êste é um Governo de esquerda, um Governo perigoso porque se vincula a neutralistas ou a extremistas. Não posso receber como válida tampouco a crítica de alguns que declaram que êste é um Governo direitista, um Governo fascista, um Governo ligado a interesses imperialistas. Eu não posso responder à crítica que nasce da malícia, que nasce da má-fé, que nasce da maldade, que nasce de interesses inconfessáveis, internos ou externos. Não! O que devo fazer no exercício do mandato que recebi colhido nas origens mais puras, colhido no voto livre, do povo livre, sofrido, insubmisso e rebelado? O que posso, e só, é cumprir o meu dever. E o meu dever exclui os aplausos fáceis que eu não procuro. Na verdade, brasileiros, se há o que eu temo, o que me horroriza são aplausos fáceis. Quando batem palmas em torno de mim eu me pergunto sempre se não estou errado. Mas se os aplausos não me tranqüilizam, se os aplausos não me fazem feliz necessariamente — porque eu os recebo com reservas — os apupos também não me impressionam. As manifestações de desagrado também não me sensibilizam, se eu tiver a convicção, essa que cada um de nós experimenta na sua consciência, no seu fôro íntimo, no travesseiro sobre o qual repousa a cabeça, toda a noite, de que cumpri com o meu dever. Aí está para o que você me elegeu, e, não me tendo eleito, porque votou contra mim, aí está o que você exige do seu Presidente. Porque neste momento eu não sou o Presidente dos que me elegeram, alguns, arrependidos agora, para vaidade minha. Esse arrependimento me agrada. Eu sou o Presidente dos que votaram contra mim também, de 70 milhões de irmãos, angustiados, mas cheios de esperança, porque filhos de uma grande nação cônscios do próprio futuro, do futuro da Pátria. Lembrei a cada um de vocês o que disse na campanha, o que disse nas praças e nos comícios. E está gravado o que eu disse. Mas fui além. No dia da posse, fiz um discurso aqui. Lembram-se, vocês que me vêem e ouvem, ou apenas me ouviram? Duro, duríssimo, o discurso. Rigorosamente ao longo dos discursos da campanha. A mesma linguagem, o mesmo homem. E, não demorou muito, fui a Caxias do Sul, no Rio Grande, e declarei lá, para que



tôda a imprensa publicasse, que em pouco tempo seria uma das pessoas mais impopulares no Brasil. Não se recordam? Procurem os jornais. São de ontem ainda. E leiam. Era a porta estreita que eu estava vendo. Arrumava uma nação assim, com sacrifício. "Já sei — alguns estarão dizendo — sacrifício para os trabalhadores". Respondo eu: não. Até onde eu tenha poderes, até onde eu tenha forças, até onde eu tenha autoridade. Não !

2 — O que entendo, dentro do regime democrático, é a reformulação da nossa vida. Novas diretrizes para todos nós, políticas, econômicas, administrativas, sociais, que ofereçam a todos, pelo menos, e na medida em que isso é possível, as mesmas oportunidades. Livre, inteiramente. Tudo o que desejo é rasgar para o Brasil e para a sua gente novos rumos, novas perspectivas, no plano internacional e dentro da nossa casa. Tudo o que desejo é que cada um trabalhe, que cada um construa, que cada um leve o seu tijolo à obra comum. E não quero nada que eu mesmo não faça. Mas qualquer reforma, e sobretudo esta, que é uma reforma de princípios, que é uma reforma de fundamentos, que é uma reforma de consciências, que é uma reforma de vontade, encontra opositores terríveis. E enquanto eu me movo, procurando construir e concitando 70 milhões de irmãos a construir também, todos aqueles que são alcançados, todos aqueles que são atingidos, todos aqueles que, na convocação para a obra comum, devem limitar as suas conveniências e os seus apetites, voltam-se contra mim, embora saibam que estão se voltando contra a verdade e contra a Nação. Sabem, se se consultarem lá no fundo. Sabem. Mas esta é uma consulta que, aparentemente, nunca fazem.

Brasileiros. Não me deixarei intimidar, nem me deterei. Perdoem-me até o calor desta palavras, que não traduzem bem a minha paz de espírito. Continuo sem ódio a quem quer que seja: com bondade, senão carinho, para todos. E nada me intimidará, e nada me deterá, porque sei que estou com a verdade, e os que me combatem o sabem também. Não procuro a popularidade, não me convencem os aplausos fáceis. Apenas começo o Governo. Não receio os apupos e as zangas — quero cumprir o dever. Eis o importante, cumprir o dever ! O dever junto a cada um de vocês, ainda que cada um de vocês não me compreenda. O fato de não ser compreendido importa pouco. O que me importa é cumprir o dever. Como eu cumpro agora, entrando na sua casa, brasileiro, depois de doze ou treze horas de trabalho ininterrupto. Já percebem por que eu exijo seis, sete ou oito dos meus patricios ? Dou doze, dou treze e dou quatorze horas.

3 — Nada peço, que eu não faça. Aqui, à minha esquerda, encontram vocês um gráfico: aumento do custo de vida. Nesse gráfico, representando o aumento do custo de vida, têm vocês a parte que toca à famosa Instrução 204, que apenas estabelece a verdade. Dou ao dólar o valor que o dólar tem, e sempre teve. É a herança inflacionária que recebi. Então a 204 é um oitavo desse aumento do custo de vida. É evidente



que o malandro, o oportunista, o safado, o desonesto, onde quer que êle se encontre, há de atribuir à 204 tudo isto e mais alguma coisa. Se êle puder mergulhar as mãos nos seus bolsos, fá-lo-á dizendo: "cobro tanto — e irá até aqui, ou mais, e irá além — por causa do Jânio". Êle não dirá, sobretudo, o que fôr grande e poderoso, que em outubro, novembro e dezembro o Brasil emitiu, isto é, fêz imprimir e atirou no seu mercado entre 25 a 30 milhões de cruzeiros. Já imaginaram isto empilhado? Entre 25 a 30 milhões de cruzeiros? Êle não dirá que novos salários foram decretados; não dirá que só os vencimentos aumentados do funcionalismo significam oito bilhões de cruzeiros por mês. Por mês! Êle não dirá que, em 1961 — em 31 de janeiro, eu tomava posse —, o deficit da República, isto é, a diferença entre a receita, entre a arrecadação, entre as disponibilidades, entre o dinheiro do Governo e as despesas, ultrapassava duzentos bilhões de cruzeiros. Seria fácil — não? — continuar imprimindo. Foi então, em outubro, novembro e dezembro, mais de 25 bilhões, e quem sabe de 30 bilhões. Dez bilhões por mês! Por quê não emitir, e não emitir quinze, não emitir vinte?

4 — Conhecem uma história autêntica da China? Se não conhecem devem conhecê-la. Eu a narro, mesmo repetindo-a. É do cidadão que foi a um Banco de Xangai e levou um cheque de um milhão de dólares chineses. Fala o caixeiro: Não posso pagar; não posso pagar porque só tenho cédulas de um dólar e o senhor teria que sair daqui com alguns fardos, alguns pacotes de cédulas. Não importa; eu tenho pressa e levo. Foram feitos os amarrados. E seguia êle pelas ruas quando alguém o deteve: fulano, que é que você conduz aí, com êsses dois empregados que levam, amarrados, os fardos na cabeça? Dinheiro. Dinheiro? E quanto? Um milhão de dólares. Um milhão de dólares? Dinheiro nôvo? Nôvo. Pois bem: dou-lhe um cheque de 1.200 dólares pelo papel.

Não demoraria muito e o nosso povo estaria vendendo na esquina o salário recebido no fim de cada mês, pelo papel. Êste país chegou a um tal ponto que já não podia imprimir as suas cédulas de um cruzeiro; era perder dinheiro. Custava mais de um cruzeiro imprimi-la. Imprimir uma de dois cruzeiros era perder dinheiro. Custava mais de dois cruzeiros imprimi-la. Os nossos níqueis desapareceram, transformados em chaves e em não sei que mais. E desapareceram até as moedas grandes, praticamente sem peso, sem substância e sem valor intrínseco. Então, que sucedeu? Detive eu o carro, que ia nessa velocidade espantosa na direção do abismo. Apliquei-lhe freios de pé e de mão, para que se detivesse. Alguns me perguntam: por que não freou devagarzinho? Eu conto, mesmo quando se detém um carro com pés e mãos, brutalmente, êle ainda desliza centenas de metros, e nós já estamos junto do abismo. Se eu brecasse devagarzinho, muitos dos que andam por aí dizendo estultices, como a que eu ouvi um dia dêsses (a 204 — afirmavam alguns nacionalistas entre aspas — golpeia a Petrobrás).

Muitos dêsses cavalheiros já teriam encontrado o clima que procuram e desejam para pôr fim à nossa ordem democrática. Então a 204



prejudica a Petrobrás... Não é o que pensa um grande baiano, que dirige o Conselho Nacional do Petróleo; não é o que pensa outro grande nordestino, que dirige a própria Petrobrás; não é o que pensa a Petrobrás, que encontrei de joelhos ou de rastros, sobre a barriga, pedindo um bilhão de cruzeiros ao Banco do Brasil. Quebrada. Falida. E eu, que fui acusado de entreguista, sou que a sustenta, que a mantém, quem a defende e vai sustentá-la, mantê-la e defendê-la a qualquer custo. Hoje, com a 204, deve ser a feliz possuidora de alguns bilhões, pagos pelo nosso povo, para uma empresa que é do nosso povo e que só tem um objetivo: a emancipação do nosso povo. Quem mais irá para ela? Devo pedir aos trustes que a ajudem? Ou ao povo? O quadro seguinte mostra, em dezembro, o papel-moeda em circulação depois dos 25 ou 30 bilhões, em três meses, e a relação entre esse papel-moeda atirado no mercado e o custo de vida em março. Porque esse é um reflexo que não se verifica instantaneamente. Se eu hoje apanhar o telefone que está mais próximo e mandar o Banco do Brasil emitir um bilhão, dez bilhões, e lançá-los na circulação, ao fim deste mês você não sentirá. Não. Quem sabe se no próximo mês você já principiará a sentir? Mas, dentro de sessenta ou noventa dias, posta em circulação essa massa de dinheiro, para a mesma quantidade de mercadoria, você vai sentir. Ora, se sentirá! Sobre tudo quando todo o povo, inclusive o poder econômico abusivo — porque o outro, o que tem finalidades nobres, sociais, se respeita — fica sabendo que o Governo Federal adotou, através da 204, medidas corretivas, medidas impositivas dessa tragédia.

5 — É evidente que o custo de vida sobe — continuou o Presidente. Mas, que preferiria você? Que o custo de vida subisse todo mês, mês a mês, sem deter-se nunca? Ou que ele subisse através da correção, através do restabelecimento da verdade, para deter-se, afinal, com as providências complementares que o Governo tomou ou tomará? Ou haverá alguém (insisto, repito) que suponha que o Governo é constituído de suicidas ou de criminosos, que querem destruir-se ou destruir o povo, a que está esse Governo ligado, porque dele emanou, como brota a água das fontes mais lindas? Em setembro foram emitidos nove bilhões e quinhentos milhões; em outubro foram emitidos três bilhões e novecentos milhões; em novembro foram emitidos dez bilhões e cem milhões; em dezembro foram emitidos doze bilhões e seiscentos milhões. Mas não imagine você que o Governo apenas emitiu. Não. Ele obteve dinheiro vendendo dólares no Banco do Brasil, que não tinha, vendendo quantidades fabulosas de dólares, a todo o mundo que quisesse comprar, para entregar depois. E depois sabem quando era? Agora. Eu entreguei. Eu não. Você, que não vendeu os dólares, como eu não vendi. Quem sabe se eu encontro o valor desses dólares? Essas vendas ascenderam, nos meses de setembro a janeiro, a 106 milhões de dólares, o que significa vinte e dois bilhões de cruzeiros. Eu quis repetir, mas penso que devo ter dito tudo isso em voz bem alta. Além disso, nesse mesmo período, vendeu o Governo 125 milhões de dólares das cotas normais, rendendo mais de 26 bilhões de cruzeiros e deixando engavetados no Banco do Brasil compromissos vencidos



da ordem de 180 milhões de dólares. Aí esta o que encontrei ao abrir as gavetas do Banco do Brasil, dentre outras coisas. 180 milhões de dólares vendidos e inexistentes. O Governo vendia, arrecadava os cruzeiros, empregava os cruzeiros, e a entrega dos dólares só se faria depois, com outro Governo. Não está bem? Quem não gostaria dessa mágica, na sua casa, se a Polícia deixasse?

6 — Nos quadros seguintes (quadros à disposição de quem os deseje), têm vocês, meus compatriotas, a curva dos meios de pagamento, a curva dos índices de preços acompanhando os meios de pagamento, e a linha quase estática, quase imóvel, do produto real. Então, observem: em 1948, o produto real era 100; em 1960, o produto real será 200. Dobrou. Em 1948, o índice de preços era 100; em 1960, o nível de preços ultrapassa 700. Em 1948, os meios de pagamento são 100; em 1960, os meios de pagamento chegam a 1.200. E ainda há quem fale na 204, merecendo ser pôsto sobre os joelhos, ter determinada parte mais carnuda, que Deus todo o poderoso fez, muito a propósito, mais descoberta, para receber vigorosas palmadas. Este quadro? (custo de vida na Guanabara). Cariocas, aqui está o responsável pela 204, em carne e osso, e cada dia que se passa, mais em osso do que em carne. Em agosto e em março, observem — isto não é uma ascensão; isto é uma disparada. Exatamente por causa disso, várias democracias já desapareceram. Converteram-se em ditaduras da direita ou em ditaduras da esquerda, sobretudo em ditaduras da esquerda, em Estados comunistas. E, enquanto eu viver, isso não acontecerá à República, não comigo no Governo. Vejam o papel-moeda. É a 204 em agosto, em setembro, em outubro, em novembro, em dezembro? Em janeiro, em fevereiro? Não é. Então, que é? Quem, olhando a Bandeira, pensando neste País, contemplando os operários, o Nordeste, a Amazônia sofrida e miserável, o Oeste para conquistar, mo dirá?

7 — Se não foi a 204 em setembro, em outubro, em novembro, em dezembro, em janeiro, em fevereiro — que é? Eu respondo: É a catadupa de papel pintado, de papel prostituído, de papel infamante, com o nome de dinheiro, que se derramou por aí, nas aventuras, no filhismo, no compadrio, no escândalo, na imoralidade e no furto. Muito bem. O quadro seguinte vai-lhes mostrar, brasileiros, uma coisa assustadora, quase inacreditável. Eu já fui vereador, deputado, prefeito, governador. Sou Presidente agora, por cinco anos. Nunca vi nada semelhante, nem pensei que existisse. É a produção agrícola. Os preços mínimos, os preços mínimos fixados pelo governo e os preços mínimos vigentes. Então, vejam. Preços mínimos fixados pelo Governo em 1960: milho, 315 cruzeiros; cotações médias do milho em 1959, 617 cruzeiros; cotações médias do milho em 1960, 500 cruzeiros. O preço mínimo 315; as cotações médias, 617 e 500, respectivamente. Feijão: Preços mínimos em 1960, 546 cruzeiros; cotações médias em 1959, 2.596 cruzeiros; em 1960, 2.034 cruzeiros. Comparem as cotações com o preço mínimo oferecido pelo Governo. E podem observar o mesmo fenômeno para o arroz: 870, 1.721,



1.831. Estranham vocês que não houvesse produção? Estranham vocês que ninguém quisesse plantar? Estranham vocês que a pequena produção que resulta desse quadro caísse em mãos de açambarcadores, de atravessadores, de comerciantes inescrupulosos? Teria sido possível baratear a produção de gêneros alimentícios, dentro desse quadro?

Amanhã ou depois, o "Diário Oficial" publicará um decreto revolucionário: o decreto dos novos preços mínimos, procurando aproximar esses preços do mercado internacional, procurando encorajar os agricultores, aqueles que realmente plantam, aqueles que realmente colhem, concedendo-lhes não só a garantia dos preços mínimos, como o financiamento de que carecem, com certeza, ainda, de que o Governo entrará no mercado para comprar, se os intermediários, se os atravessadores, se os negociantes não pagarem o preço justo. Este é o decreto que considera centros de consumo os portos de escoamento, mas, além dos portos de escoamento, considera centros de consumo São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba; o decreto que declara privativo dos lavradores e das cooperativas esses preços, que só poderão ser estendidos a terceiros desde que comprovem haver efetuado as suas aquisições diretamente dos produtores ou das cooperativas e pelos preços mínimos fixados. Então, temos preços mínimos para o arroz, para o feijão, para o milho, para o amendoim e para o feijão-soja. Temos esses preços mínimos estendidos aos remanescentes dos anos agrícolas de 60 e 61, para apanhar, ainda, os produtores que possuam parte ou a totalidade da respectiva produção.

8 — Sou capaz de apostar com vocês que não faltará quem diga que estes preços mínimos vão levantar os preços dos gêneros que aqui se encontram. Mas eu indago: se não concedermos àquele que produz, àquele que planta e que colhe a segurança de uma atividade remuneradora, de uma atividade compensadora, como poderemos pretender abundância na produção? Como poderemos pretender a redução nos preços, que decorre dessa abundância e somente dessa abundância? Como poderemos pretender excessos na produção, sobras na produção que permitam ao nosso país vender, vender ao estrangeiro, para que possa comprar do estrangeiro? Ao invés de mandar buscar o feijão podre dos Estados Unidos, por que mandar o excesso da nossa produção de feijão para os mercados consumidores? E do milho, e da soja, e do amendoim e do arroz? Ainda agora, autorizamos o Rio Grande a vender o excesso do seu arroz. O Rio Grande que precisa de tudo, de estradas de rodagem, de ferrovias, de portos, de energia elétrica, e não tem com que pagar isso de que precisa, exceto se vender o excesso de sua produção, se puder colocar na grande Pátria de todos nós o que produz e, sempre que produza mais do que a Pátria reclama, vender esse mais. O decreto que S. Exa. o Ministro da Agricultura elaborou é uma medida que me envaidece, compensa-me de muitos sacrifícios, de muitas decepções, e, conjugada com outras medidas que o Banco do Brasil está adotando, vai possibilitar ao nosso País a fartura a que temos direito. Eu falei que a garantia de preços mínimos ia favorecer dessa vez ao produtor, a cooperativa,



ou o intermediário, ou o comprador que tenha adquirido do produtor ou da cooperativa pelos preços mínimos do decreto. Esses levantarão dinheiro no Banco do Brasil. Sômente êsses.

Agora, a revelação que eu lhes prometi no ano passado: as operações do Banco do Brasil, de financiamento, empréstimos para os produtores agrícolas, alcançaram Cr\$ 2.040.000.000,00, em números redondos. Cr\$ 2.040.000.000,00! Pois bem. Para os produtores dos Cr\$ ..... 2.040.000.000,00, apenas foram Cr\$ 13.884.512,20. De Cr\$ ..... 2.040.000.000,00! Já sei o que alguém possa estar pensando: "Há um engano. E o resto". O resto para os intermediários; o resto para os negociantes; o resto para os atacadistas; o resto para os atravessadores. Para os que produziram, isto: 0,7%; para os que negociaram, isto: 99,3%. Papel-moeda impresso por um lado e êsse tratamento para a agricultura por outro, e se estranhe, ainda há quem estranhe que o custo de vida tenha subido e ainda esteja subindo, sobretudo agora, no mêdo da 204.

9 — Solicitei aos Srs. Ministros de Estado, coordenados na sua ação pelo Ministro João Agripino, um paraibano, um homem do nordeste, até hoje logrado e furtado, a elaboração de um projeto de lei que fôsse levado ao Congresso Nacional como a primeira contribuição do Governo para pôr um termo aos abusos do poder econômico. Sou um democrata convicto, um homem da livre empresa. Alguém que deseje ver a iniciativa privada dêste país valorizada. Mas com êsse entender sou um homem que não acredita que a cupidez, a ambição assim férrea possam construir ou modificar. Vou além. Toda a democracia que não se defende contra as atividades predatórias, contra as atividades de rapina do poder econômico desvirtuado, deformado e corrompido, é uma democracia que se condena a desaparecer. Há por aí muita gente que supõe que uma das condições da essência democrática é ser democrático inerte, indefeso. Então, em que consiste a boa democracia para êsses cavaleiros? Consiste num regime que se erige em nome do povo e para o povo e que possibilita deliberadamente, dentro de si, no seu seio, o aparecimento das forças que o destruirão. Não penso assim. Vejo a democracia como uma estrutura político-filosófica de luta que está constantemente se aperfeiçoando na vivência, na prática e, por isso, sob a égide da lei, melhorando os seus instrumentos de ação e aprimorando o seu próprio organismo. Combater o abuso do poder econômico é condição de sobrevivência democrática, porque o abuso infrene do poder é a morte do regime democrático. É a negação do regime democrático, cujos fundamentos ainda se encontram, na sua expressão mais singela, naquele notável discurso de Montesquieu: "O Governo do povo. Pelo povo e para o povo".

Amanhã ou depois de amanhã estará nas mãos dos senhores congressistas, estará em mãos do poder mais extremamente vinculado ao povo, do poder que deve ser o seu intérprete, o seu arauto, que deve ser a sua expressão, que deve ser o seu vigor, a sua inconformidade, a sua vi-



gilância, o projeto que o Governo elaborou para o combate ao abuso do poder econômico. Severo, sim; rude, mas indispensável. É um em vários, porque não demorará que o Governo encaminhe o dos lucros extraordinários, que o Governo encaminhe o da remessa de lucros para o exterior, que o Governo encaminhe o do Imposto sobre a renda, que o Governo encaminhe o da reforma bancária, para mencionar alguns ao acaso. Porque sem armas o Governo não luta, sem armas o Governo não preenche as suas finalidades. Sem armas, o Governo não cumpre o seu dever.

10 — Eu ia prosseguir, mas talvez abrevie as minhas considerações com umas poucas palavras dirigidas a cada um e a todos. Ouçam bem! A 204 foi baixada por mim, mas foi escrita por outros. Os que me precederam, os que estiveram aqui antes de mim redigiram a 204. Deram ao dólar e às moedas estrangeiras o valor que a 204 confessa. Pagavam a diferença do preço do petróleo, pondo as mãos no bolso de todos, sem que ninguém sentisse no instante essas mãos estranhas. E assim faziam com o trigo, e assim faziam com o papel de imprensa. No caso do petróleo, quase liquidaram a Petrobrás. No caso do trigo, quase liquidaram a tricultura gaúcha porque era mais conveniente importar pagando a metade do preço para que o Governo pagasse a outra metade do que plantar no sul. No caso do papel, não só esse falso dólar, esse dólar que não existia, esse dólar que era uma abstração, esse dólar mentiroso, não encorajava também a nossa produção industrial de papel que precisava receber proteção artificial, postiga, como ainda permitia os jornais de 140 folhas ou 160 páginas, muito próspero, muito rico, muito mesmo obrigado.

Pois bem, volto ao que lhes assegurei ao início: este é um Governo vivo, sem donos nem influências, sem amizades nem ódios que não à base de interesse nacional. Este é um Governo sem temores, ninguém vivo o amedrontará. Todos os dias demitem um dos meus ministros — é o da Guerra, é o da Educação, é o da Fazenda, é o da Agricultura. Pois enganam-se os que os demitem; só eu posso demiti-los e não vou fazê-lo. Conservar-se-ão até que cumpram seu dever como eu ou até quando eu o julgue que devam ser substituídos e mais ninguém. Não me atormentam as mentiras, as infâmias, as provocações, inclusive dos companheiros de ontem. Não receio a falsa opinião, a opinião fomentada, a opinião construída, a opinião que resulta dos esquemas mais espúrios, filha dos esgotos, dos apetites, e ninguém perturbará a ordem desse País comigo vivo. Ninguém! Eu não aconselharia quem quer que fôsse a tentá-lo. Tenho absoluta confiança no futuro. Disse-lhes ainda ontem, em Caxias do Sul, que estava disposto a ser um dos homens mais impopulares da República, e o serei se preciso. Mas, se cada um que me ouve não fôsse capaz de reconhecer o meu esforço no Governo, eu ainda o faria, na certeza do reconhecimento dos filhos, das gerações que virão.

Vencidas essas dificuldades, superadas essas aflições, ultrapassado este pânico tão artificial e tão mentiroso como é o câmbio de custo, por-



que criado pelos beneficiários do câmbio de custo, o povo brasileiro verá abrir-se à sua frente uma longa e ilimitada avenida de paz e prosperidade. Não é povo que se arreceia de nada, é povo generoso, capaz, honesto, herdeiro soberbo de tradições soberbas, que a nossa História escreve e são a nossa fortuna. Quero vê-lo com as mãos para a Ásia, para a África, para a Europa, para este Continente, o do seu bêrço.

Quero vê-lo onde as suas conveniências lhe recomendem a presença.

Há dias, um grande jornalista, um jornalista digno, jornalista austero, um jornalista convicto de suas responsabilidades perante si mesmo, me perguntava qual a minha política exterior em relação às nações da Cortina de Ferro. E gostou da resposta. Eu a reproduzo aqui: Reconheço tôdas as Rússias, reconheço parte das Rússias, não reconheço nenhuma Rússia, conforme o Brasil reconhece. Aí está a minha política exterior, que alguns homúnculos e que alguns poltrões não vêem. Então, meus patrícios, ao trabalho, ao trabalho, olhando a espôsa e as crianças onde as haja, certo cada um de que o Presidente e os seus companheiros trabalham também por êles. Errando — são homens — caindo, erguendo-se, mas caminhando sempre. Logo depois de eleito, os dirigentes operários de São Paulo, aos quais tanto devo, me procuraram na minha casa, na Rua Rio Grande, e me pediram que lhes falasse algumas palavras e eu disse:

“Quero um ano de confiança”. Foi o que pedi. Lembram-se? Devem estar me ouvindo, vendo e ouvindo. Um ano! E acrescentei: “Haverá momentos em que duvidarão de mim. Conservem a fé, que Deus nos amparar e nos abençoará, a bem da Pátria”.







## **ASSUNTOS MILITARES**

### **I — OS CONCEITOS COMUNISTAS DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA**

Condensado pelo Ten-Cel Hugo de Andrade  
Abreu. Artigo de autoria do Cap D. G. Lom-  
omis, do Exército Canadense e publicado no  
"Canadian Army Journal".

Desde que surgiu o Islã, há 1200 anos, o Ocidente nunca esteve tão seriamente ameaçado como hoje, mas desta vez pelo comunismo. A análise das circunstâncias em que surgiu o comunismo e se verificaram os seus êxitos no Século XX, reveste-se da maior significação para os que vivem em uma democracia, sendo ainda de valor inestimável para os que se dedicam ao estudo da guerra.

A finalidade deste artigo é estudar o desenvolvimento e os métodos empregados pelos comunistas na conquista de seu êxito generalizado. Deste estudo se verificará se estão sendo utilizados quaisquer princípios diferentes ou novos.

O estudo deve ter como ponto de partida o começo do comunismo. Não é de surpreender o fato de se verificar que os dois grandes teóricos, Marx e Engels, lançaram os fundamentos de uma política militar para apoiar na prática suas teorias econômicas e políticas, ao passo que suas teorias no campo não militar foram reunidas nas obras intituladas "Capital" e "Manifesto", mas as suas diretrizes militares jamais foram compiladas. O que surpreende é que, até agora, suas doutrinas militares não tenham sido amplamente divulgadas em nosso idioma.

#### **A GUERRA SEGUNDO MARX E ENGELS**

O alvo de toda a teoria e de toda a prática dos comunistas é, nada mais nada menos, do que a propagação do comunismo pelo mundo todo.



Sejam quais forem as circunstâncias, não se pense que pelas cabeças dos comunistas passa sequer a idéia de desistir de atingir êsse alvo. Neste particular, eles têm sido sistemáticos em seu apêgo ao princípio de Seleção e Manutenção do objetivo visado durante os últimos cem anos.

Marx, em sua "Tese sôbre Fauerbach", escrita em 1945, afirma: "Para tornar uma realidade a revolução mundial, as considerações de ordem estratégica são, por isso, primárias e fundamentais". Esta declaração será compreendida por quem quer que esteja familiarizado com a guerra. Entretanto, a interpretação dela por Marx e Engels é um marco no desenvolvimento do pensamento militar. O conceito da nação em armas foi fundamental em seu pensamento. Eles reconheceram a guerra como de natureza quádrupla — diplomática, econômica, psicológica e, em última instância, militar. A conexão íntima disto ainda não foi inteiramente compreendida por tôdas as nações, muito embora ela tenha sido, durante muitos anos, a base operativa dos comunistas.

Foi Engels e não Marx quem desempenhou o papel importante na formulação da política militar inicial dos comunistas. Hoje, os resultados de seus ensinamentos podem ser vistos, em prática, dentro dos vários países comunistas ora existentes. Nos primeiros anos de sua vida, Engels teve experiência como soldado, e nos últimos, já no exílio, trabalhou como correspondente militar para vários jornais. Seus escritos mostram uma assombrosa familiaridade com os feitos e ensinamentos dos grandes estrategistas militares do passado. Além disso, foi profundo o seu conhecimento detalhado da organização e funções dos exércitos mais poderosos durante a última metade do Século XIX. Foi nesta experiência que se basearam muitos dos preceitos dos comunistas sôbre a guerra.

Para Engels e Marx, a guerra deveria ser conduzida por diferentes meios quando em campos diferentes. O resultado disto achá-se declarado com precisão, por Engels, em uma carta que endereçou a Marx em 25 de setembro de 1857, na qual se encontra o seguinte trecho: "O combate é para a guerra o que o pagamento à vista é para o comércio, porque, por mais raro que o combate possa ser, tudo é dirigido no sentido dêle, que eventualmente pode ocorrer e deve ser decisivo". Nos pensamentos de Engels e Marx sôbre a guerra, é possível discernir três estágios de desenvolvimento. O primeiro é uma análise minuciosa das táticas de guerra civil que surgiram como consequência do malôgro da revolução social na Europa em 1848. O segundo período ocorreu durante as primeiras fases de seu exílio na Inglaterra, na década de 1850. Êste período presidiu ao estudo da estratégia como era praticada então, pelas principais potências. O estágio final, durante a década de 1860, resultou no desenvolvimento teórico da natureza e conceitos do estado revolucionário. Como resultado de seu trabalho, pode ser encontrado o padrão da guerra total moderna. A aplicação integral de suas teorias está apenas emergindo cem anos após a sua exposição.

O malôgro da revolução social em 1848 induziu Engels a declarar: "A crise comercial mundial de 1847 foi a verdadeira causa das revolu-



ções de fevereiro e março, e a prosperidade industrial que chegou gradualmente nos meados de 1848, atingindo seu pleno florescimento em 1849 e 1850, foi o fato vitalizante da reação européia renascente. Isto foi decisivo". Concluindo, afirmou: "Uma nova revolução só é possível como consequência de uma nova crise, e ela é também tão certa como a última". Assim, as crises econômicas são o toque de clarim para a revolução, e qualquer tentativa de revolucionar sem esse elemento importante foi inútil e perigosa. Marx acrescentou que a guerra também constituía uma crise, quando disse que "a guerra poderia ser a parteira da revolução. E assim, o elemento importante introduzido em todo o planejamento futuro foi o da sincronização. A sincronização tornou-se o padrão da estratégia hábil. Uma segunda lição aprendida foi a de que para cada revolução tem de haver uma contra-revolução.

Estes conceitos não foram compreendidos imediatamente por todos os comunistas, mas várias insurreições fracassadas, particularmente a Comuna de Paris, em 1871, que foi de curta duração, os fizeram aprender bem a lição. De 1870 em diante, qualquer tentativa comunista séria de insurreição ou expansão ocorreu sempre durante um período de crise econômica ou de qualquer outro caráter. Nos casos em que ocorreu fracasso, o mesmo foi devido principalmente à reação contra-revolucionária após o êxito inicial. À medida que passaram os tempos, foi tomado cada vez mais cuidado no planejamento para enfrentar a inevitável contra-revolução e, quando a mesma ocorreu ou se suspeitou de que estava para ocorrer, foi enfrentada de forma implacável.

Sobre a conduta da insurreição, Marx e Engels estabeleceram os seguintes pontos:

- 1 — a insurreição é tanto uma arte como a guerra;
- 2 — nunca jogue com a insurreição, a menos que você esteja totalmente preparado para enfrentar as consequências de seu jogo;
- 3 — uma vez que se veja envolvido numa insurreição, aja com os meios na determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo levante armado — surpreenda o seu adversário — mantenha a ascendência moral — audácia, audácia, audácia, mais audácia.

O estágio seguinte dos estudos feitos por Engels e Marx tratou da estratégia das nações, então existente, durante a década de 1860. Isto conduziu a muitos prognósticos surpreendentes; um dos mais notáveis relacionou-se com o curso de uma guerra entre a Alemanha e a França, no qual o ponto crítico seria uma batalha travada nas regiões dos rios Aisne ou Marne. As conclusões deste período de estudo não foram tão numerosas como as resultantes de seus estudos iniciais. Entretanto, elas são importantes e podem ser resumidas da seguinte forma:

- 1 — Para que uma revolução comunista fôsse coroada de êxito, seria necessária uma aliança com os camponeses. A revolução industrial estava então em pleno desenvolvimento, e os revolucionários deixaram



de levar em conta a nova classe de trabalhadores. Isto foi deixado para os expoentes do comunismo que vieram mais tarde. Entretanto, o princípio de uma aliança com a classe menos privilegiada da sociedade constituiu um desvio de orientação notável para quem quer que, no Século XIX, ambicionasse o poder. E ocorreu como consequência natural de seu trabalho muito divulgado em outros setores.

2 — A política externa e os negócios internos de qualquer nação acham-se intimamente relacionados. Os comunistas observaram que essa relação surgiu como coisa esperada em qualquer nação. Desde que assim era, qualquer nação deveria empenhar-se no sentido de correlacionar tanto quanto possível a sua política externa com a interna. O século XX viu surgirem as nações comunistas. A relação entre a política externa e a política interna dessas nações constitui um contraste profundo com a das nações democráticas.

3 — Uma nação não pode determinar seu destino. O destino de todas as nações é correlato. Isto vem sendo reconhecido desde muito tempo, mas a sua aplicação pelos estados comunistas a partir da II Guerra Mundial tem tido um efeito profundo sobre os negócios do mundo e a propagação do comunismo.

O estágio final da obra de Engels e Marx assistiu à emergência da natureza e do conceito do estado revolucionário, e com ele a forma do futuro radicalismo comunista.

O estágio final da fase revolucionária de Engels foi a doutrina da nação em armas. O objetivo de Engels era destruir não o militarismo mas as suas tradições feudais. Em lugar dessas tradições, devem ser despertadas as tendências democráticas inerentes ao serviço militar obrigatório. Tanto Engels quanto Marx frisaram a função da organização militar na direção do desenvolvimento social. A fórmula era simples e seguiu o exemplo da Revolução Francesa. A "levée en masse" (levantar em massa) abriu o caminho para a burguesia e os camponeses ingressarem nos exércitos modernos. Para a maioria das nações, isto garantiu forte resistência às ameaças externas e assim foi utilizado. Para Engels, abriu o caminho para a revolução social interna, com suas consequentes modificações nos campos econômico e social.

A nação em armas englobou uma luta de diplomacia, economia e psicologia e, em última instância, ação militar. A nação estaria sempre envolvida nesta luta, de vez que haveria sempre contra-revolucionários, senão a ameaça externa direta de outras. Os termos "guerra" e "paz" assumiram um sentido diferente — de fato, nas condições consideradas, elas eram desprovidas de sentido. A totalidade do sentido desta filosofia radical não foi compreendido senão no meado do Século XX. A este conceito de guerra, quando aplicado ao cenário internacional, tem sido dado o título de "Guerra Fria".

#### DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO COMUNISTA DE GUERRA

As características essenciais do conceito comunista de guerra foram estabelecidas por Marx e Engels. Após a morte dos dois, seus conceitos



foram postos em prática e, em certos casos, modificados e ampliados durante a primeira metade do Século XX.

A revolução comunista mundial, após uma série de fracassos na França e Alemanha, ganhou raízes, finalmente, na Rússia, em 1917 e 1918. Os desenvolvimentos verificados desde a Revolução Russa são importantes porque as teorias de Engels e Marx foram submetidas a um ensaio prático e, também, porque a criação do Exército Vermelho constituiu a primeira força militar convencional organizada do comunismo.

A Revolução Russa de novembro de 1917 varreu não só as instituições políticas e as classes sociais, mas também a organização militar em seus conceitos de estratégia. Em seu lugar nasceu o Exército Vermelho em 23 de fevereiro de 1918. Este novo exército teve a finalidade inicial de proteger as massas trabalhadoras contra os inimigos internos e externos. Num período de 40 anos, ele cresceu a ponto de se converter numa instituição nacional russa. Os modeladores da Rússia de hoje seguiram o padrão geral esboçado por Engels e Marx neste aspecto. Entretanto, tem havido certas modificações efetuadas por motivo da experiência adquirida na administração de uma nação. Fundamentalmente, o desenvolvimento tem sido no campo "tático" de aplicação das teorias comunistas, em vez de no desenvolvimento de novas teorias. Os homens principalmente responsáveis por isto são Lenine, Trotzky e Stalin, e é deles que esta seção tratará.

Lenine foi um estudioso aplicado da revolução, bem como do socialismo. Ele compreendeu bem o papel da violência e da força armada nos negócios humanos. Havia refletido sobre a famosa frase de Clausewitz de que "a guerra é a política continuada por outros meios". Lenine frisou que os comunistas consideraram sempre este axioma como o fundamento teórico para o significado de todas as guerras.

Lenine desdenhava daqueles marxistas (principalmente na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos) que se tornaram patriotas depois de 1914 e apoiaram seus respectivos governos na continuação da guerra. Isto sublinhou a tese de que um verdadeiro comunista só é leal à revolução mundial comunista.

Depois de chegar ao poder, Lenine compreendeu que a guerra contra a Alemanha não podia ser levada a cabo pelos exércitos russos que os comunistas neutralizaram com tanto esforço. Não obstante, ele acreditava que a guerra podia ser continuada não só contra os Impérios Centrais, mas também contra os Aliados, por meios diplomáticos e psicológicos. O seu objetivo era defender a revolução russa e converter a guerra internacional em uma guerra civil européia.

Os bolchevistas utilizaram o armistício de Brest-Litovsky e as conferências de paz como tribunas para a propagação de suas idéias. Eles passaram por cima das cabeças dos chefes de governo e tentaram negociar com seus povos. Os prisioneiros de guerra alemães foram doutrina- dos e o Exército Alemão que enfrentava a Rússia foi tão invadido pela subversão, que muitas de suas divisões não puderam ser transferidas para



a Frente Ocidental. As conferências de paz arrastaram-se por dois meses e meio, devido à introdução do maior número possível de fatores que nada tinham a ver com elas. A Alemanha, que se via a braços com a guerra no Oeste, necessitava de segurança no Leste. Finalmente, os alemães enviaram seus exércitos contra a Rússia. De preferência a se arriscarem à revolução total, os bolchevistas deram-se pressa em aceitar condições que lhes eram menos satisfatórias. Perderam 34% da população, 32% das terras, 57% de sua indústria e 89% das minas de carvão na Rússia. Essas condições foram, mais tarde, postas de lado pelos Aliados. Mal se havia materializado o compasso de espera assim obtido, a Rússia foi acoçada pela contra-revolução. Neste caso, a intervenção estrangeira foi em auxílio dos contra-revolucionários russos. Nesta fase infeliz, a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos deram auxílio ativo para depor os comunistas — classifico esta fase de infeliz por causa das diretrizes incertas e vacilantes dos aliados. Winston Churchill resumiu bem a situação quando disse: "Estavam eles (os aliados) em guerra com a Rússia Soviética? Certamente que não; mas atiravam nos russos logo que os avistavam". Os aliados agiram como invasores do solo russo. Armaram os inimigos do Governo Soviético. Bloquearam seus portos e afundaram seus encouraçados. Desejaram e planejaram, resolutamente, sua queda. Mas a guerra — que coisa chocante! A interferência — vergonha! Para eles, disseram-no por várias vezes, era indiferente a maneira como os russos iriam solucionar seus assuntos internos. Isto, porém, não era indiferença aos comunistas. A intervenção reafirmou os perigos de contra-revolução e indicou aos comunistas como as nações do Ocidente se sentiam com relação ao comunismo. Os resultados desta aventura estão enfrentando o mundo, e isto uns quarenta anos depois. Outro resultado mais positivo foi a criação do Exército Vermelho, bem adestrado nos problemas da guerra moderna. A guerra com a Alemanha depois da revolução de 1918 e da contra-revolução em 1919 e 1920 demonstrou que a propaganda revolucionária, por mais útil que demonstre ser, não pode, de per si, conquistar vitórias militares. A fim de conquistar vitórias nas esferas diplomática, econômica e psicológica da guerra, as ações devem ser apoiadas por um forte potencial militar.

O Exército Vermelho foi forçado a restabelecer a disciplina militar. Trotzky, na qualidade de Ministro da Guerra, foi o responsável pela organização daquele exército. Embora 48.000 oficiais e 250.000 soldados e sargentos do velho exército czarista tenham sido incorporados ao novo, o Exército Vermelho, este era diferente em muitos aspectos, o mais importante dos quais foi o valor atribuído ao controle político, o qual estendeu-se às formações do mais baixo escalão. Trotzky declarou que os soldados "devem aprender bem seu exercício militar e, tanto quanto possível, ser treinados ao ar livre. Devem ser ensinados a fazer seus discursos políticos curtos e sensatos, limpar os fuzis e engraxar as botas..."

A base política estava a par com o treinamento e manutenção do equipamento. E isso era básico, fundamental. Para implementar essa orientação, eram colocados no exército agentes políticos na mesma base



que os comunistas táticos. Isto era, naturalmente, uma medida de senso comum para os comunistas, uma vez que não desejavam que em seu novo exército acontecesse o mesmo que eles provocaram no do Czar. A intervenção Aliada e os subseqüentes embargos comerciais resultaram, em 1922, no conceito de um mundo dividido, quando foi declarado pela Rússia que "o perigo de novos ataques torna inevitável a criação de uma frente comum, pela República Soviética, contra o cerco capitalista". Lenine disse que "a guerra deve ser utilizada pelo proletariado para levar a cabo a revolução social". As greves, o pacifismo e a não-resistência são, em si mesmos, fatores sem significado. A reação do povo ante a guerra deve ser regulada pela espécie de guerra em questão e pelos fins para a qual a mesma está sendo travada. Em 1928, o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista resolveu: "o aniquilamento do capitalismo é impossível sem a violência".

Entre as duas guerras, o problema da consolidação da Revolução no país absorveu a atenção dos comunistas na Rússia. Este período foi principalmente de defesa na esfera internacional, ao mesmo tempo que dentro da Rússia foi desencadeada uma ofensiva vigorosa para comunistizar a nação. Entretanto, nenhum líder russo jamais negou o caráter internacional do comunismo. Este período também é marcado pelo caráter cada vez mais nacionalista do comunismo russo sob a direção de Stalin. Este foi um período de consolidação, durante o qual se estabeleceu a base para a futura ação ofensiva internacional. A preparação psicológica do povo soviético para a ofensiva que estava para ser desencadeada, constituiu uma tarefa contínua. Em 1937, Stalin declarou que a "Preparação militar, a arte de conduzir a guerra e a ciência da guerra constituíam a ocupação diária dos trabalhadores, camponeses, estudantes e funcionários civis da Rússia.

Quando se aproximou a crise da II Guerra Mundial, então os russos começaram a ensaiar a ofensiva. Quando Hitler marchou contra a Polônia, a Rússia avançou até o rio Bug. Enquanto a França estava caindo, a Rússia apossava-se calmamente das três repúblicas bálticas, bem como da Bessarábia, que pertencia aos romenos.

De 1943 a 1945, a Rússia esteve empenhada numa guerra convencional com a Alemanha — uma guerra que, para seu desgosto, foi iniciada pela Alemanha. Este período, entretanto, não fez surgir quaisquer novos conceitos comunistas de guerra. Foi o tipo da guerra bem compreendida por todas as nações.

## O CONCEITO COMUNISTA DE GUERRA APÓS A II GUERRA MUNDIAL

O período que se seguiu à II Guerra Mundial viu o desenvolvimento completo da teoria comunista posta em prática. O resultado só pode ser descrito como uma expansão sem precedentes em "tempo de paz" numa escala mundial. O período posterior à II Guerra Mundial foi de ação ofensiva comunista intensiva. A par da crise criada pela própria guerra, ve-



rificou-se uma crise econômica de âmbito mundial, de 1945 a 1947, enquanto as várias potências mundiais transformavam suas respectivas economias da base de tempo de guerra para a de tempo de paz. Além do mais houve os chamados vácuos resultantes da guerra. A derrota da Alemanha ocasionou um desses vácuos na Europa Oriental. O colapso do Japão causou outro no Extremo Oriente, o qual foi intensificado pelo enfraquecimento da Holanda, França e Grã-Bretanha. O enfraquecimento da França e da Grã-Bretanha também ocasionou um vácuo menos profundo no Oriente Médio. A recessão branda de 1949 prolongou ainda o período de crise até 1950. Destarte, o período de 1945 a 1950 foi de crise para as nações ocidentais e, como tal, converteu-se em período ideal para a ação ofensiva comunista.

O comunismo, com seu centro focal na Rússia, preparou-se para a crise, a qual se seguiria certamente a II Guerra Mundial, mas que começou mesmo antes do término da mesma. Os pontos de vista divergentes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha quanto ao curso da estratégia mundial tornaram-se evidentes para a Rússia, a qual explorou a situação. Por volta de 1943, era claro que a Rússia tencionava estabelecer o controle da Europa Oriental, pelo menos. Em virtude da ocupação e da atividade comunista local, o controle da Europa Oriental pela Rússia foi um fato confirmado por volta de 1944. Não foi senão em fevereiro de 1945, em Yalta, que os Estados Unidos se mostraram prontos a assumir uma política ativa para com a Europa Oriental. Já então era demasiado tarde. Muito embora a Rússia concordasse com as propostas apresentadas em Yalta, tornou-se evidente, desde o princípio, que ela não levava a sério esses acordos. Em abril de 1945 foi reconhecido o governo comunista polonês instalado em Lublin. Este ato foi seguido pela transferência à Polônia de parte da zona de ocupação russa na Alemanha. Mais tarde, o Marechal Tito, com o apoio russo, não tomou conhecimento das disposições de Yalta no tocante à Iugoslávia. Na Romênia, o governo não comunista foi apeado por influência russa. As tentativas dos ocidentais no sentido de contrabalançar esta ofensiva comunista na Europa Oriental tiveram por base conferências e conversações com a Rússia. Foram, porém, absolutamente improficuas. Por volta de 1947, começava então a triste realidade do que os ocidentais passaram a chamar "Guerra Fria". O comunismo havia estado em guerra e tinha desencadeado uma ação ofensiva intensiva e vitoriosa contra os seus inimigos, que nem sequer compreendiam que estavam em guerra — isto apesar do fato de que em todo o mundo os partidos comunistas locais eram animados publicamente a fazer a guerra às democracias.

De 1947 a 1952, o Ocidente começou a tomar uma atitude mais positiva, adotando uma política puramente defensiva chamada "política de contenção". Esta política focalizou-se na Rússia, em vez de no comunismo. O Ocidente dedicou uma certa quantidade de recursos a esta defesa. No campo econômico foram iniciados planos bem conhecidos como o ERP e o Marshall. As defesas conseguiram conter a expansão do comunismo, mas não antes da queda da Europa leste central. O fracasso



do bloqueio de Berlim em 1948 e 1949 bem como a criação da OTAN em 1949, fizeram parar a ofensiva comunista generalizada na Europa. A ameaça potencial de ação militar conteve a ofensiva diplomática, econômica e psicológica comunista. Este mesmo período assistiu às fases finais da ofensiva comunista chinesa. Neste caso, ela foi levada a efeito por ação militar sob a forma de guerra civil. Por volta de 1949, o Extremo Oriente foi palco de violências, instabilidade e quase desastre econômico, em consequência de vigorosa ação ofensiva. Os comunistas, que tinham acabado de conquistar a China, ameaçavam os governos vacilantes das Filipinas, Coreia, Indochina, Indonésia, Birmânia e Malaia. Somente em 1953 se verificou a estabilização da situação. O custo pago pelo Ocidente foi elevado, em vista da derrota francesa na Indochina e do impasse na Coreia.

O caráter essencial da guerra comunista no Extremo Oriente diferiu pouco dos ensinamentos já estabelecidos. As declarações dos líderes chineses proporcionam um indicio claro de sua atitude. Mao Tse-tung declarou textualmente: "Eu sou marxista, dedicado a comunizar a China e o mundo sob a liderança de Moscou". Chou En-Lai, aludindo ao armistício coreano, declarou em 1956: "o Direito Internacional é uma criação burguesa e não obriga a China", e em 1957 garantiu à Rússia que o principal interesse de sua nação era "a vitória na luta comum pelo triunfo do comunismo".

Os comunistas começaram a consolidar os seus êxitos recentes, quando a sua ação ofensiva enfraqueceu. A ofensiva, porém, jamais foi abandonada. Ela foi mantida, ainda que menos intensa, como meio de manter seus adversários, vacilantes, em vez de conquistar novas e espetaculares vitórias.

O período de consolidação comunista não tem sido isento de dificuldades. A contra-revolução mais digna de nota ocorreu na Hungria em 1956. Também ocorreram dificuldades na Polônia e na Tcheco-Eslováquia. Entretanto, o fator mais significativo deste período tem sido a falta de uma contra-ofensiva, pelo Ocidente.

Constitui um erro sério o pensar-se que a ofensiva comunista foi contida por uma política de defesa e contenção. Ela foi quebrada pelos comunistas. A razão para isso foi o advento da prosperidade econômica da década de 1950. "É um erro ainda mais grave considerar-se que a vitória será conquistada neste tipo de guerra sem uma ação ofensiva vigorosa. É certo que, logo que surja uma crise conveniente, a ação ofensiva comunista será intensificada". A Guerra Fria ficará mais quente, como o disse um trocista. Esta tendência tornou-se evidente em 1958, durante a recessão de pouca intensidade, e então os comunistas intensificaram a ofensiva no Oriente Médio e em outras zonas.

Certa vez, Lenine disse: "Seríamos uns revolucionários muito fracos se, na grande guerra pela emancipação do proletariado e do socialismo, não soubéssemos como utilizar todos os movimentos populares". Pos isso, em 1955, Gamal Abdel Nasser obteve o apoio diplomático, econômico e



psicológico dos comunistas à sua política de nacionalismo árabe. Em 1958, quando o Ocidente se viu a braços com dificuldades econômicas, a ação ofensiva comunista foi intensificada por um apoio mais ativo do nacionalismo árabe. O resultado foi a desastrosa guerra civil no Líbano e no Iraque. Se, futuramente, ocorrer uma crise mais séria, a ofensiva comunista se tornará mais vigorosa. Em julho de 1958, quando se encontrava na Embaixada Polonesa, Kruchev fez o seguinte comentário: "Que os imperialistas se acautelem, nós somos revolucionários. Somos marxistas e sentimo-nos satisfeitos quando as nações coloniais se levantam e lançam longe seus grilhões".

O curso da política militar dos comunistas vem sendo traçado há mais de cem anos, de uma maneira muito superficial. Restá agora considerar suas diretrizes e apurar se têm observado qualquer forma definida. Têm eles tido qualquer política consistente? Criaram eles, de fato, quaisquer princípios — princípios de guerra?

### PRINCÍPIOS DE GUERRA COMUNISTA

É extremamente difícil atribuir consistência às ações dos comunistas. Na esfera internacional, isto tem causado grande confusão e continuará a causá-la. Em um aspecto, no objetivo do comunismo de estabelecer uma nação comunista universal, os comunistas têm mostrado notável consistência. Além do mais, há também certo número de guias ou regras de ação, isto é, princípios nos quais a consistência pode ser discernida nos últimos cem anos. Qualquer lista suscitará, indubitavelmente, críticas, mas a que se segue é considerada como incorporando o que, corretamente, pode ser denominado Princípios de Guerra. Poder-se-á ver que esta lista é muito diferente dos princípios de guerra geralmente aceitos, tal como são compreendidos pelas nações ocidentais. Aqui encontra-se a base da aparente mas compreensível inconsistência comunista, e algo que serve para explicar o êxito do comunismo no Século XX.

1. A guerra e a paz não têm significação ou lugar no conceito comunista da nação em armas. Cogita-se de uma luta contínua contra os contra-revolucionários que ajam dentro ou fora da nação.

(Neste estudo, o termo "guerra" será conservado quando se fala nessa luta contínua).

2. A guerra é de natureza quádrupla — diplomática, econômica, psicológica e, em último recurso, militar. Esta é uma das mais profundas inspirações, mas este estudo limitar-se-á às seguintes observações e questões:

a) Não é a segurança o aspecto defensivo da guerra diplomática, econômica, psicológica e militar?

b) Não é a manutenção do moral uma porção do aspecto defensivo da guerra psicológica?

(3) Não é a administração uma porção do aspecto defensivo da guerra econômica?



Sustenta-se que a resposta a estas questões é SIM. Surge então a questão de saber se estes três princípios comumente sustentados são ou não, de fato, princípios ou corolários deste, um princípio mais básico.

3. *Um comunista não é leal senão ao comunismo. Por conseguinte, um comunista não pode ser leal a qualquer nação, instituição ou pessoa, a não ser às nações, instituições ou pessoas que sejam comunistas.*

4. Para cada revolução haverá uma contra-revolução. Ademais, a contra-revolução será contínua. Isto, combinado com "1", implica em que, na melhor das hipóteses, só nos podemos aproximar do objetivo da guerra sem jamais atingi-lo, assintoticamente.

5. O êxito na guerra depende de uma aliança com as classes menos privilegiadas da sociedade.

6. Aja sempre ofensivamente, em tantas esferas quanto possível. Este princípio relaciona-se intimamente com o seguinte. O ideal é uma ofensiva diplomática, econômica, psicológica e militar combinada. Em qualquer caso, a ação ofensiva nas esferas diplomática, econômica e psicológica não pode ser coroada de êxito se não existir um potencial militar.

7. Todas as ações devem ser levadas a cabo no momento oportuno. Em particular, a sincronização da ação ofensiva é regulada pelas crises. A crise mais grave para um estado capitalista é a econômica, seguindo-se-lhe a guerra militar.

8. A guerra é travada por meios diferentes e em campos diferentes. Isto implica no bem conhecido princípio de guerra, a flexibilidade. Parece haver entre os comunistas uma tese encoberta no sentido de que:

(a) Uma combinação de flexibilidade e sincronização aplicada à natureza quádrupla da guerra produzirá concentração de forças.

(b) Uma combinação de ação ofensiva, sincronização e flexibilidade, aplicada à natureza quádrupla da guerra, produzirá economia de esforço. Isto é, dois dos princípios de guerra comumente aceitos são, de fato, corolários que resultam da combinação de dois ou mais princípios básicos.

9. A política externa e os negócios internos de uma nação devem ter uma relação íntima. Tem sido observado, porém, que essa relação não existe dentro de uma nação. Essa relação resultou de processos revolucionários e, na maioria das nações, existe como coisa que seria de esperar. Uma nação comunista ou nação em armas relaciona conscientemente, de uma forma artificial, a política externa e a interna.

10. Os atos de uma nação devem determinar os das outras. Nas nações não comunistas, isto se verifica indiretamente, através do comércio e, por vezes, da guerra militar. Entretanto, as nações em armas esforçar-se-ão sempre por exercer influência sobre os negócios internos de outras.



11. A derrocada do capitalismo é impossível sem a violência. O capitalismo é reconhecido como a principal ameaça ao comunismo. São reconhecidas outras classes de oposição ou contra-revolucionárias, mas estas podem ser superadas sem que se lance mão de violência ou da ação militar.

### ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA

Cumpramos reconhecer imediatamente que estes princípios comunistas de guerra não abrangem todos os reconhecidos por nós, e que incluem muitos dos que não reconhecemos. Uma razão importante para isso é que esses princípios não se limitam ao campo puramente militar, mas cobrem também os campos diplomático, econômico e psicológico. Uma razão mais importante ainda, é a diferença no conceito de guerra sustentado pelos comunistas. Contra isto pode-se argumentar que os nossos atuais princípios de guerra são ou deveriam ser de natureza universal e, por isso, deveriam aplicar-se ao novo conceito de guerra primeiramente explicado pelos comunistas.

Nossa atenção deverá voltar-se primeiramente para o exame de nossos princípios atuais, à luz dos princípios comunistas de guerra. Em segundo lugar, cumpre sugerir que existe um conjunto mais universal de princípios de guerra.

Os princípios de guerra ora reconhecidos por nós são os seguintes:

1. Seleção e manutenção do objetivo.
2. Manutenção do moral.
3. Segurança.
4. Unidade de comando.
5. Concentração de Forças.
6. Economia de Esforços.
7. Surpresa.
8. Ação ofensiva.
9. Flexibilidade.
10. Cooperação.

Dentre todos esses princípios de guerra que reconhecemos, desejamos sublinhar o 7 — Surpresa.

Os princípios comunistas de guerra não abrangem a surpresa como princípio, mas declaram que ela é um elemento da ação ofensiva. Isto constitui uma fraqueza. A razão disto talvez seja a de que o conceito radical de guerra, sustentado há muito pelos comunistas, tem conduzido sempre à surpresa. Recordar-se, a propósito, que nas operações militares ativas, raramente a Rússia surpreendeu os alemães. Em outras esferas da condução da guerra, os comunistas também raramente surpreendem aqueles que os vigiam de perto. Onde, ao que parece, conseguem surpreender, é quando enfrentam adversários que não têm seguido com aten-



ção seus atos. De um modo geral, os comunistas não prestam tanta atenção à surpresa quanto deveriam prestar. Durante mais de cem anos, eles têm estado na ofensiva, enquanto que seus adversários se têm mantido principalmente na defensiva. Em conclusão, o comunismo tem certas fraquezas que lhe são peculiares devido a não apoiar certos princípios de guerra. A mais séria é a da cooperação. Menos sérias mas também importantes, são as da seleção e manutenção do objetivo e da surpresa. Entretanto, o sentido todo destes defeitos não será compreendido enquanto não fôr tomada uma ação ofensiva contra o comunismo.

Repetindo a sentença inicial, nunca antes, desde que nasceu o Islã, há mais de 1200 anos, a civilização ocidental se viu tão seriamente ameaçada como hoje, desta vez pelo comunismo. Talvez seja adequado encerrar esta série de considerações com a observação feita por Toynbee no sentido de que "o que traz a derrota é menos o desenvolvimento de uma técnica superior do que a veneração de uma velha técnica". Defrontamos com uma mudança na técnica da condução da guerra. Por isso estudemos cuidadosamente e não sigamos cegamente os conceitos anteriores.

## INDÚSTRIA BUSSADORI DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

D E

SILVIO BUSSADORI & CIA.

PRODUTORES DE :

Mortadela "Diana", Banha "Caçadora", Charque "Igapó", Presunto  
"Londrina", Salame, Salsichas e outros frios, Farinha de carnes, ossos  
e sangue, Extração de sebo industrial

ESCRITÓRIO E FÁBRICA

PARQUE GUANABARA — CX POSTAL N. 1890 — FONE, 2264  
LONDRINA — PARANÁ



---

**COMERCIAL IBIPORÃ S.A.****CASA LOPES — PÔSTO SHELL****FONE, 30 — INSCRIÇÃO, 17 — FONE, 11****AVENIDA PARANÁ, 404 — CAIXA POSTAL, 55****IBIPORÃ — ESTADO DO PARANÁ**

---

---

**JACOB CASAGRANDE & FILHOS LTDA.****FÁBRICA DE GUARANÁ "KIBOM"****Armazém de secos e molhados, Bebidas, Armarinhos, Conservas, etc.****DISTRIBUIDORES DOS PRODUTOS BRAHMA****AVENIDA SANTOS DUMONT, 92 — FONE 5 — CAIXA POSTAL, 118****IBIPORÃ — ESTADO DO PARANÁ**

---

---

**LOJA DE MÓVEIS BRASIL****A CASA DE SUA CONFIANÇA****JOÃO JORGE****FILIAL EM JATAIZINHO****AVENIDA PARANÁ, 425 — IBIPORÃ — PARANÁ**

---





Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

## COMO A ARTILHARIA BRASILEIRA "SAIU DA CRISTA"

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Em conversa informal com um general da reserva, ex-Instrutor de Artilharia da Escola Militar do Realengo, ouvimos um caso interessante que julgamos digno de registro e por isso procuramos resumir-lo no presente artigo.

O "Tiro de pontaria indireta" e o "desenfiamento das posições de tiro", na Artilharia de Campanha brasileira, só passaram a despertar interesse nas Escolas Militares e nos Corpos de Tropa, após a guerra de 1914-18, quando veio para o Brasil a famosa "Missão Francesa de Instrução e Organização do Exército Nacional".

Dita "Missão" foi muito bem recebida por nossos oficiais, particularmente pelos mais estudiosos que, de pronto, procuraram assimilar os novos ensinamentos, deixando de lado as teorias de antanho tão impregnadas de rotina e tradições, fruto da gloriosa guerra contra o Paraguai.

Naquela época nosso Exército estagnava pela ausência de uma doutrina militar. Sem um Alto Comando capaz de traçar, por si mesmo, novos rumos evolutivos e com a Administração, desprovida de organização eficiente, comprazia-se numa burocracia sem técnica, algo inoperante e confusa.

Sem orientação doutrinária, sem organização copatível, mal armado e desprovido de meios, o nosso Exército era um simulacro de Força Armada, já por sua ineficiência, já pela falta de indústrias particulares capazes de prover uma organização militar, pois os estabelecimentos fabris existentes não comportavam o fornecimento de munição para um dia de fogo... Entretanto, a oficialidade, contrastando com tal realidade, sonhava com um grande Exército capaz de defender nosso vastíssimo território e nossa soberania no concerto das Nações.



Os oficiais possuíam, via de regra, o curso das Escolas Militares pelo regulamento de 1898, onde adquiriam cabedal científico excessivamente elevado, porém sem treinamento moderno para enfrentar operações de guerra mesmo de pequena envergadura e sem aptidões reveladas para o desenvolvimento da instrução na Tropa. Dai a inexperiência nos escalões superiores do Alto Comando e da Direção Administrativa.

A eficiência militar do Exército era para criar apreensões muito sérias. Além das evoluções de "Ordem Unida", a que naqueles tempos chamava-se *dispersa*, nada mais era levado a sério. A equitação era simplesmente de entristecer, pois a regra consistia no "sistema caboclo" de cavalgar ginete; o cavalo-de-guerra, propriamente dito, era uma utopia, um sonho e o Serviço de Veterinária estava entregue aos "sargentos curandeiros".

Foi por aquela época que, na arma de Artilharia foi substituído o canhão de tiro lento com alça de mira antiquada e de cruzeta por material mais moderno — o canhão "L-28. Tiro rápido" que tinha o recuo sobre reparos e "ancoragem" por meio de uma pá-de-conteira. Dotado de linha de mira independente com luneta de visagem e goniômetro graduado em milésimos, o novo material criou verdadeira revolução no meio artilheiro. Os oficiais reservaram suas minguadas economias para a compra de livros franceses, onde procuravam colhêr os ensinamentos necessários ao manejo do novo material e por isso foram logo apelidados de *bacharéis de espada*. O trabalho entre os oficiais mais jovens que então instruíam as Escolas Preparatórias tornou-se intenso e a vontade de aprender era muito grande.

O Comandante da Bateria passou a trabalhar com uma luneta panorâmica-telescópica, que era na época considerada como uma maravilha de mecânica e ótica. A cadência de tiro foi elevada para 17 tiros por peça e por minuto e com tais dispositivos o comando do Capitão, poderia agora ser feito *indiretamente*. Passava para plano secundário o obsoleto processo de "*dormir na pontaria*".

Com a rápida recordação acima exposta podemos, agora entrar em nosso caso propriamente dito.

Um certo tenente, auto-didata inveterado, era um dos artilheiros que, naquela época se entregava a estudos isolados. Lendo as obras mais conhecidas na França e na Alemanha, procurava fazer sua auto-criação militar.

Após ser instrutor de tiro da Escola Militar do Realengo, foi "Nosso-Tenente", por solicitação própria, mandado servir na 9ª Bateria do 1º RAM. Vivendo para sua Seção, ou "meia-bateria" como se dizia, recebeu, por ocasião de um exercício, ordem de incorporar-se a um "Destacamento das Três Armas" que deveria operar na antiga região de Sapopemba, hoje Deodoro. O destacamento era comandado pelo General X, velho arraigado, ainda, às coisas da Guerra do Paraguai.

Iniciado o exercício, "Nosso-Tenente" recebeu ordens para operar em determinado local onde "ficaria em vigilância" sobre um setor que



o comandante do Grupo deveria assinalar. Sua Seção atuaria como se fôsse uma bateria do mesmo Grupo.

Seguindo as regras colhidas nos trabalhos que lera, "Nosso-Tenente" reuniu seu pessoal e tratou de explicar, ao mesmo, a missão que fôra atribuída à "Bateria". Esclareceu que a Artilharia não tinha mais necessidade de ir para a crista, pois que o material que possuía permitia que fôsse aproveitada a massa cobridora que estava à frente da posição e explicou, como poderia efetuar o "tiro indireto" sem que o objetivo fôsse visto pelo pessoal da peça, pois que a pontaria seria feita por ele, utilizando a luneta panorâmica, instalada em um pôsto de observação situada na elevação logo em frente.

A preparação da bateria se processava, estabelecendo as ligações por sinalização e adotado um ponto-de-pontaria auxiliar, perfeitamente visível. Foram feitos os necessários comandos de elementos de tiro sobre o ponto-de-referência do Major Comandante para futuro transporte de tiro, etc...

Dadas outras providências complementares, a "BIA" ficou em "vigilância" sobre o setor que lhe fôra cometido. Ao Comandante do Grupo foi comunicado:

*"Bia pronta. Em vigilância"*

(a) Tenente A

O Comandante do Grupo, pelo mesmo estafeta respondeu:

*"Continue em vigilância. Aguarde ordens"*

(a) Major Z

Aguardava o "Nosso-Tenente" a ordem do major para prosseguir o exercício quando apareceu em seu pôsto de observação o 2º Tenente ajudante-de-ordens do General, comandante do Destacamento, com a seguinte ordem verbal:

*"Tenente. O General determina que sua Bateria abra fogo imediatamente"*

"Nosso-Tenente", um pouco assustado e confuso, pergunta ao ajudante-de-ordens:

*"Abrir fogo contra que objetivo? Onde está o inimigo? O que devo destruir ou sobre que tropa vou atirar?"*

O ajudante-de-ordens parte célere para contar a seu General que o Tenente não tinha objetivo e que estava em posição atrás da crista, enquanto a outra "bateria" estava em cima da crista e já estava cumprindo a missão. Naturalmente jogou "sua colherzinha de veneno" e relatou o caso com todos os seus detalhes. Retornou, logo a seguir com a seguinte ordem:

*"Tenente. Sua Excelência, o Senhor General determina que o senhor coloque sua bateria na crista-topográfica e abra fogo imediatamente"...*



"Nosso-Tenente" havia preparado sua "Bateria" para o tiro indireto. Dias e dias havia passado ensinando aos apontadores e aos sargentos como se devia proceder, empregando o novo processo de pontaria. Seus instruídos tinham conhecimento da nova técnica e seu prestígio, ante seus comandados, estava em jôgo. Tratou de explicar ao ajudante-de-ordens que a outra bateria estava errada; que aquêlê material era apropriado ao tiro indireto e que a Artilharia não era mais arma de linha-de-frente e que êle pedia ao Senhor General que lhe permitisse uma explicação detalhada do caso. A seguir comunicou ao Major Comandante do Grupo a ocorrência. Passaram-se alguns longos minutos. O Ajudante-de-ordens, esporeando seu cavalo voltara para perto do General para transmitir a decisão de "Nosso-Tenente". Trinta minutos depois, volta o ajudante-de-ordens, agora contrafeito. Desce do cavalo, apresenta-se ao "Nosso-Tenente" e lhe diz:

*"Tenente. O Senhor General Comandante manda comunicar que, à sua ordem o Tenente Comandante da 9ª Bateria está prêso, devendo recolher-se imediatamente à "barraca da frente"..."*

O caso espalhou-se imediatamente por tôda a região do exercício, chegando até aos ouvidos dos oficiais da arbitragem que se dirigiram, imediatamente, para o PC do General. Na arbitragem estavam dois capitães de artilharia, estudiosos, como "Nosso-Tenente" e conhecedores dos últimos avanços da técnica da Artilharia. Ponderaram ao velho General que as baterias que estavam em posição no morro da Caixa D'Água estavam erradas, pois que o material permitia o tiro indireto. Explicaram ao General, em linhas gerais, como era realizado tal tiro e foram unânimes em afirmar que o "Nosso-Tenente" agira com técnica precisa e consoante os novos regulamentos franceses.

O General aceitou as explicações dos oficiais da arbitragem. Fez voltar o "Nosso-Tenente" para suas funções, e mandou que as demais baterias, no dia seguinte escolhessem novas posições abrigadas atrás da crista.

"Nosso-Tenente", ex-Instrutor da maioria de nossos generais de hoje, continuou sua vida militar, sempre pautada no lema que traçou desde que saiu da velha Escola Militar da Praia Vermelha. Ao terminar a conversa que comigo mantinha disse:

*"Coronel. Durante os 50 anos que passei no Exército não me lastimo de haver seguido o lema:*

*— Tudo que é digno de ser feito, merece ser bem feito"*

E se foi em seu passo firme e corpo ereto, embora já se aproximando da casa dos oitenta anos...

---

**CONSTRUTORA VERONESI LTDA.**

**REMO VERONESI**

DIRETO

**AVENIDA PARANÁ, 71 — FONE, 1831 — LONDRINA — PARANÁ**



## SAUDAÇÃO A SAMPAIO

Coronel RAIMUNDO TELES PINHEIRO

Patrono insigne da nobre Infantaria Brasileira!

As solenidades patrióticas, os festejos cívicos que hoje assistes, constituem um preito de admiração, de respeito e de reconhecimento das Forças Armadas do Brasil a ti, herói-mártir, símbolo de bravura indômita, de dignidade, de nobreza, de audácia, de desassombro e de patriotismo incontestado.

Neste dia e nestes momentos de vibração e de entusiasmo, de emoção e de orgulho, com o sangue pulsando no mesmo descompassado e violento ritmo do coração da Pátria penhorada, prestamos novamente justas homenagens à encarnação de todas as virtudes morais e cívicas do militar autêntico que, durante longos 36 anos — desde a planície, como simples soldado, aos píncaros mais elevados do generalato — percorreu neste luminoso e extenso estádio, toda a enorme e esplendente gama do dever, da abnegação e do heroísmo — viagem imensa de peregrinação frutuosa por todos os recantos da Pátria e além das fronteiras, pelos inóspitos, ásperos, insalubres e ignotos chãos do Uruguai, Argentina e Paraguai.

Embora nascido pobre, longe dos raros centros populacionais de relativa importância, nos impérvios sertões combustos de Tamboril, no centro-este do Ceará, privado da rica plenitude das letras que aformoseiam o intelecto, graças ao poder do teu caráter inquebrantável, da tua personalidade vertical, do teu grandioso padrão de bizzarria, varonilidade e energia, do teu desprendimento e fé cívica, lograste a grande fortuna de servir muito e servir convenientemente, a ponto de, enroupado na púrpura do teu próprio sangue, iluminares exuberantemente todos os “degraus infinitos da História”.

Rememoremos um pouco dessa tua ilimitada, incomensurável e imarcessível glória:

Praça de 17 de julho de 1830, no mês de abril de 1832, nas ruas da vetusta Icó, recebias galhardamente o batismo de fogo — já enfeitando-te a farda as divisas de furriel — enfrentando as hostes rebeldes do belicoso Pinto Madeira. Após curto período de labor intenso no morejar diário da vida rude da caserna, seguias em 1835 para o Pará, assolado e infelicitado pela “Cabanada” e cooperavas para a sua pacificação. A seguir, durante três longos e conturbados anos, lutaste re-



nhida e leoninamente contra os "balaaios" maranhenses, participando de 50 combates, comandando pessoalmente 46 dêles e galgando o pôsto de capitão.

Quase a seguir e com a mesma galhardia e impavidez, combatestes sucessivamente os "farrapos" no Rio Grande do Sul e os "praiheiros" em Pernambuco. Assim, lutaste valorosamente no Nordeste, no Norte e extremo Sul do território pátrio. Agora, já no pôsto de major, no ano de 1852, participaste da expedição da Colônia do Sacramento, além fronteiras, e te batestes com denodo na batalha de Monte Cazeros, último reduto e tûmulo da felonía do sanguinário ditador Rosas; da mesma forma e com o mesmo imutável padrão te conduziste ná expedição a Montevidéu, de 1854 a 1855.

Já no pôsto de coronel, com pequeno interregno no comando do Corpo Policial da Côrte, de 1859 a 64, no qual te houveste com absoluta correção elogiada pelo Imperador, foste de novo chamado a servir à Pátria no exterior. E, transpondo mais uma vez a fronteira sul, conquistaste os bordados de brigadeiro, após a rendição de Paissandu em janeiro de 1865, comandando a Primeira Brigada de Infantaria, uma das tropas que mais se distinguiu no ataque.

Dai te deslocaste para Montevidéu e, por ato de 11 de março dêsse mesmo ano de 1865, foste encarregado de dirigir e fiscalizar a instrução de todos os corpos de Infantaria, missão que pouco durou, de vez que, à testa da 3ª Divisão, no mês de abril seguinte, te deslocaste para a barra do arroio São Francisco, nas proximidades de Paissandu. Eram os pródomos da dilatada e cruenta luta que sustentaríamos contra a tirania de López.

No comando desta mesma Divisão, a "encouraçada", prosseguindo no deslocamento, embarcaste, às 12,00 horas de 15 de abril de 1866, à margem esquerda do rio Paraná, e desembarcaste no território paraguaio, sob a canícula causticante, no dia seguinte, para escrever, a pàrtir daí e até o glorioso dia 24 de maio — cumprindo religiosa e integralmente missão do inconfundível chefe OSÓRIO, ombro a ombro com os òutros também valorosos e disciplinados comandantes e comandados aliados — com o teu sangue ardente, estuante, as mais refulgentes páginas da tua longa, combativa e prestimosa vida. Era, exata e coincidentemente, o teu 56º aniversário natalício.

Faz hoje precisamente 95 anos. "Trajavas belo uniforme bordado a ouro matizado de condecorações e medalhas faiscantes". Lembras-te, bravo dos bravos? (Foste comparado, guardadas as proporções, a Nei e a Murat, ambos também nascidos em berço humilde e ambos também alçanderados ao Panteão da Imortalidade).

Podes recordar o hiente, tremendo e pavoroso quadro de Tuiuti?

"Heróico, inabalável, abnegado, cumpriste a missão recebida com fidelidade, bravura, habilidade e estoicismo, e deste ao grande OSÓRIO a potente e inamovível peça a que êle amarrou tôdas as combinações da





GENERAL SAMPAIO — O PATRONO DA INFANTARIA



sua manobra salvadora". Propiciaste, com os análogamente inclitos MALLET, ARGÔLO, MENNA BARRETO, VITORINO MONTEIRO, GUILHERME DE SOUZA, GURJÃO, CONRADO E MACHADO BITTENCOURT, SOUZA NETO e seus anônimos comandados a transmutação de uma derrota certa, numa vitória imponente, retumbante...

Por fim, com três graves e gloriosos ferimentos foste evacuado. 43 dias após, pereceste a bordo do "Eponina", no dia 6 de julho. Tiveste teus despojos mortais inumados, a 8, em Buenos Aires, com soleníssimas exéquias. Depois, devidamente restituídos à Pátria que tanto amaste, em 1869, quando foram colocados na capela do antigo Arsenal de Guerra, na Ponta do Calabouço, e, posteriormente, em "solenidade pouco vulgar", com a presença do Imperador Pedro II, trasladados para o Asilo dos Inválidos da Pátria; depois recolhidos à Sé da tua Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção em 25 de novembro de 1871, e, finalmente, em pomposo cerimonial, depositados no teu rico e perpétuo mausoléu, em lugar de destaque no cemitério de São João Batista, na mesma cidade, aos 25 de outubro de 1873.

E repousam, no sono eterno, no teu querido e jamais esquecido calcinado chão do Ceará, como indiscutível fanal para as gerações atual e futuras, a relembrar o teu patriotismo sem restrições, o teu magnífico exemplo de sereno, invulgar e autêntico chefe.

Mas, na realidade, não morreste, porque os gigantes da tua estirpe não morrem nunca. O teu aurifulgente nome, sobre ser um exemplo, "continua inspirando respeito, admiração, dignidade, nobreza, sacrifício, abnegação e renúncia".

Guarda bem, ANTÔNIO DE SAMPAIO! Tu revives e reviverás sempre: "na ambicionada condecoração *Sangue do Brasil*, cujos motivos heráldicos foram inspirados nos teus gloriosos ferimentos; revives erecto no bronze das estátuas, no colorido de placas de ruas e praças das cidades do teu amado Brasil e nas sociedades de graduados do Exército a que tanto dignificaste; revives na grande barragem que armazena impressionante volume da preciosa linfa no ressequido solo nordestino; revives no Regimento de Infantaria que te ostenta ufano e glorioso nome, e, sobretudo, patrocinando a indômita Infantaria Brasileira, tua própria encarnação". Revives, finalmente, no coração de todos os bons brasileiros, os quais reconhecem e proclamam, numa justa glorificação, que transformaste "a vida numa epopéia, o soldado num herói, o túmulo num altar e a morte na imortalidade".

Camaradas da Marinha, da Aeronáutica e do Exército!

Animados de sadio entusiasmo e de acendrado amor ao verdadeiro e indiscutível mérito, com as almas genuflexas e os corações em continência, façamos vibrar entusiasticamente, por todos os quadrantes do imenso e



querido Brasil a que tanto SAMPAIO amou, inclusive imolando a vida no seu altar, o canto varonil do seu conterrâneo Álvaro Martins:

.....  
"Mais tarde o que êle foi no campo das batalhas  
Quê o digam a rugir as luzidas metralhas,  
Que o digam a tremer os ríspidos canhões,  
A História, o Gênio, a Glória e as bravas Legiões.

.....  
Um dia, na charneca atroz de Tuiuti  
O legendário herói que impávido sorri,  
Depois de ter lutado então como gigante,  
Sobre o campo fatal, ardente e fumegante,  
Sente faltar-lhe o braço, escurecer-lhe o olhar,  
Diz-lhe a voz do destino: Basta de lutar!  
E o grande herói — crivado o peito de feridas,  
O rosto e as mãos em sangue e fumo enegrecidas,  
Surdo à voz da metralha, ao eco do canhão,  
Tendo a morte já no próprio coração,  
Sonâmbulo fatal — dêste sonho afagado —  
Marcha ainda através do campo ensangüentado....  
Foi assim que morreu o General Sampaio.  
O seu nome, que tem mais brilho que o raio,  
Caiu, tombou, rolou do campo da vitória  
Sobre o feito imortal do Brasil e da História."

Rio, 24 de maio de 1961.

#### BIBLIOGRAFIA

- "Reminiscências da Guerra do Paraguai" — Gen Dionísio Cerqueira.  
"Sampaio, Patrono da Infantaria" — Eusébio de Souza.  
"A Heroína e os Bravos", 1957 — Ten-Cel Raimundo Teles Pinheiro.  
"Saudação a Sampaio", 1959 — Ten-Cel Raimundo Teles Pinheiro.  
"Sampaio e Tuiuti" — Maj Luis Flamarion Barreto Lima.

---

FÁBRICA DE CARROCERIAS "ITALIA"

ÂNGELO VIDATTO & FILHOS LTDA.

RUA DOS POMBOS, 70 CX. POSTAL 263 — ARAPONGAS — PARANÁ



## "A DEFESA NACIONAL"

### CORPO DE REDADORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

#### COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délio Jardim de Matos .....	Aeronáutica.
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu...	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta .....	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim .....	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiuza de Castro .....	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho .....	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire .....	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal .....	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona .....	Guerra Atômica
Maj Dario Ribeiro Machado .....	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva .....	Guerra Química





Seção

do CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Class. - 27.505, D.R.

170 / 28-10-52

Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

## SUMÁRIO

I — QUESTÕES DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO CONCURSO DE  
ADMISSÃO A ECEME (de 1939 a 1960)





## DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO À ECEME

### GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho  
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho  
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo  
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaine  
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade  
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen  
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio  
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch  
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othôn A. Leonardos  
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia  
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)  
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos  
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)  
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)  
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

### HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)  
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães  
História do Brasil — Barão do Rio Branco  
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia  
História do Brasil — Rocha Pombo  
História do Brasil — Pedro Calmon  
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana  
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947  
História da América — Gastão Ruch  
(Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)



# I — QUESTÕES DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ECME (DE 1939 A 1960)

## 1. Concurso de 1939

- A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA  
Comunicações da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia
- B) GEOGRAFIA DO BRASIL  
Produção nacional (elementos principais)
- C) HISTÓRIA DO BRASIL  
Invasões holandesas

## 2. Concurso de 1940

- A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA  
Venezuela, Colômbia e Peru
- B) GEOGRAFIA DO BRASIL  
Guerras do Prata

## 3. Concurso de 1941

- A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA  
Navegação na Bacia do Prata
- B) GEOGRAFIA DO BRASIL  
Café e açúcar
- C) HISTÓRIA DA AMÉRICA  
Campanha de 1851-52 — Causas e conseqüências
- D) HISTÓRIA DO BRASIL  
Expedições Bandeirantes

## 4. Concurso de 1942

- A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA  
Sistema de comunicações da República Argentina — Descrição sumária e influência que o mesmo exerce sobre os transportes para as fronteiras
- B) GEOGRAFIA DO BRASIL  
O Rio São Francisco sob os aspectos econômico e militar



## C) HISTÓRIA DA AMÉRICA

Paralelo entre as ações de San Martin e Simon Bolivar na libertação sul-americana

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

Independência do Brasil — Formação e desenvolvimento do espírito de nacionalidade. Influência das idéias liberais do século XVIII. Causas imediatas da Independência

## 5. Concurso de 1943

## A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Bacia do Prata — Navegabilidade dos principais cursos d'água. Sua importância nas relações político-econômicas e sociais dos países sul-americanos

## B) GEOGRAFIA DO BRASIL

A produção da borracha no Brasil — Sua influência na economia nacional. Principais centros nacionais de industrialização do produto. Sua importância na indústria bélica

## C) HISTÓRIA DA AMÉRICA

O'Higgins e San Martin na libertação do Chile.

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

Ação pacificadora de Caxias nas lutas internas do 2º Império.

## 6. Concurso de 1944

## A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Expor sucintamente a evolução econômica do Brasil

## B) GEOGRAFIA DO BRASIL

Estudo fisiográfico, sucinto, dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

## C) HISTÓRIA DA AMÉRICA

Opinião justificada sobre o Vice-Reino do Prata e sua influência na política internacional sul-americana

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

Influências políticas e econômicas advindas da chegada e permanência de D. João VI no Brasil

## 7. Concurso de 1945

## A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Bolívia: regiões naturais; seu estudo sob o triplice aspecto: físico, econômico e etnográfico



## B) GEOGRAFIA DO BRASIL

Estudo dos sistemas ferroviário e rodoviário brasileiros. Sua importância político-econômica, quer nas relações entre as diferentes regiões da comunidade brasileira quer no intercâmbio internacional

## C) HISTÓRIA DA AMÉRICA

Causas e conseqüências políticas da campanha de 1827 com a República Argentina

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

1ª questão: Evolução e consolidação das atuais fronteiras do Brasil. Papel de Rio Branco

2ª Questão: Principais estágios por que passaram as nossas lindes e princípios adotados para a delimitação definitiva das nossas fronteiras em relação às Repúblicas Hispano-Americanas

## 8. Concurso de 1946

## A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Argentina: Estudo da fisiografia, população, produção, comunicações, influência política e econômica

## B) GEOGRAFIA DO BRASIL

Bacias hidrográficas — Estudo sumário, principalmente sob o aspecto da produção e intercomunicações

## C) HISTÓRIA DA AMÉRICA

Influência da Independência dos Estados Unidos na América do Sul, principalmente no Brasil

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

Guerra do Paraguai — Estudo das causas, conseqüências e principais fases da campanha

## 9. Concurso de 1947

## A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Uruguai e Paraguai

## B) GEOGRAFIA DO BRASIL

Vale do Paraíba

## C) HISTÓRIA DO BRASIL

Evolução dos estudos platinos do século XIX.

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

Açúcar



## 10. Concurso de 1948

## A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Relêvo da América e influência nas comunicações.

## B) GEOGRAFIA DO BRASIL

Influência da Geologia sobre a mineralogia. Imigração

## C) HISTÓRIA DA AMÉRICA

Independência dos países latino-americanos

## D) HISTÓRIA DO BRASIL

Província Cisplatina

## 11. Concurso de 1949

## A) GEOGRAFIA

Tendo em vista que o Brasil precisa resolver definitivamente os problemas do alumínio, do níquel, dos fertilizantes, do enxôfre e do cimento, entre outros; apreciar sucintamente cada um desses problemas na região E. e na região S., sob os aspectos fisiográfico, econômico e político

## B) HISTÓRIA

Fronteira com a República Argentina: informação histórica, conseqüências políticas, econômicas e militares em caso de sucesso das reivindicações territoriais com o Brasil.

## 12. Concurso de 1950

## A) GEOGRAFIA

1 — Estudo resumido da fronteira brasileiro-boliviana e brasileiro-paraguaia, correspondente ao Estado de Mato Grosso e incluindo o Rio Paraná, caracterizando principalmente os tipos de fronteira

2 — Enunciar e apreciar sinteticamente as comunicações existentes na fronteira acima referida e a articulação das mesmas com regiões brasileiras e outras regiões sul-americanas

3 — Estudo resumido da importância atual e futura de combustíveis e metalurgia que se articulam com a fronteira e as comunicações acima referidas, quanto à economia dos três países limítrofes e de outros países sul-americanos

## B) HISTÓRIA

1 — Comentar resumidamente as causas da instituição do Vice-Reino do Prata, em particular no que diz respeito ao Brasil



- 2 — Enunciar a primeira medida militar do governo espanhol em favor do Vice-Reino do Prata e contra o território brasileiro: resumo de sua finalidade, plano geral, conduta das operações e resultados
- 3 — Estudo sintético do primeiro tratado de limites estabelecido depois da instituição do Vice-Reino do Prata, relativamente aos territórios brasileiro, oriental e platino, nas regiões em que se confinam
- 4 — Comentar sinteticamente entre as causas que determinaram o desmembramento do Vice-Reino do Prata e as conseqüências dêste acontecimento em relação à América do Sul, em particular quanto ao Brasil

13. Concurso de 1951

A) GEOGRAFIA

1ª Questão — Apreciar as seguintes questões referentes à SIDERURGIA NO BRASIL

- aproveitamento do minério de ferro e do carvão brasileiros
- influência da siderurgia na economia nacional

2ª Questão — Importância econômica do triângulo boliviano SANTA CRUZ DE LA SIERRA — SUCRE — COCHABAMBA

— Que representa a ferrovia BRASIL — BOLÍVIA, relação aos esforços de outros países, para o acesso ao referido triângulo?

B) HISTÓRIA

1ª Questão — Apresentar as causas e conseqüências das expedições terrestres paulistas, realizadas nas bacias dos Rios PARANÁ e PARAGUAI nos séculos XVI e XVII

2ª Questão — Expor e apreciar as ações militares do BARÃO DE CAXIAS no sentido de pacificar as Províncias de SÃO PAULO e MINAS

3ª Questão — Sintetizar o Plano de Operações adotado pelo BRASIL, pela ARGENTINA e pelo URUGUAI, por ocasião da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança contra o Governo do PARAGUAI

14. Concurso de 1952

A) GEOGRAFIA

1ª Questão — Causas geográficas e culturais que têm retardado o desenvolvimento das indústrias de base do BRASIL

2ª Questão — Análise, sob o aspecto fisiográfico-militar, da região natural do Nordeste Brasileiro

B) HISTÓRIA

Questão Única — Campanha de 1851-1852: 1 — Teatro das Operações; 2 — 2ª fase da Campanha



## 15. Concurso de 1953

## A) GEOGRAFIA

1ª Questão — A Bacia do Médio SÃO FRANCISCO

— influência dos fatores físicos e humanos na formação de sua economia

— possibilidades de evolução dessa economia, partindo de seu estágio atual

2ª Questão — A bacia carbonífera do Estado de SANTA CATARINA

— seu valor econômico

— escoamento de sua produção para os principais centros de consumo. Reflexos de um conflito continental, que envolva o Sul do País, na utilização do carvão catarinense

## B) HISTÓRIA

1ª Questão — Realize um estudo comparativo entre a SEGUNDA INVASÃO HOLANDESA e a GUERRA DA CISPLATINA, ressaltando as semelhanças verificadas, somente no que concerne:

a) às causas políticas, econômicas e militares dos dois acontecimentos

b) às reações que aquelas lutas provocaram no sentimento do povo do BRASIL

2ª Questão — Descreva, em linhas gerais, as manobras de BOLIVAR e BOYACÁ e de CAXIAS em PIQUICIRI, realçando os pontos de analogia ou de contraste que as referidas operações apresentaram

## 16. Concurso de 1954

## A) GEOGRAFIA

Questão única — A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)

— sua influência no desenvolvimento econômico do NE, particularmente dos transportes e da indústria

— sugestões para o aproveitamento de sua energia, tendo em vista o equilíbrio econômico entre o S e o N e o fortalecimento da unidade nacional

— problema social conseqüente

## B) HISTÓRIA

1ª Questão — Ação Libertadora de Bolívar

— contribuição do elemento brasileiro, no campo militar

2ª Questão — Vice-Reinado do Rio da Prata



— causas políticas e econômicas que influíram na sua constituição e no seu desmembramento

3ª Questão — Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai — dentro do quadro geral dos antecedentes e das consequências dessa guerra, estudar, sinteticamente, as questões de limites e navegação, entre o Império do Brasil e a República do Paraguai

4ª Questão — Holandeses no Brasil

— causas gerais das suas investidas no século XVII.

## 17. Concurso de 1955

### A) GEOGRAFIA

1ª Questão — Estudar, sumariamente, as principais zonas férreas do território brasileiro, destacando as condições de aproveitamento pela atual indústria siderúrgica existente no País e salientando as demais possibilidades com relação à economia nacional

2ª Questão — Analisar as repercussões político-econômicas da ligação ferroviária Brasil — Bolívia, no continente sul-americano, considerando: 1) o porto de Santos; 2) o parque industrial de São Paulo; 3) a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; 4) o sistema de transportes platino; 5) as possibilidades econômicas da Bolívia

3ª Questão — Realizar o estudo comparativo, sumário, das fronteiras marítimas da região natural do Nordeste Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) e do trecho Baía de Guanabara — Rio Grande do Sul, sob os seguintes aspectos:

— o litoral; a orografia; a hidrografia. Concluir sobre a maior ou menor facilidade de penetração em cada uma dessas fronteiras

### B) HISTÓRIA

1ª Questão — O Tratado da Tríplice Aliança, em seu artigo 3º, cujo inteiro teor consta da folha anexa, regulou o exercício dos comandos superiores durante a guerra contra o governo de Solano Lopez

ANALISE, sucintamente, em face dos termos do citado dispositivo:

1) as razões justificativas de tal distribuição de comandos

2) as consequências de sua aplicação

(A análise não deve ultrapassar a data do insucesso do ataque a Curupaiti — 22 Set 66)



2ª Questão — Aponte as causas imediatas, assim compreendidas, as surgidas ou agravadas após a Batalha do Passo do Rosário (20 Fev 27), de que resultou a independência da Província de Montevidéu, ou Cisplatina (27 Agô 28).

(Não há necessidade de citar datas. Procure respeitar a ordem cronológica dos acontecimentos)

3ª Questão — Expor, sinteticamente:

- as causas, remotas e próximas, que levaram o Brasil a participar da Campanha de 1851-1852, contra ORIBE e ROSAS
- as consequências, advindas dessa Campanha, para os países nela envolvidos, direta ou indiretamente

## 18. Concurso de 1956

### A) GEOGRAFIA

1ª Questão — Estudar, resumidamente, a BACIA AMAZÔNICA na área compreendida pela Região Natural Norte, sob os aspectos fisiográfico, demográfico, econômico e militar, concluindo, particularmente, quanto às medidas para sua valorização

2ª Questão — No caso de uma guerra em que o adversário, apossando-se do NORDESTE BRASILEIRO (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), impossibilite o tráfego pelo seu interior e a navegação pelo litoral brasileiro

a — que países sul-americanos terão possibilidades de abastecer de petróleo a refinaria de MANAUS, com maiores facilidades? justificar resumidamente

b — que vias de transporte interiores (exclusive as aéreas) existentes ou em planejamento poderiam assegurar as ligações do Centro-Sul de GOIÁS e Centro-Sul de MATO GROSSO com os núcleos populacionais do PARÁ, AMAZONAS e TERRITÓRIO DO ACRE, tendo em vista a unidade nacional?

3ª Questão — Apreciar, resumidamente, a importância atual e futura das vias de transportes referidas na letra b) da 2ª Questão, tendo em vista os núcleos que ligam e as regiões que atravessam

Observação: O mapa-mudo da AMÉRICA DO SUL poderá ser utilizado à vontade do candidato, devendo, entretanto, ser restituído ao fiscal da prova juntamente com a solução e o papel de rascunho

### B) HISTÓRIA

1ª Questão — Fazer uma apreciação dos principais fatores que contribuíram para a instabilidade política no PRATA a partir



de 1776 (criação do VICE-REINADO DO RIO DA PRATA), caracterizando os Estados formados naquela região, inclusive os de duração efêmera

### Observações

- 1) a questão em aprêço tem mais caráter analítico do que descritivo, devendo, portanto, o candidato reportar-se a fatos que caracterizem a tese, sendo desnecessárias as descrições de campanhas, batalhas, etc., que, porventura, venham a ter relações com o pedido
- 2) como exemplo de instabilidade política na AMÉRICA DO SUL, podemos citar a GRÁ-COLÔMBIA, que teve duração efêmera e se desmembrou em vários Estados
- 3) para desenvolvimento da questão deverá ser obedecido o seguinte memento

I — Caracterização do PRATA como um conjunto geoeconômico

II — Fatores que contribuíram para a instabilidade política:

A — Geográficos

B — Econômicos

C — Sociais

D — Políticos

E — Outros fatores

III — Principais Estados formados no PRATA a partir de 1776

IV — Conclusões

2ª Questão — Analisar as causas que condicionaram a *expansão litorânea* dos lusos, em território sul-americano, nos séculos XVI e XVII, focalizando:

- o retardo do início da colonização, e razões que mais tarde irão despertar a atenção e interesse de Portugal
- os motivos que contribuíram para um rápido desenvolvimento de certas regiões que se constituíram em focos de irradiação de colonização
- os principais rumos que tomaram as correntes desbravadoras, e as causas que influíram em sua impulsão e orientação

3ª Questão — Estudar as causas que contribuíram para atrair o elemento militar ao movimento que culminou com a implantação da República no Brasil

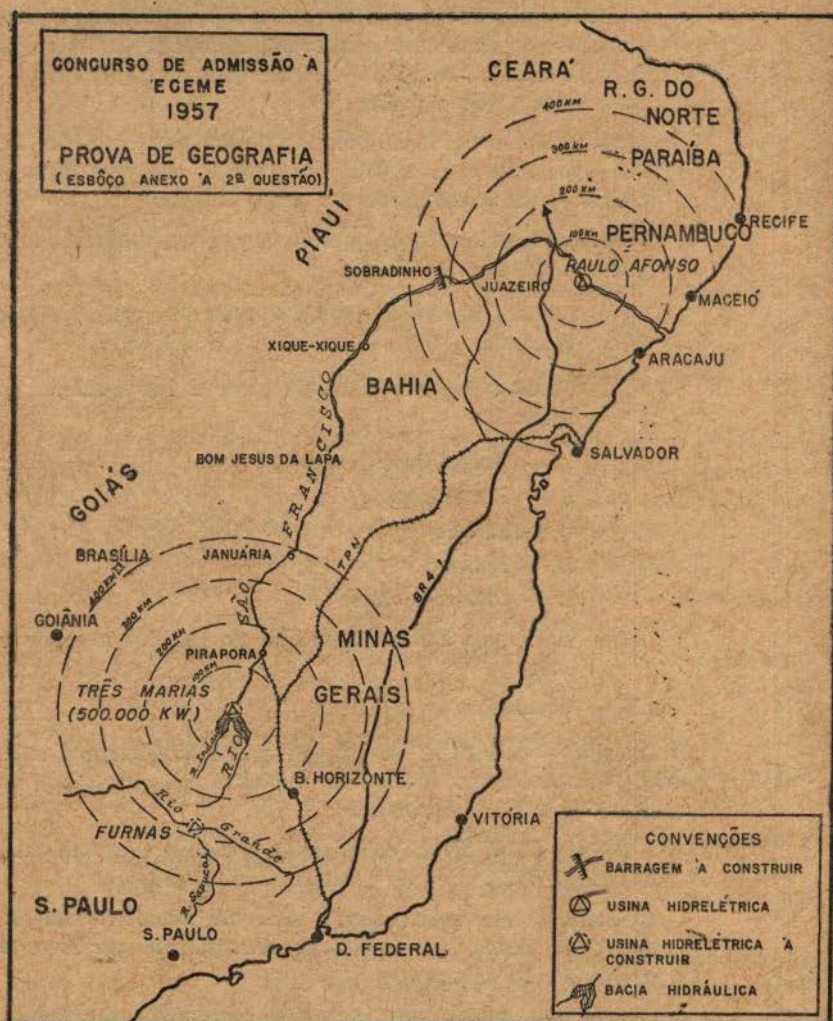


## 19. Concurso de 1957

## A) GEOGRAFIA

1ª Questão — A siderurgia na ARGENTINA e no BRASIL

2ª Questão — Consequências econômicas, políticas, sociais e militares, da realização do projeto de barragem do Rio SÃO FRANCISCO, em TRÊS MARIAS. (Ver esboço anexo)



3ª Questão — Considerando

a) o desenvolvimento em curso no SUL DE MATO GROSSO e no OESTE do PARANÁ



- b) as vinculações atuais do PARAGUAI à ARGENTINA e ao BRASIL

estudar as conseqüências de natureza econômica e política, para o primeiro desses países, resultantes do desenvolvimento considerado

**B) HISTÓRIA**

1ª Questão — No Quadro do processo histórico da formação política dos atuais Estados hispano-sul-americanos

- a) caracterizar a influência do PRATA e dos ANDES
- b) focalizar os acontecimentos históricos mais importantes da emancipação política desses países
- c) citar os problemas de natureza política surgidos em conseqüência e ainda subsistentes

2ª Questão — Relativamente ao centro político do BRASIL-COLONIAL, analisar

- a) as razões de sua localização inicial na Baía de TODOS OS SANTOS, assinalando as conseqüências daí decorrentes
- b) as causas determinantes de sua transferência para o RIO DE JANEIRO, ressaltando a influência na evolução de nossas fronteiras

3ª Questão — Estudar as causas e conseqüências do fracasso de CURUPAITI

**20. Concurso de 1958**

**A) GEOGRAFIA**

1ª Questão — Considerando-se como material estratégico todo aquele que, essencial à defesa nacional, terá que ser obtido, total ou parcialmente, fora do nosso território, caracterizar

- os minerais estratégicos, do ponto de vista brasileiro, existentes nos países hispano-sul-americanos
- as regiões de sua localização

2ª Questão — Estudar, no quadro da circulação interna da AMERICA DO SUL, as regiões de articulação rodoviária, ferroviária e fluvial existentes na nossa fronteira terrestre, caracterizando a sua influência nas relações políticas e econômicas continentais

3ª Questão — Partindo de um estudo sumário das regiões AMAZÔNICA e NORDESTINA, no qual sejam apreciados os principais problemas regionais e a posição daquelas regiões com relação ao triângulo de poder econômico RIO — SÃO PAULO — BELO HORIZONTE, mostrar a possível influência no deslocamento do centro político do BRASIL para o PLANO ALTO CENTRAL, no fortalecimento da unidade nacional



## B) HISTÓRIA

1ª Questão — Enumerar as causas que, do descobrimento ao fim do Império, contribuíram favoravelmente e de modo relevante para a unidade nacional brasileira. Justificar sumariamente

2ª Questão — Atuação das correntes espanholas para a conquista e colonização das regiões que vieram a constituir, em fins do século XVIII, os territórios dos Vice-Reinados do PERU e do PRATA. Estudo comparativo, somente quanto aos seguintes aspectos:

- a. Finalidade com que se realizaram as primeiras iniciativas
- b. Caráter privado ou oficial das primeiras expedições
- c. Combinação de direções no reconhecimento e ocupação de cada região
- d. Resistência oposta pelos indígenas e o modo de superá-la

3ª Questão — Da intervenção realizada no PRATA, em 1811, por DIOGO DE SOUZA, e da Guerra de 1851-52, apresentar, de modo sucinto, as conclusões referentes:

- a. A política mantida por portugueses e brasileiros, com relação ao PRATA, e que orientou os dois acontecimentos
- b. As analogias ou dissimilaridades verificadas no desenvolvimento geral das operações militares da primeira intervenção e da 2ª fase da última campanha
- c. Aos resultados obtidos com essas duas intervenções do BRASIL no PRATA

## 21. Concurso de 1959

## A) GEOGRAFIA

1ª Questão — Apreciando o quadro geral da Agropecuária na América do Sul, analisar sucintamente:

- as causas geográficas que determinaram o seu maior ou menor desenvolvimento
- as consequências econômicas decorrentes

2ª Questão — Considerando efetivada a conexão rodoviária Brasil — Paraguai na região de Foz do Iguaçu, apreciar os reflexos econômicos, políticos e psico-sociais, para ambos os países daí decorrentes

3ª Questão — Considerando o desenvolvimento industrial do Brasil, analisar o problema da "Energia Elétrica", apreciando, principalmente, os recursos potenciais existentes para a produção de eletricidade: hidráulicos e térmicos (carvão, petróleo, nuclear)



Indicar aqueles cujo aproveitamento, em bases econômicas, deva ser realizado para atender aos principais centros industriais do país

## B) HISTÓRIA

1ª Questão — No processo da emancipação política da América Hispano-Sul-Americana

- a. Assinalar as ações militares no Prata e nos Andes
- b. Focalizar as principais consequências político-militares dessas ações, apenas durante o 1º quartel do século XIX

2ª Questão — Apreciar a atuação do Brasil no cenário platino, durante o século XIX, caracterizando os principais acontecimentos e os problemas decorrentes

3ª Questão — Tendo em vista o período do Brasil-Colônia (1500-1822), configurar a posição relativa das regiões: Salvador — Recife e Rio de Janeiro — São Paulo, antes e depois da fundação da Colônia do Sacramento

## 22. Concurso de 1960

### A) GEOGRAFIA

1ª Questão — Considerando a importância de BELÉM DO PARÁ, por sua articulação com as rotas marítimas do ATLÂNTICO NORTE e com a AMAZÔNIA, através da grande artéria fluvial:

- a — analisar, do ponto de vista brasileiro, as possíveis consequências de ordem política, econômica e militar, de uma ligação RIO NEGRO — CASSIQUEARE — ORENOCO, por um canal que assegure permanente navegação de grande calado
- b — Apreciar o valor de uma ligação de BELÉM com o centro e o sul do PAÍS, através de um tronco longitudinal de grande rendimento, ferroviário, rodoviário ou ferro-fluvial

2ª Questão

- a — Expor, de modo sucinto, a situação dos países sul-americanos, quanto à existência e exploração de minério de ferro, ressaltando a posição do BRASIL no panorama continental
- b — Fazendo uma apreciação das atuais condições de exportação do nosso minério de ferro, sugerir a política a ser obedecida nesse setor, bem como as medidas gerais decorrentes dessa mesma política



3ª Questão — Através do estudo da influência dos fatores fisiográficos, dos recursos e atividades econômicas, e das maiores ou menores facilidades de circulação, na ocupação de cada Região Natural do País, interpretar o quadro atual da distribuição demográfica do Brasil

## B) HISTÓRIA

1ª Questão — Do século XVIII ao término do seu domínio no BRASIL, PORTUGAL assinou, além de outros, os seguintes ajustes diplomáticos

- 1º Tratado de Utrecht (11 Abr 1713)
- Tratado de Madrid (13 Jan 1750)
- Tratado de El Pardo (12 Fev 1761)
- Tratado de S. Ildefonso (1 Out 1777)
- Tratado de Badajoz (6 Jun 1801)

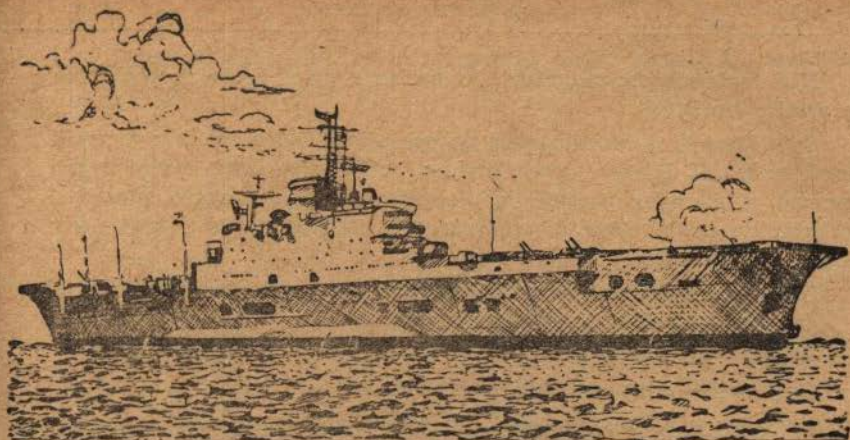
Enumerar, sucintamente e para cada um deles

- causas ou circunstâncias determinantes da assinatura
- principais estipulações contidas e conseqüências mais importantes para o BRASIL

2ª Questão — Assinalar as diferenças básicas — na realização e nas conseqüências — apresentadas entre a independência do BRASIL e a das NAÇÕES HISPANO-SUL-AMERICANAS, apreciando os fatores responsáveis por essa diferenciação

3ª Questão — Do período compreendido entre os primórdios do século XVI e o final do século XIX, apreciar os principais fatos históricos suscetíveis de influenciar — favorável ou desfavoravelmente — as relações políticas entre o BRASIL e o PARAGUAI





# MARINHA

Coordenador: Cap-Ten AYRTON BRANDÃO F.

## O NAVIO, CONSTRUÇÃO DE AÇO

### TRABALHO APRESENTADO À SEMANA DE ESTUDOS SÔBRE TRANSPORTES MARÍTIMOS E CONSTRUÇÃO NAVAL

HEITOR DA CUNHA PESSOA

O estudo aqui apresentado não comporta a menção histórica sobre navio, porém, para concentrar, numa palavra, tôda concepção navieira, esclarecemos que todo vaso flutuante de grande porte chama-se "navio".

Sabemos terem sido os primeiros vasos flutuantes "casca de árvore", movidas pelo uso das mão humanas (do livro "Navios e Como Eles Singraram os Sete Mares" — de Van Loon).

Depois, outros tipos de embarcações surgiram, movidas sucessivamente pelos remos, por velas, rodas, hélices e jato.

A roda foi muito usada, utilizando-se o vapor d'água ou o motor.

O uso do vapor tanto é empregado por meio de máquinas alternativas, como pela turbina.



Não tratamos da propulsão de navios a jato, ainda desconhecida, na prática, no Brasil.

Considerando o assunto, pela prospecção do advento da construção naval no Brasil, é conveniente lembrar que a experiência pode prestar razoável colaboração, produzindo, de certo modo, um apuro apreciável no exercício inicial dêste empreendimento tão importante para a nossa Pátria.

Não nos consideramos exagerados ao dizermos que a construção naval é hoje para êste País, muito mais importante do que a *exploração do transporte marítimo com a aquisição de navios no estrangeiro*.

O que atualmente sucede é o seguinte:

a) o Brasil faz o transporte marítimo de cabotagem fluvial e lacustre com aquisição de barcos no estrangeiro;

b) em consequência da alínea "a" o país estrangeiro fornecedor do navio e, geralmente, financiador a longo prazo, absorve dois lucros: um da venda, outro dos juros;

c) a exploração do navio comprado no estrangeiro acarreta ao Brasil os gastos da alínea "b", e os de manutenção de frota; administração; reparações freqüentes, usando-se materiais oriundos do estrangeiro; as recuperações geralmente realizadas no estrangeiro, e, ainda, o risco da forte concorrência de armadores nacionais, no Brasil.

Quando os navios, embora adquiridos no estrangeiro são utilizados nos transportes internacionais, isto é, no Longo Curso e grande cabotagem (grande cabotagem é a cabotagem no Brasil estendida até as Guianas, ao Norte e até a Bacia do Prata no Sul), há a compensação natural pela concorrência que fazem às frotas de outros países, sendo lançados como elementos de captação de divisas para o Brasil.

Finalmente, de vez que a construção naval no exterior desvirtua a argúcia da engenharia brasileira, tendo em vista a indução que lhe é imposta pela maior experiência dos construtores de outras nacionalidades, adotando-se sua arquitetura preferencial, com todos seus detalhes, num simples e passivo sistema de assimilação, mesmo quando os projetos (planos) são elaborados por técnicos brasileiros, deixando ao domínio estranho, até mesmo certas circunstâncias do empreendimento, relacionadas com a segurança do nosso País, é indispensável circunscrever na esfera nacional tôda a arte, todo sêgrêdo e todo o aproveitamento do navio a serviço do Brasil.

Pouco temos a dizer da exploração do transporte aquaviário neste preâmbulo, porém certo é que o bom senso nos recomenda a advertência para o perigo de emprêgo inadequado de navios, cujas construções devem atender sempre a conveniências múltiplas do armador que, ao adquirir uma unidade nova, tem diante de si, um período largo, no mínimo presumível, de 20 anos, de permanente vigília nos negócios de sua especialidade, para não ser colhido nas malhas dos maus resultados, de várias modalidades, a que está sujeito, sendo cada um de per si, sempre vultoso.



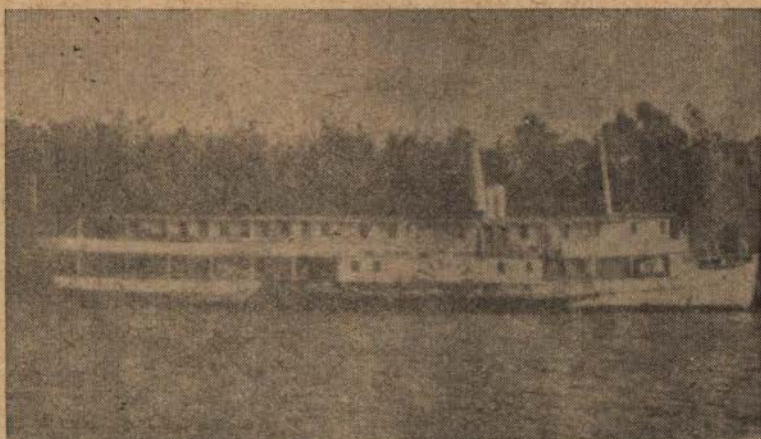
Para retirar-se um navio do serviço ativo, devem ser consideradas várias circunstâncias de ordem técnica e econômica.

### CONSTRUÇÃO

Antes de construir-se um navio, ou uma série de navios iguais para exploração comercial, é necessário existir o plano sobre o emprêgo respectivo. Este princípio de ordem técnica e econômica é incontestável.

Na ordem técnica há que cogitar-se do seguinte:

- 1.º Se a exploração será fluvial ou lacustre ou será marítima.
- 2.º Quais as condições de trabalho existem e por quanto tempo podem as mesmas subsistir, nos portos de escalas do navio ou navios de uma série, na composição de um itinerário regular.
- 3.º Salvo no caso de pensar-se na exploração de um navio ou de navios em serviço de "tramps", torna-se necessário designar portos de escalas em viagens regulares, estabelecendo-se o que apropriadamente se indica por *Linha Regular*.



O n/v "Rio Grande" da frota fluvial e lacustre do Lóide Brasileiro, em 1890

4.º Para explorar um navio na categoria de "tramps", a respectiva construção pode deixar de atender a certas exigências, porém, para emprêgo em *Linha Regular*, são necessárias certas qualidades que correspondam aos fins em vista, como por exemplo:

- a) para um navio a ser usado no transporte de passageiros, malas postais e encomendas, excluindo, portanto, o transporte de cargas, existem certas características especialíssimas;
- b) para navios mistos (passageiros e cargas) — também há características definidas;
- c) para navios cargueiros, as características se afastam das que correspondem às alíneas "a" e "b";



- d) os navios-tanques têm características especiais;
- e) os navios adequados ao transporte de minérios também têm suas peculiaridades.

5.º Relativamente a cada item, passamos a dar detalhes sobre as construções conforme os tipos de navios:

*Alínea "a"* — As qualidades principais em: esplêndida velocidade, relativamente às travessias; luxuosidade, quanto às instalações; no bom gosto quanto às decorações; no conforto e esmerada higiene quanto às acomodações; na elegância de linhas da construção, quer no aspecto externo, quer nas divisões internas; na impressão de segurança que deve inspirar; tudo, para impressionar bem os passageiros e interessados em geral na sua utilização.

*Alínea "b"* — Os navios mistos devem ter, como virtude, o seguinte: capacidade de cargas não muito grande; excepcional aparelhamento para as operações de carregamento e descarga, tornando rápidos os serviços portuários; acomodações para passageiros não luxuosas e, de preferência, de uma só classe (é costume dizer-se "classe única"); marcha consideravelmente boa, tanto quanto possível econômica; perfeita separação das dependências destinadas aos passageiros dos demais locais do barco, de modo a não haver riscos para os mesmos, durante as operações de carregamento e descarga, possibilitando, outrossim, que estas operações se processem livremente, com segurança e rapidez; aparelhamento silencioso para movimentação das cargas.

*Alínea "c"* — Os navios cargueiros devem apresentar a velocidade compatível com as distâncias entre os portos de escalas de linha em que forem empregados. Se as escalas forem próximas, umas das outras, como acontece muitas vezes na cabotagem, a velocidade pode ser a mínima razoável, porém, se as escalas são de longa distância, a exemplo do que sucede nas linhas de *Longo Curso*, a boa velocidade tem grande influência para êxito de sua utilização, devendo considerar-se a necessidade de marcha igual à dos melhores navios mistos, como indicativo de boas possibilidades na concorrência dos transportes; os porões devem ter sua capacidade dividida em *côbro* e *cobertas*, de acordo com a necessidade de recebimento de cargas de naturezas diversas, podendo alguns porões ser preparados para cargas *sêcas* e outros para *líquidas e sêcas*; naturalmente, os porões para *cargas sêcas* possuirão tantas *cobertas* quanto o pontal permitir, havendo entre as mesmas a altura razoável para boa arrumação das cargas. Os porões para *cargas líquidas e sêcas* deverão ter os tanques desde baixo, elevando-se acima do *côbro*, ficando a *coberta* (geralmente uma só) para as *cargas sêcas* (considerando-se também *cargas sêcas*, as *líquidas* e *gasosas* embaladas em continentes sólidos, conquanto exijam locais distintos para estivagem nos porões, sendo preferível estivá-las no convés ou nas *cobertas* situadas sobre tanques). Principalmente, o navio cargueiro deve possuir excelente aparelhamento para carga e descarga.

*Alínea "d"* — Os navios de construção especial para transporte de minérios sólidos devem apresentar grande resistência nas partes mais



utilizadas para carregamento e descarga, porque o impacto produzido pela queda de minérios densos e a permanência desses corpos por muito tempo sobre área reduzida, isto é, projetando-se maciçamente sobre o côbro, desgastariam rapidamente o material, se este fôsse de contextura dos navios utilizados em carga geral, havendo até vários exemplos de *alquebramento prematuro* pelo excesso de minério estivado em partes reduzidas de porão.

*Alínea "e"* — Condições especialíssimas exigem os navios-tanques, quer quando empregados no transporte de líquidos, quer nos transportes de gasosos. A principal característica, entretanto, é a de garantia de segurança nas operações, evitando-se os desastres que acarretam perdas de vidas e prejuízos, com avarias nos navios ou perda destes, por isso que os líquidos e os gases a transportar geralmente são inflamáveis perigosos, capazes de causar explosões em certas circunstâncias.



O n/m "Cabo de Santa Marta" recém-incorporado à frota de longo curso do Lóide Brasileiro

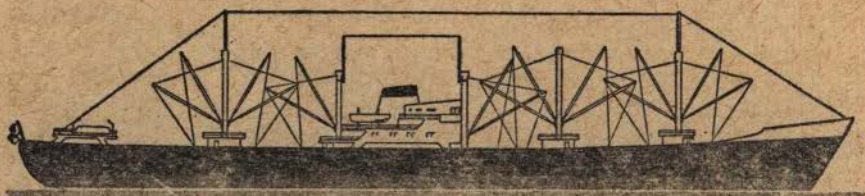
O navio-tanque exige condições de estanqueidade e de rapidez absoluta nas operações de carregamento e descarga, empregando-se com êxito nessas operações o processo de gravidade ou sucção.

Os tipos de navios referidos às alíneas "a", "b" e "c" podem dispor de porões e cobertas para *cargas frigoríficas* e, nesse caso, as câmaras respectivas tanto podem ser usadas para uma espécie de carga, como para diversas, dependendo da temperatura a ser mantida em cada uma, conforme requeira a condição física de cada mercadoria. Além disso, o navio pode ser totalmente construído para transporte de *cargas frigoríficas*, sendo *cargueiro* ou *misto*, cujas características "*mutatis mutandis*" deve acompanhar.



Devem ser qualidades de todos os tipos de navios os seguintes elementos:

- a) frigoríficos para uso de bordo;
- b) aparelhamento completo para extinção de incêndios;
- c) acomodações para a tripulação à base de material que proporcione estado permanente de higiene e conforto;
- d) aparelhamento completo para absoluta segurança da navegação;
- e) material para assegurar plenamente o salvamento das pessoas que estiverem a bordo, nos casos de sinistros;
- f) tanques para quantidade de combustível, com capacidade para raio compatível ao tempo de duração das maiores travessias, conforme as distâncias entre os portos da linha em que cada navio fôr empregado, considerando-se ainda os gastos nos portos e a reserva indispensável para os imprevistos;
- g) instalações radiotelegráficas de modo a assegurar as comunicações com rapidez e precisão a qualquer momento;
- h) alojamento especial, devidamente preenchido com requisitos indispensáveis à assistência médica daqueles que estiverem a bordo;
- i) instalações mecânicas em larga escala, de modo a evitar, no máximo possível, o esforço humano, quer pela necessidade de poupança de saúde dos tripulantes, quer pela economia oferecida pelos recursos mecânicos, comparados ao esforço humano;



Em 1961 será entregue pela "Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S.A.", o n/m "Henrique Lage", primeiro de uma série de 10.500 tdw encomendados pela CMM aos estaleiros de Jacuacanga para a linha de longo curso do Lóide Brasileiro

- j) aparelhamento de calefação e refrigeração, em todos os alojamentos e salões, proporcionando temperatura adequada ao bem-estar de todas as pessoas existentes a bordo;
- k) condições do *calado* que proporcionem o máximo de *deadweight* em mínimo do *calado relativo*;
- l) em síntese, nada pode ser inferior à obediência integral aos acordos internacionais sobre salvaguarda da vida humana no mar e mínimo de conforto para as guarnições.

Relativamente aos sistemas de propulsão, parece-nos mais interessante, no momento, adotar os seguintes:

- a) motor, usando-se como combustível de preferência dieseloil refinado, podendo ser usado o óleo denominado "standard ship" ou "gaz oil", ambos correspondentes ao "diesel oil impuro";



b) o vapor-turbina com emprêgo de "BUNKER C" (óleo combustível bruto).

Para a exploração comercial, preferimos focalizar os seguintes tipos de navios: "paquêtes", "mistos" e "cargueiros" aptos a competir com os "mistos".

#### PLANEJAMENTO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO NAVIO

Versando sôbre esta fase, parece-nos que se deve ter em conta o seguinte:

- linhas a explorar, empregando navios adequados;
- escolha de tripulações, procedimento da sede e agências.

Atentos a estas especificações, apresentamos nosso subsídio correspondente à fase de planejamento e julgamos por bem expressar que o ponto capital do *Transporte Marítimo* é a regularidade, quando se planeja a sua exploração comercial.

A regularidade nos transportes marítimos comerciais só pode ser tomada em consideração de algum tempo atrás a esta época, isto é, depois que foram fixadas certas normas de garantia para passageiros e cargas, e depois que se conseguiu o seguinte: estabelecimento da separação de espaços apropriados para passageiros e para cargas e ainda a locomoção a vapor. Temos também que considerar como fator importante em favor da regularidade a distinção que passou a ser feita entre navios de guerra e os destinados exclusivamente aos serviços mercantes. Dantes tudo era irregular a começar pela mixórdia da aglomeração de tripulantes, cargas, passageiros, mantimentos, animais, petrechos de guerra, etc., não



O n/m "Guanabara" de 6.100 tãw, é o primeiro de uma série de 4 construídos pelos estaleiros finlandeses "Valmet Oy"



tendo sido raras vezes em que os navios, por diversas circunstâncias, não atingiram seus destinos, ou, quando o faziam, por muitas vezes entregaram as cargas parcialmente avariadas ou totalmente imprestáveis. Isto sem falar em todos os riscos a que estavam expostos os tripulantes e passageiros.

Para impedir a regularidade desses transportes, em tempos que não deixaram saudades, havia a força da natureza, representada pelos ventos, temporais e evoluções das grandes massas de água, fatores esses que, em suas maiores expansões, sobrepujavam as possibilidades dos navios ficarem flutuando em perfeitas condições, quando não os faziam naufragar de vez, conforme época e zona do acontecimento. Portanto, somente depois de estudos prolongados, conseguiram os construtores avaliar melhor os problemas da navegação marítima, criados pela natureza, tornando as construções "relativamente mais seguras", pois assim nos manifestamos, como ciclones, que até hoje causam naufrágios. De outro lado a escassez de ventos teve grande culpa na irregularidade dos navios a vela e foi "causadora do desprestígio dos famosos "Clipers" nos meados do século XIX, porquanto os navios desse tipo, com possibilidade para desenvolverem velocidade de 12 milhas por hora, quando havia vento, perdiam de outras vezes precioso tempo à espera dessa força da natureza. Enquanto isso acontecia aos navios a vela, os vapores de marcha inferior aos "Clipers" faziam suas travessias com relativa regularidade e em menor tempo do que o gasto pelos outros, como disse muito claramente H. Van Loen em seu livro "Navios e de como eles singraram os sete mares" — tradução de Erico Veríssimo.

Não bastassem as forças da natureza, outros fatores influíam decisivamente contra a regularidade dos transportes marítimos. Por exemplo, citamos a pirataria, as guerras frequentes e também a má fé com que agiam alguns capitães de navio, quando não conduziam seus passageiros a destino certo, saqueando-os e vendendo-os como escravos. A alimentação, com culpas que em parte ainda hoje comporta, encerrava o ciclo das causas produtoras das irregularidades, gerando constante irritação nos tripulantes, cujos crimes se tornavam mais bárbaros, pelo permanente estado de descontentamento causado pela vida a bordo.

Achamos oportuno transcrever o que, disseram V.O. Stevens e A. Westcott no livro "Histórico do Poderio Marítimo", tradução revista por Godofredo Rengel, pág. 133; "Segundo a expressão da época, o comerciante era verdadeiramente um "comerciante aventureiro" que se considerava realmente feliz e rico se, após haver lutado contra os perigos do mar e da navegação em águas desconhecidas, contra as hostilidades dos rivais europeus, a metade de seus navios retornava ao porto. Esta última afirmação não é um exagero: dos 9 navios enviados ao Extremo Oriente por Amsterdam em 1598, 4 somente voltaram; e onze, isto é, exatamente a metade, regressaram dos 22 expedidos àqueles mares por Países Baixos."

Deixamos de falar nos detalhes do absurdo transporte de escravos, ou seja, da carga humana, para não entrarmos numa triste página da



história, pois culminava essa irregularidade pela bárbara ação dos capitães que mandavam atirar os escravos ao mar, quando seus navios eram perseguidos pelos navios dos governos que proibiam tão nefando comércio. Feito êsse ligeiríssimo retrospecto da situação, passemos a considerar o assunto no presente.

A regularidade dos transportes marítimos se traduz atualmente por várias formas:

1) 'Se o transporte é executado pelo armador possuidor de um só navio (geralmente de pequeno porte), o serviço regular poderá resumir-se no transporte de madeiras entre 2 ou mais portos, desde que os de embarque e de destino sejam sempre os mesmos em viagens consecutivas.

2) Transporte executado pelo armador que possui uma pequena frota empregada no transporte do sal ou de carvão, fazendo escalas certas em tôdas as viagens.

3) É necessário relembrar que, nos exemplos de viagens regulares nos transportes de mercadorias que definem os navios como "carvoeiros", "madeireiros" ou "salineiros", as viagens devem ter tempo mais ou menos ajustado, conquanto que sejam em datas prefixadas. Isso tornará as viagens tradicionais, levando os embarcadores e recebedores preferirem tais navios; nos transportes em que são empregados. A regularidade nestes casos se desfaz pela retirada periódica de cada unidade do tráfego por prazo necessário para vistorias, reparos e conservação, desde que o armador justifique assim a paralisação. Naturalmente os embarcadores não estranharão o afastamento temporário dos navios do tráfego, para os fins aludidos, porquanto desejam que as viagens sejam feitas com segurança, desde que os navios efetivos sejam substituídos por outros quaisquer, embora fretados.

A regularidade nos serviços indicados neste item pode tornar-se mais concreta, se os navios retornarem aos portos de carregamento de madeira, sal ou carvão, carregados com carga geral ou uma só mercadoria que ocupe grande parte ou tôda a capacidade dos mesmos, ou então, se fizerem êsses retornos vazios, sempre obedecendo a escalas prefixadas e tradicionais. Sem observância dos planejamentos já mencionados, isto é, se forem usadas escalas variáveis, sem datas de freqüência, os navios em foco estarão fazendo, pelo menos nas viagens de retorno, os serviços próprios dos "tramps".

4) Quando se trata de serviço executado por empresas exploradoras de transporte de *carga geral, passageiros, valores, encomendas, bagagens, malas postais*, usando *paquêtes, navios mistos* (carga e passageiros) e *cargueiros* aptos a competir com os mistos, a regularidade tem a seguinte conformação:

a) estabelecimento de linhas definitivas, com escalas prefixadas, para serem obedecidas em tôdas as viagens; marcação e obediência de data de chegada e saídas dos navios em referência a cada pôrto de escala, para cada viagem, de cada linha;



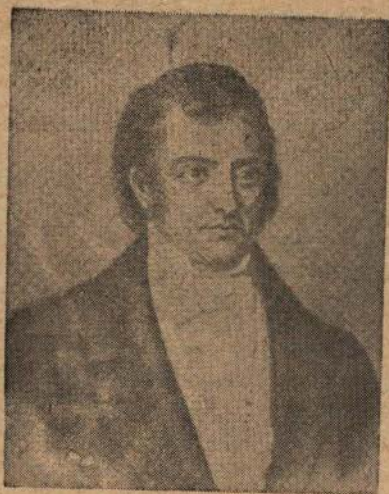
QUATRO LÍDERES DO MOVIMENTO DE INDEPENDENCIA  
DA ARGENTINA



Mariano Moreno



General Manuel Belgrano



Juan José Castelli



Brigadeiro Cornelio de Saavedra



b) observância de todos os detalhes da técnica recomendada para carga e descarga de mercadorias, animais, valores, bagagens, malas postais, encomendas, sendo feita a colocação a bordo de modo adequado a preservar a integridade dessas coisas e seres e de modo a facilitar os serviços. O elemento que caracteriza a rigorosa observância da técnica do carregamento é o Plano de Estiva, organizado no primeiro pôrto onde o navio recebe cargas, e renovado em cada pôrto em que descarrega e (ou é descarregado). Isto, aliás, é questão essencial em quaisquer carregamentos feitos em navios.

c) observância perfeita das normas sobre alojamentos, refeitórios e demais dependências dos navios, destinados à permanência e uso dos passageiros, fazendo-se a limitação da lotação de acôrdo com as possibilidades de reserva de espaço mínimo exigido para cada passageiro, devendo existir elementos de salvamento para todos os que estiverem a bordo, em viagem, conforme as leis, convenções e regulamentos existentes;

d) observância das normas previstas para alojamento da tripulação e demais dependências destinadas às suas necessidades;

e) observância do regime alimentar exemplarmente nutritivo e variado, quer para passageiros, quer para tripulantes;

f) assistência médica nos navios de passageiros;

g) rigorosa observância das medidas mantenedoras da mais elevada moral, sem violência, medidas essas indispensáveis à existência do respeito entre todos que se encontrarem a bordo.

Entrando nos detalhes de regularidade dos transportes marítimos, vamos explanar a seguir os exemplos de nosso ponto de vista sobre a questão.

Sabe-se, de modo geral, que as marcações de datas de entradas e saídas de navios, em referência aos portos de escala, são os reflexos mais conhecidos da regularidade dos transportes aqui mencionados, e é indispensável que a manutenção da regularidade dependa de fatores importantes, dos quais são resultantes os reflexos aludidos, inclusive os residentes na própria administração da empresa exploradora dos serviços em causa.

Assim, quando se administra uma empresa de transporte marítimo possuidora de regular quantidade de navios, antes de ter sido feita a programação de saídas anuais, semestrais ou trimestrais, deverá ter sido delineado o seguinte:

1 — Estabelecimento das linhas a serem exploradas, consideradas as possibilidades gerais da frota disponível e portos de frequência;

2 — Ficar concretamente determinada em cada ano, com antecedência de dois ou três meses, o tempo de permanência em cada navio em tráfego, no ano a seguir, considerando-se este desde seu início, isto é, desde 1 de janeiro;

3 — Ao estabelecer-se o que está prescrito no item 2, deverá ser previsto o período de paralisação de cada navio, em cada ano, para efeito de conservação e vistorias.



Este período deverá ter a indicação do mês ou dos meses em que o navio deva ficar paralisado, evitando-se a marcação de dias certos para retirada do tráfego e de seu retorno a este, para não se criar embarços a uma programação vasta por falta de elasticidade de prazo para corrigir pequena e possível diferença no cálculo. Outrossim, tanto quanto possível, devem ser aproveitadas as épocas de entre-saíra, para as paralisações, conforme as linhas em que os navios estiverem empregados, tendo em vista o lado econômico da empresa.

4 — Proceder ao grupamento de navios do mesmo tipo por linha.

O emprêgo de navios do mesmo tipo em uma linha ou mais, apresenta grande conveniência aos interesses de ordem material e de ordem comercial. Como exemplo desta afirmativa, dizemos que a existência de reduzida quantidade de sobressalentes é suficiente para atender a muitos navios. Isto não pode suceder a uma frota heterogênea, pois seria necessária uma segunda frota desmontada, considerando que as peças sobressalentes de um navio raramente poderiam ser aproveitadas noutros. Outro exemplo ainda podemos dar em favor do aproveitamento de navios em séries, ao citarmos a uniformidade da exploração dos mesmos, quer considerando os portos de escala, quer adotando critério de permanente equidade, na distribuição das praças para cargas e de acomodações para passageiros.

Se os navios de uma linha não forem iguais, não poderá haver regularidade, porquanto para um navio diferente dos demais, deverão ser dadas providências discrepantes das tomadas relativamente às outras unidades em conjunto.

A diferença de tipo de navio pode apresentar divergências nos seguintes elementos essenciais da exploração comercial:

- a) velocidade;
- b) sistema de propulsão e espécie de combustível;
- c) capacidade para carga, aparelhamento para sua movimentação e calado;
- d) acomodações para passageiros, passadio destes, etc.

Desenvolvendo as particularidades especificadas nessas letras, fica patenteado o seguinte:

Quanto à letra "a", se no conjunto de uma linha houver um navio dispar, com marcha superior a dos outros, o citado navio deverá sofrer redução de suas possibilidades para ser acompanhado pelos demais. Se, pelo contrário, um só tiver marcha menor do que os demais, estes terão reduzidas as suas possibilidades para que a unidade inferior não fique desconchavada. A redução de possibilidades neste caso envolve redução de marcha, ou causará maiores estadias nos portos para os navios mais velozes. Desta explanação se conclui que, no caso de diferença de velocidade dos navios da mesma linha, haverá desperdício de possibilidade, ou melhor, haverá prejuízos.

Quanto à letra "b", no caso de tratar-se de todos os navios movidos a vapor, os que usarem carvão como combustível, apresentarão difi-



culdades não encontradas nos navios movidos a óleo, como, por exemplo, maior demora para abastecimento, queda de marcha em virtude da qualidade do carvão, perda de maior tempo em limpeza geral, devido às conseqüências da penetração de carvão nas diversas dependências de bordo, perda de parte de capacidade que deixa de ser aproveitada para cargas, porquanto os navios que queimam carvão exigem maior espaço para o combustível, comparativamente aos movidos a óleo. Maior desoncho se verifica na mesma linha, se um navio tiver locomoção a vapor e os demais a motor, ou vice-versa, isto porque, os navios movidos a motor oferecem maiores facilidades para os diversos trabalhos, principalmente na parte de abastecimento, devido não necessitarem de grande capacidade para recebimento de combustível suficiente para uma viagem e também porque não necessitam de água para produção de vapor. Esta característica é a excepcional vantagem do navio a motor sobre o navio a vapor.

Em relação à letra "c", é fácil verificar como um dos navios da mesma linha, tendo menor ou maior capacidade de cargas do que os demais, causará medidas de exceção não só pelo fato de ser uma praça distribuída de modo diferente do que fôr usado para os outros, como porque pode acontecer que as características dos porões e dos aparelhos do navio diferente provoquem maior ou menor demora nas operações de carregamento e descarga.

Não devemos esquecer outra questão oriunda da diferença de capacidade, em referência à letra "c" deste item. Nas épocas de maior afluência de cargas e passageiros, essa diferença traz as seguintes conseqüências: se o navio dispar de uma linha fôr maior do que os demais, criará algum desafogo nas viagens que realizar, entretanto, se fôr menor, fatalmente trará contrariedades pelas menores possibilidades para atender os clientes da empresa exploradora dos transportes marítimos, porquanto nestas épocas, se melhores são os resultados obtidos pelos armadores, maiores e mais acelerados são os interesses de seus fregueses.

Ao serem escolhidos os portos de escala de cada linha, deve ser prevista a circunstância de franco acesso aos navios, embora em alguns haja necessidade de aguardar horas das marés enchentes. Neste último caso, sendo variáveis as horas das marés, no itinerário deverá haver folga de cerca de 12 horas, além do tempo necessário para carregamento e/ou descarga.

As questões aqui formuladas e ainda outras divergências oriundas da desigualdade dos navios, as quais surgem com aparências de detalhes do serviço, são fatores que tumultuam a estruturação geral e podem provocar lapsos que constituem etapas deficientes da exploração comercial. Isto pôsto, não devemos deixar de lado o excesso de preocupação administrativa para evitar prejuízos, quando uma linha estiver integrada por navios de tipos diferentes, mormente se todos forem desiguais.

Sobre a letra "d" está claro que a maior ou menor lotação para passageiros não traz embarços à movimentação do navio, sabendo-se que



a movimentação de bagagens é feita diretamente para os camarotes ou dêstes para fora do navio, dentro do tempo de embarque dos passageiros e que as bagagens de porão também são movimentadas com rapidez satisfatória.

Esta afirmativa provém da certeza de que o tempo necessário ao embarque ou desembarque de passageiros é relativamente pequeno. Ademais os passageiros vão para bordo ou saem dali por suas próprias forças, não havendo necessidade do emprêgo de aparelhos para entrarem no navio ou dêle saírem com rapidez. Outrossim, se o passageiro deixa de embarcar, por sua vontade ou culpa, não há preocupação do armador por não tê-lo pôsto a bordo, tudo seria diferente em se tratando de cargas. Portanto a regularidade no tocante à letra em foco se reflete pelo bom tratamento dado pelo comandante e demais tripulantes aos passageiros, pelo serviço de refeições higiênicas e agradáveis, pela rigorosa assistência em todo o aparelho sanitário, dormitórios e salões, pela assistência médica eficiente, e pelo zelo indispensável da moral. É também inquestionável que os agentes e seus auxiliares devem tratar os passageiros com toda atenção e cortesia, isto porque os passageiros, ao chegarem a bordo, devem estar imbuídos de que tudo estará disposto de maneira a fazerem uma viagem agradável.

Convém frisar que êstes últimos reflexos de regularidade acima citados, têm seus fundamentos nas escolas profissionais, tanto para os oficiais de náutica, máquinas e câmaras, como para marinheiros, foguistas, taifeiros, cozinheiros, etc.

### OS TRIPULANTES

O estudo teórico educacional, sucedido pelo aprendizado a bordo, torna os tripulantes aptos para ingressarem no serviço ativo, imbuídos de confiança nos seus próprios atos. O contrário sucede quando são tomados para serviços individuais alheios aos afazeres de bordo, já adultos, cheios de vícios, impossibilitados portando de assimilar a disciplina sob a forma respeitosa e elegante que requer o ambiente do navio.

Há fatores dentro da norma especializada aqui tratada, os quais, tendo razoável valor intrínseco, aparentemente não são importantes. Queremos referir-nos ao que se alude à aptidão dos tripulantes, seus costumes e interesses.

Naturalmente o tripulante, ao embarcar pela primeira vez, quer tenha sido engajado a êsmo, quer provenha de alguma escola, fica sujeito a um estágio.

No período de adaptação, deve o armador decidir se o tripulante serve ou não para a vida marítima. Essa fase de experiência do tripulante também serve para a apreciação dos predicados essenciais de cada indivíduo, sob os seguintes aspectos:

- a) desprendimento dos motivos que geralmente impelem o ser humano para a vida terrestre;
- b) ser corajoso e calmo:



c) saber mandar e/ou obedecer, conforme as circunstâncias e funções a bordo;

d) possuir caráter compatível com as contingências da solidariedade humana, sobressaindo a honestidade virtual dos homens de bem.

Consideradas satisfatórias as qualidades principais dos tripulantes, na forma exposta, resta promover a fixação dos mesmos em um só navio, na mesma linha, por largo período, senão sempre, pelas razões a seguir:

1 — Os tripulantes devem ter seus domicílios nos portos de escala do navio em que estiverem embarcados, de preferência nos portos terminais, porquanto isto lhes proporcionará o contato com as respectivas famílias em tôdas as viagens. Estes contatos dão estímulo aos embarcados no sentido de enfrentarem as rudes circunstâncias da vida e dos trabalhos marítimos. Ao contrário, se os tripulantes navegarem para portos onde não encontram o convívio familiar, muitos facilmente encontrarão o caminho da degradação, pelas razões psicológicas mais evidentes, pois é conhecida a satisfação íntima dos que revêm seus familiares após uma separação motivada pelos imperativos da profissão.

Damos aqui algumas razões da degradação:

a) um navio aporta de dia ou à noite;

b) ultimados os serviços cotidianos, os tripulantes, saturados do ambiente de bordo, procuram a terra, geralmente na parte da noite, encontrando de portas abertas, não as casas de famílias, mas sim os bares, as buates e lupanares. Fatalmente escorregam nas rampas dos desgarramentos.

2 — Embora havendo muitos navios do mesmo tipo, é sabido que cada um tem suas particularidades. Daí o melhor conhecimento de um tripulante ambientado, do que um transitório.

3 — A par das circunstâncias mencionadas no item anterior, verifica-se maior rendimento dos serviços portuários, pela ciência prévia que fica tendo toda a tripulação sobre os costumes de cada porto, promovendo a chegada dos navios nos períodos mais oportunos, aprontando-os no sentido de acelerar o serviço e realizá-lo com perfeição, quer quanto aos aparelhos a funcionar, quer pela disposição da estiva para descarga e carregamento e ainda em relação aos serviços atinentes aos passageiros.

Dentre muitos tripulantes deverá haver necessariamente uma equipe de elementos aptos a servir em quaisquer navios, elementos estes que servirão de substitutos dos efetivos em cada linha, nos períodos de férias e em casos eventuais.

## COMO OS NAVIOS DEVEM OPERAR NOS PORTOS

Torna-se também de grande importância o conhecimento pleno das circunstâncias em que os navios devem operar nos portos. Conforme as quantidades de carga a movimentar (carregamento e descarga), aparelhamento e usos existentes em cada um deles. Daí a possibilidade de prever a demora de cada navio em cada porto, tomando-se por base a



produção média de cada homem de serviço, mediante cuidadoso estudo, tanto sobre sacaria e carga geral, como sobre cada carga de exceção.

As distribuições de praças para cargas e de acomodações para passageiros, devem ser feitas de modo a atender equitativamente às necessidades gerais, sem prejuízo dos interesses econômicos da empresa exploradora dos serviços ora focalizados.

Os interesses econômicos do armador devem sobrepor-se às medidas que lhe forem desvantajosas, portanto a regularidade em atender aos clientes não deve constituir um fator de diminuição dos proventos a serem auferidos pelo armador, pois, se tal se der, as possibilidades de regularidade diminuirão sempre que a renda das viagens for o principal fator da sustentação dos serviços. Isto fica facilmente comprovado pela relutância dos armadores para conduzirem certas cargas de fretes baixos, como sal, carvão, farinha de mandioca, etc., em quantidades que não chegam para lotar um navio e que, ocupando parte do mesmo, causam prejuízos.

Os navios devem ser substituídos ao completarem o tempo previamente demarcado para utilização regular e lucrativa, a fim de ser evitado que continuem no serviço unidades arcaicas, deficitárias e perturbadoras da regularidade, considerando-se que passado certo tempo de uso proveitoso, qualquer navio passa a apresentar dificuldades de tráfego, necessitando constantemente reparos e requerendo maiores cuidados no manejo da maquinaria e dos aparelhos, o que concorre para haver demoras excessivas nos portos, estendendo-se esses defeitos aos maus resultados da exploração, levando o transportador ao caminho do *deficit*.

Assim, é necessário que a administração da empresa exploradora dos navios esteja bem a par das condições dos mesmos, para não insistir na exploração depois de estarem impróprios para o serviço regular.

A falta de orientação adequada sobre os serviços realizados por determinado navio, bem como sobre os resultados capitais de sua exploração, enquanto estiver apto para o serviço regular, conduz a administração de uma empresa a procurar resultados que nunca podem ser obtidos, depois de estar uma unidade desgastada e incapaz de dar lucros num regime de fretes usuais. Para falarmos com franqueza, devemos esclarecer que não há quem faça o milagre de manter uma grande frota arcaica de modo a auferir lucros, salvo com aplicação de fretes escorchantes, em regime de monopólio.

Depois de estudados os pontos já referidos, deve-se proceder à organização de itinerários de cada linha, estabelecendo-se de modo adequado o seguinte:

— estadias nos portos de início, nos de escala e nos de término das viagens;

— tempo de travessia de um a outro porto.

Naturalmente, nos portos de início e término (cabecas de linha), deverá haver certa folga nas estadias, de modo a superar os tempos necessários para limpeza, carregamento e descarga, com o fito de compensar atrasos no abastecimento e nos reparos rotineiros e também para efeito



de compensação dos atrasos advindos da viagem terminada, em consequência de atos de Deus (chuvas, impraticabilidade, temporais de barras, etc.), e de imprevistos. Não se deve dar exagerada elasticidade nas estadias nos portos de escalas intermediárias, pela suposição de necessidade de reparos, porque, por princípio, o navio deve partir do porto inicial da viagem em condições de realizá-la inteira (redonda), sem reparos que, a surgirem durante a viagem, deverão ser acidentais.

Depois de organizados os itinerários deve-se proceder à designação de datas das passagens dos navios pelos portos, a fim de entrosar o movimento geral dos navios nas diversas linhas, de maneira que o armador possa usufruir os maiores proventos nas viagens, atendendo com pontualidade sistemática aos interesses dos passageiros e do comércio, sem acúmulo desnecessário de navios em determinados portos e sem ausência prolongada e prejudicial em outros.

Atualmente há navios cargueiros em regular quantidade, possuidores de bastante velocidade, que competem com paquêtes e navios mistos, realizando viagens regulares, obedecendo a itinerários preestabelecidos, com indicação de datas para as escalas. Há também, o "Tramp", termo com que se designa o cargueiro cuja marcha é lenta e que é geralmente empregado no transporte de cargas para as quais não se exige transporte rápido. Contudo, não é nosso objetivo a apresentação de detalhes da exploração do "Tramp" neste estudo.

Acreditamos que, em tempos passados, de modo geral, os navios cargueiros fôsem morosos, por medida econômica, dado que as quantidades de carga cujo transporte devia ser rápido, isto é, cargas consideradas "finas", eram embarcadas totalmente em navios paquêtes ou mistos, para chegarem aos destinos em prazos satisfatoriamente curtos, devido à necessidade de serem postas em consumo imediato, após terem sido manufaturadas ou colhidas da terra, sob risco da demora diminuir-lhe ou tirar-lhe o valor, quer pela depreciação ou deterioração, quer pela concorrência nos seus diversos aspectos, não sendo dispensados dos conceitos sobre certos produtos, tais como os seguintes: "estar em moda", "não estar em moda", "haver excesso no mercado", "estar faltando no mercado", etc.

Sucedem que as citadas cargas "finas" aumentaram muito de volume, aumento este superior ao de passageiros, em grande proporção. Deste modo não seria admissível que os transportadores continuassem a mandar construir navios paquêtes ou mistos em quantidade crescente, com o fito de atenderem ao aumento dessas cargas, sem o aproveitamento razoável e lucrativo da capacidade destinada a passageiros. Daí naturalmente o advento de cargueiros rápidos, na razão do crescimento do comércio de cargas "finas" sujeitas a transporte marítimo.

Não nos consideramos atrevidos ao dizermos que em virtude dos progressos da aviação, os cargueiros velozes venham a substituir os navios paquêtes e mistos, em porção apreciável, porque atualmente é notória a preferência dos passageiros pelo transporte aéreo.



A concorrência dos transportes rodoviários se faz sentir poderosamente no intercâmbio de pouca distância e relativamente nos transportes longos, dependendo este último da existência de mercadorias que suportem fretes elevados.

### EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE

Estamos certos de que jamais teria sido possível estabelecer-se a prática da regularidade, se diversas prescrições apontadas neste trabalho fôsem inflexíveis e se o senso administrativo não pudesse contornar as dificuldades surgidas em consequência de força maior (chuvas, impraticabilidade de barras, etc.) e dos imprevistos (greves de estiva, desarranjos na maquinaria e aparelhos de bordo ou dos aparelhos portuários, etc.).

Assim, sendo exigências da regularidade a saída do navio de cada pôrto em data prefixada e também a realização do carregamento e da descarga em completa ordem, no caso de sobrevir força maior ou um imprevisto na estadia do navio em qualquer pôrto, deverá o armador decidir se o navio deve sair na data fixada na tabela de viagem, ou se deve retardar-se por um prazo razoável, a fim de poder descarregar e carregar em perfeita ordem.

A questão aqui suscitada é deveras importante, porque, em se tratando de navios mistos, é necessário encarar os interesses dos passageiros que regulam suas estadias em hotéis e residências, e as chegadas ao destino pelo anúncio inicial do navio, inclusive nos casos de imigração com movimento de grande bloco de pessoas, que geralmente se hospedam em albergues onde há limitação de estadia. Existem também os compromissos tomados com os carregamentos no ato da aceitação das cargas para transporte em determinado navio e é importante considerar a circunstância de que os embarcadores tenham colocado as cargas à disposição do armador com antecedência exigida para o embarque, na conformidade da combinação feita no ato do engajamento, devendo-se tomar em conta ainda que, em alguns casos, em mais de um pôrto, os carregamentos da mesma viagem correspondem a negócios realizados sob condições de pauta, isto é, com prazo de transporte limitado para fixação de preço de venda, não podendo sofrer mudança de navio.

Parece-nos que conscientemente o armador deve considerar os interesses em jogo e, desde que não tenha assumido compromisso sobre data certa de chegada a outro pôrto, compromisso esse que impeça o retardamento da saída do pôrto onde o navio se encontre, deve providenciar a transferência dessa saída, dando aviso aos passageiros com antecedência que lhe permita a regularização do aumento de suas estadias em hotéis, albergues, etc., até que fiquem concluídos os serviços de carregamento ou descarga. Não havendo aviso sobre a transferência, esta causará desagrado aos passageiros, podendo haver outras consequências desagradáveis.



Caso haja compromisso de data fixa de chegada de navio a outro pôrto, impedindo a transferência da saída do pôrto em que estiver em operações, o armador que não quiser envolver-se em sérias complicações, deverá ter conseguido terminar a descarga do que houver a bordo com destino ao pôrto onde o navio se encontrar, não sendo aconselhável que este parta dali, conduzindo além, cargas que fiquem sujeitas a retôrno. Outrossim, é necessária muita habilidade por parte do armador junto aos embarcadores ao procurar entendimentos sôbre as cargas cujo embarque não possa ser realizado, por causa da impossibilidade de transferir-se. Se não houver harmonia entre o armador e embarcadores neste caso, a conseqüência mínima que pode advir do desgosto dêstes últimos, consiste no cancelamento de futuros embarques. Por isso é necessário bastante tato comercial do armador, quando se depara com o dilema criado pelas circunstância de se collocarem em posições opostas dos fatores da regularidade, isto é, de um lado a data certa da saída e de outro a necessidade de execução completa dos serviços de carregamento, descarga, embarque e desembarque dos passageiros em perfeita ordem.

A regularidade estende as suas exigências a outros pontos que não sejam as questões já debatidas neste trabalho. As faltas e avarias, por exemplo, suscitem questões relativamente importantes, considerando-se que podem provocar sérios embaraços quando são provenientes de irregularidades.

Sabemos que as faltas e avarias de cargas são inevitáveis, até o limite considerado razoável. E não há dúvida de que a verificação rápida das faltas e avarias e também a pronta liquidação das reclamações procedentes, são motivo de permanência da confiança dos carregadores (embarcadores e consignatários) na empresa de transporte marítimo que procede atenciosamente em relação aos seus interesses. Mas se as faltas e avarias tomam vulto exagerado e se as liquidações respectivas são retardadas, tumultuando os negócios dos carregadores e seguradores, a empresa de transporte marítimo relaxada, além de ficar sobrecarregada pelas ações movidas pelas partes contrariadas, fatalmente deixará de usufruir dos embarques dos clientes descontentes, e isso num regime de concorrência acarreta grandes prejuízos ao armador.

Outro ponto que se reflete na regularidade é o da cotação de fretes. Estes devem ser aplicados adequadamente e as alterações de elevação ou redução devem ser avisadas com regular antecedência, para não haver perturbações nos negócios a que estiverem ligados. Não com tanta influência como os fretes, mas os preços das passagens também estão sujeitos às regras do bom senso aqui previstas para os fretes de cargas.

Temos a impressão de que fizemos sentir nessa exposição a existência de uma força imperiosa a exigir dos transportadores os máximos esforços no sentido de alcançar, tanto quanto possível, a perfeição nos serviços que oferecem. Esta força é a concorrência. Dela resulta a prosperidade ou a falência do transportador, conforme os bons ou maus serviços que este presta. Sem a concorrência, isto é, num regime de monopólio, não



se pode definir bem o que é mais regular, nem o que é mais falho, na generalidade dos serviços executados.

Achamos que os interesses econômicos vêm causando constantes mudanças na estrutura dos navios, e também, no modo de ser feita a exploração comercial dos mesmos. Assim, se apresentam de ano para ano, aperfeiçoamentos sensíveis nas construções, ampliando as possibilidades de prestação de bons serviços, com melhores resultados econômicos, ou ainda trazendo mais elementos à regularidade, cuja feição é mutável, na razão dos progressos alcançados. Isto pôsto e considerando tudo mais que acabamos de pôr em evidência, damos a seguir a definição do que julgamos ser regularidade ora em estudo ou em forma de planejamento da organização de uma empresa do gênero em causa.

A regularidade, como acabamos de expor, indicando providências adequadas ao desenvolvimento normal do transporte marítimo e seus propósitos, é a fórmula da execução dos serviços que reúne o interesse do transportador pela satisfação dos interesses dos carregadores e passageiros e a recompensa que estes proporcionam com a preferência tradicional, de maneira que o transportador possa ter garantidos os proventos necessários à manutenção de uma frota em época presente e capaz de adaptar-se gradativamente ao incremento futuro dos interesses dependentes de sua organização. É, pois, a maneira ideal porque, simultaneamente, o transportador procede ao entrelaçamento de seus interesses com os dos seus clientes e funciona como elo da solidariedade humana, mantendo a ligação dos povos.

Para planejar-se um tráfego excelente, é realmente necessária a concentração de todas as atenções sobre o fator decisivo deste "desideratum", qual seja, o navio. Por isso fixamos nossa atenção totalmente nesse elemento, colocando em plano subsidiário os métodos de logística aplicáveis ao empreendimento.

### RETIRADA DO NAVIO DO SERVIÇO ATIVO

Quando se dá baixa de um navio, dêle se aproveitam algumas coisas. Em primeiro lugar há que considerar o seu histórico. Se esse histórico é célebre, não se deve desmontá-lo sem um prévio estudo sobre o seu desaparecimento total. Há vezes em que o patrimônio moral do que se tenha passado em um navio obriga a sociedade a tê-lo presente sempre, como rememoração de um fato ou uma época sublime de uma nação.

O exemplo do que acabamos de expor poderia ter sido o "Alagoas", em cujo bordo se passaram fatos de suma importância histórica e no entanto se perdeu completamente a sua figura, desaparecendo um marco de uma época em a qual surgiu com todo fulgor a República. E foi nessa época utilizado o "Alagoas" para levar D. Pedro II para Portugal, investindo-se na dupla glória de colaborar salientemente na consolidação da República e de ter cumprido a missão de conduzir a seu destino —



Lisboa — um Imperador cuja memória jamais se apagará no seio da sua grande Pátria. Neste caso o seu valor seria sempre crescente, à proporção que o tempo avançasse e que ele — o navio — envelhecesse.

Não havendo motivo histórico de elevada importância o navio deve ser desmontado, sendo ainda totalmente aproveitadas as partes principais de sua estrutura, para diversos fins industriais.

---

## **FÁBRICA DE FOGOS CRUZEIRO DO SUL**

FOGOS CRUZEIRO DO SUL e das melhores fábricas do ramo, atacado e a varejo, brinquedos, artigos para carnaval e de papelaria, armas e munições, pólvora para caça, etc.

**VIÚVA MARIA BARBOSA CALÇADA**

**RUA DON LARA N. 10 — Tel. S-1 — SÃO JOÃO DE MERITI**

**SÃO JOÃO DE MERITI — ESTADO DO RIO**

---

**Avenida Paraná — Caixa Postal, 247 e 347 — End. Teleg. CARONIBUS  
— LONDRINA — PARANÁ**

## **VIAÇÃO GARCIA LTDA.**

**Telefones: Rêde Interna, 1260 — Reserva de Passagens, 1265 —  
Seção de Encomendas, 1268**

---

## **CEREALISTA VENCEDORA LTDA.**

**COMPRADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS POR ATACADO  
INSCRIÇÃO N. 260**

**DORVALINO GUANDALINI**

**SÓCIO GERENTE**

**RUA GETÓLIO VARGAS, 125 — FONE, 34 — CAIXA POSTAL, 175  
IBIPORÁ — PARANÁ**



## UM APÊLO

PREZADO COMPANHEIRO,  
apelamos para **você**, que pode ajudar à  
Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA  
NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo  
ano, que atenda aos anseios dos candidatos  
e esteja apoiada na valiosa e indispensável  
contribuição dos oficiais de EM, dos alunos  
da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, atra-  
vés da remessa de ensaios, resumos ou ques-  
tões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas  
sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos re-  
metidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias  
que concorram para o fim precípua destas  
colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5ª Seção  
— EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator





Ano III — N. 4  
(Mai 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

## SUMÁRIO

### I — BASES FILOSÓFICAS

PODEMOS COMBATER ?

Major Sebastião Ramos de Castro.

### II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A GUERRA TERMONUCLEAR E O PROBLEMA DAS POPULAÇÕES CIVIS

Ten-Cel Victor Werner.

### III — ORGANIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA: SOLUÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA OU TÉCNICA ?

Major Germano Seidl Vidal.





## TEORIA DE GUERRA

*Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.*

*A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.*

## DOUTRINA DE GUERRA

*Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.*

*Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.*

## REGULAMENTO

*Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.*

*Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.*



# I — BASES FILOSÓFICAS

## PODEMOS COMBATER ?

Major SEBASTIÃO RAMOS DE CASTRO

### NOTA DO REDATOR

Eis uma pergunta que deve estar presente a todos os profissionais da guerra, com a responsabilidade de preparar as forças para a emergência de um conflito que, se por nós não é nunca desejado, contudo, não nos cabe responsabilidade maior por sua eclosão, que isso é tarefa sobretudo dos políticos. Pois, a "Guerra é a continuação da Política, por outros meios".

Na verdade, a resposta a tal indagação, têmo-la com a formação d'uma Doutrina Militar e de Emprêgo das Fôrças Terrestre, Aérea e Naval, atualizada, flexível, em consonância com a Realidade Conjuntural, Regional e Continental. Doutrina que atenda aos reclamos da Guerra Moderna, em suas formas expressivas, Regular e Revolucionária.

E será, sem dúvida, dos problemas relevantes dessa estruturação doutrinária, os itens que adiante enumeramos e que servem de centro de gravidade às idéias desenvolvidas pelo Maj Castro, brilhante oficial do Estado-Maior e inteiramente debruçado sôbre a Realidade Militar Brasileira e suas implicações na Estratégia da Segurança Nacional:

- 1 — Existência de Líderes Militares;
- 2 — Existência de Quadros Eficientes;
- 3 — Existência de GU Eficientes;
- 4 — Existência de Reservas Eficientes.

Que os leitores meditem relativamente a tais aspectos de nossa Doutrina de Emprêgo no Campo puramente militar, e nos enviem outros trabalhos para debate e divulgação de idéias, são os votos que formulamos.

Maj A. Raposo Filho



No mundo conturbado dos dias de hoje, a ameaça de guerra é uma constante. Vemos as nações se lançando a uma corrida trémula pela busca de armamentos cada vez mais poderosos, aperfeiçoando suas organizações militares, aprimorando a formação dos seus chefes, desenvolvendo os recursos nacionais e perseguindo, com tenacidade, uma política nacional. Para que essas nações sejam capazes de cumprir a política nacional estabelecida, suas Forças Armadas são objetos de cuidadoso estudo e de cada vez maior atenção. Haverá uma 3ª Guerra Mundial?

Quisérámo ser o profeta ou o analista otimista que pudesse com apenas numa palavra afastar todos os nossos receios, ao dizer, com simplicidade: — NÃO.

Infelizmente, não somos do grupo otimista nem podemos, com segurança e talvez, com o fatalismo decorrente da carreira que abraçamos, concordar com essa negação tão simpática e que tanto nos agradaria. Não vejam em nós os "profissionais da guerra". Nada dela lucrámos e, ao contrário, dela somente recebemos os pesados ônus.

Somos humanos e tão humanos como o mais pacífico civil.

Mas somos educados para avaliar o perigo, para analisar as situações, para podermos procurar soluções para os problemas militares.

Estará o Brasil imune ao perigo de uma 3ª guerra mundial? Poderemos ficar neutros? Seremos suficientemente fortes para impor o nosso desejo?

Estudiosos têm analisado detalhadamente tal problema. Parece-nos muito difícil mantermos posição de neutralidade. Mas se tivermos de agir, **militarmente**, estaremos em condições

Poderemos responder a essa pergunta? Evidentemente, não estamos num nível de autoridade capaz de examinar, com o devido discernimento, tão delicada pergunta. Cabe-nos apenas analisar alguns pontos que julgamos **básicos** para que se possa agir **militarmente com eficiência**.

Os aspectos que julgamos devam ser encarados, de um ponto estritamente militar, são os seguintes:

1. Existência de Chefes (Formação, capacidade de liderança, atualização de conhecimentos);
2. Existência de Quadros Eficiente (oficiais e graduados);
3. Existência de GU eficientes;
4. Existência de Reserva de reserva eficientes.

Analisemos, sucintamente, os pontos acima.

1. É velho adágio de que "a tropa é o reflexo do Chefe". O chefe, o líder, o condutor, deve merecer a confiança dos subordinados, deve ser íntegro, capaz, dedicado, devotado aos deveres profissionais, modesto. Sua palavra deve ser recebida com acatamento e os conceitos que emitir devem ser objeto de meditação e estudo, por parte dos subordinados. O chefe moderno deve estar atualizado, não pela leitura de artigos esparsos e de conceitos muitaz vèzes apressados, mas sim como decorrência de um estudo pormenorizado e contínuo, que lhe per-



mita situar-se no quadro do futuro campo de batalha, sem o que os conceitos que emitir somente poderão ter alguma repercussão nos subordinados de estreita formação intelectual, enquanto que, nos demais, serão objeto de ironia, dúvida, desconfiança e descrédito. O chefe moderno deve inspirar confiança, inclusive pela sua capacidade física. Atitude firme, expressão decidida, coragem na afirmação de conceitos, equilíbrio, justeza e coerência de atitudes são os fatores que fazem o chefe ser um CHEFE.

2. Os quadros devem estar à altura dos chefes. Formação intelectual e profissional são as bases para a criação de quadros eficientes. Entretanto, a formação deve estar calcada em programas de ensino práticos, modernos, bem dosados e em que se procure ressaltar os aspectos morais na formação do futuro chefe. A eliminação oportuna dos incapazes ou dos que não revelam as necessárias características para a carreira que se propõem abraçar ou para o estágio que pretendem atingir, deve ser realizada. A bem do Exército devemos afastar os nossos sentimentos pessoais e sermos capazes de, com honestidade, analisar e decidir que certos indivíduos são, realmente, incapazes de galgar seja o grau de sargento, seja o posto de oficial ou mesmo de arcar com as responsabilidades de chefe superior.

Devemos ser capazes de proporcionar ao sargento ou ao oficial os meios para que ele não se torne um esgotado, um derrotista, um "cansado". A existência de atualização constante é imperiosa. O maior estímulo para a carreira decorre de uma apreciação correta dos valores em formação, enquanto que o apoio ao "carreirismo" é o fator desagregante da existência de quadros capazes.

3. Somente se pode pensar em combates se dispusermos de GU eficientes. Como GU eficientes entendemos organizações combatentes modernas, capazes de agir no futuro campo de batalha desde que devidamente instruídas em tempo de paz. Para isso, as GU devem estar localizadas de maneira a permitir a instrução integrada, o apoio à instrução das reservas, de modo a que seu Cmt possa, realmente, exercer o Cmdo, de maneira a que os elementos de apoio logístico existam e se integrem com a GU. A instrução exigirá, além dos recursos materiais indispensáveis, a existência de manuais e regulamentos modernos e não "traduções provisórias", por vezes, inclusive, destinadas a unidades não existentes.

A organização logística de tempo de paz deve corresponder às previsões de tempo de guerra.

Esta afirmativa é evidente, mas estamos seguindo uma linha de coerência? O que diz o C 100-10 a respeito das responsabilidades pela obtenção, armazenamento e distribuição do Sup de C/III? Qual o Sv encarregado dessas operações? Está esse Sv capacitado, em tempo de guerra, de exercer as funções prescritas em manual regulamentar, se, em tempo de paz, jamais se preocupou com esse problema?



4. Nenhum exército moderno pode se manter, em tempo de guerra, com apenas os quadros permanentes. As reservas são o reservatório para a manutenção dos efetivos das unidades existentes e para a mobilização de novas unidades. Entretanto, isto só será possível se as reservas existentes forem eficientes, se forem realmente capazes de, em curto prazo, estarem atualizadas e capazes de combater. A formação da reserva eficiente está ligada à instrução que teve durante o seu tempo de serviço militar, mas a manutenção de sua eficiência decorre da possibilidade de, periodicamente, trazer os reservistas para períodos de atualização de, periodicamente, rever a instrução, trazer os reservistas para períodos de atualização de conhecimentos, etc. Ademais, o reservista só será eficiente na guerra se foi empregado na execução dos deveres para o qual foi treinado. Se a instrução que lhe foi ministrada corresponde a uma certa graduação ou posto somente estará em condições de assumir as responsabilidades correspondentes a essa graduação ou posto. Caso contrário, será necessário, durante o tempo de paz, ministrar a instrução correspondente à graduação ou posto que assumiu ao passar para a reserva.

Vimos, pois, muito rapidamente, os aspectos que alinhamos. Dirão talvez — são evidentes, e são de nosso conhecimento. Sabemos, mas o que queremos lançar é a semente da meditação sobre essas problemas, de modo a frutificar no solo generoso da capacidade nossos chefes e produzir os frutos que serão as soluções a tão cruciantes problemas e que, na sua integração, permitirão que possamos, com orgulho, dizer: — SIM. PODEMOS COMBATER. SOMOS UMA FORÇA TERRESTRE EFICIENTE.

*Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.*

*Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.*

*A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:*

*Maj Amerino Raposo Filho*

*"A Defesa Nacional"*

*Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.*



## II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

### A GUERRA TERMONUCLEAR E O PROBLEMA DAS POPULAÇÕES CIVIS

Ten-Cel Int VICTOR WERNER

Traduzido da "Revue Militaire Générale", de junho de 1958.

Quais são os novos elementos da guerra moderna que dão uma amplitude até hoje desconhecida ao problema que as populações civis representam para o comando militar?

Até que ponto devem os EM preocupar-se com este problema?

De que maneira é preciso tentar enfrentá-lo?

Eis as três questões que nos propomos a estudar.

As novas armas que os chefes militares dispõem caracterizam-se, na prática, pelos seguintes elementos:

- alcance ilimitado;
- potência de destruição ilimitada;
- efeitos devastadores inesperados, imprevisíveis e algumas vezes indesejáveis.

Continuemos a examinar estes pontos.

Os meios de lançamento de bombas H são suficientes para poder atingir um objetivo situado em não importa qual o ponto do globo terrestre. O tempo gasto por um projétil para atingir este objetivo vem reduzindo-se cada vez mais e de tal maneira que, em breve, o emprego do próprio radar não será suficientemente útil, porque decorrerão no máximo alguns minutos, senão segundos, entre o momento em que a sua tela revele a presença do EF de carga nuclear e o da destruição do objetivo. Disto resultará que, num futuro próximo, será possível desencadear um bombardeio em escala mundial, ocasionando assim destruição maciça quase instantaneamente. No lapso de tempo de algumas horas, objetivos situados a vários milhares de quilômetros uns dos outros poderão ser aniquilados.

Objetivos? Quais objetivos?

Há duas espécies: os denominados "militares" e os "não militares".

Ao falar em objetivos "militares" faz-se geralmente alusão àqueles que preocupam mais diretamente às Forças Armadas, por exemplo: deter uma penetração numa posição, destruir fortificações ou realizar a preparação de um ataque. Quanto aos objetivos "não militares" eles são definidos pela negativa: são todos aqueles que não são "militares".



Torna-se necessário realçar que estas definições são fluídas, imprecisas e não mais correspondem aos conceitos de uma guerra moderna?

Realmente, a **evolução dos meios de destruição operou uma verdadeira inversão no valor dos objetivos**. Os objetivos ditos "não-militares" são aqueles que, para o futuro, apresentarão o maior interesse para o inimigo. Eles serão os primeiros a serem aniquilados, porque a sua destruição é suscetível de conduzir, em breve prazo, o adversário à capitulação. A diferença de potência entre as armas utilizadas para destruir objetivos "militares" ou "não-militares" é significativa neste caso. No primeiro teme-se "desperdiçar a potência", enquanto que no segundo procura-se utilizar o máximo de potência possível. Para deter a progressão de um batalhão um só obus de alguns quilotones é mais que suficiente; para destruir uma grande capital, bombas de dez megatonas são considerados como absolutamente normais. As bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki tinham, cada uma, a potência aproximada de 20 quilotones. Elas produziram as seguintes perdas (1):

Resultado: capitulação do Japão embora suas forças armadas ainda estivessem em condições de continuar a combater. Isto se passou em 1945.

Em 1956, o "Home Office" publicou um "Manual of Civil Defense" intitulado "Nuclear Weapons" no qual se pode ler: "Os novos detalhes técnicos do fascículo foram calculados de acordo com os efeitos de uma bomba de 10 megatonas, **potência esta considerada perfeitamente conveniente para cálculo dos efeitos**! Nenhum tipo de potência de bomba H, entretanto, pode ser considerado como normal e **tipos maiores e menores podem ser fabricados**".

Dez megatonas, isto é, dez milhões de toneladas ou dez bilhões de quilos de TNT, ou 500 vezes a **potência das bombas de Nagasaki e Hiroshima!**

Convém ainda acrescentar a essas enormes potências o fato de que o lançamento de bombas termonucleares dão lugar, em certos casos, a **nuvens de radioatividade**. Essas nuvens flutuam na atmosfera durante um tempo demasiadamente longo, são impulsionadas pelo vento e depois tornam a cair a distâncias consideráveis do ponto de arrebentamento. A centenas de quilômetros do local bombardeado, os indivíduos poderão ser atingidos por essa "**precipitação**" que os tornará, no mínimo, doentes ao ponto de permanecerem incapazes para exercer a menor atividade em benefício da coletividade à qual eles pertencem. O gado será igualmente atingido. As colheitas tornar-se-ão impróprias ao consumo. A água será contaminada. Em certas zonas a vida tornar-se-á praticamente impossível. Algumas vezes a extensão da zona contaminada é impossível

(1) Dados obtidos de uma publicação do Departamento da Guerra dos Estados Unidos.

	HIROSHIMA	NAGASAKI
População total .....	255.000	195.000
Mortos ou desaparecidos .....	70.000	36.000
Feridos .....	70.000	40.000



de ser prevista; ela depende, em grande parte, de elementos essencialmente variáveis, a saber: a **direção e a velocidade dos ventos**.

Pela primeira vez na história, os homens atingiram uma tal perfeição na arte de destruição mútua que se tornou possível exterminar, em algumas horas, uma população de vários milhões de pessoas. Acrescente-se que as populações dos países do oeste da Europa são, pelo menos, **oito vezes mais concentradas** que as do mundo soviético. Dessa forma, é fácil compreender até que ponto pode o adversário ser tentado por essa horrível "estratégia da vida" a que nos referimos em outro artigo (2). Os duzentos milhões de europeus não constituem um objetivo "militar", no sentido tradicional do termo, mas se trata na realidade do objetivo número um da guerra futura. Londres, Paris, Roma, Atenas, Anvers, Milão, Marselha, Roterdão, Copenhague, Birmingham, Glasgow, Edimburgo, Amsterdão, Bruxelas, Lião, Hamburgo e Bonn, abrigando um total de 25 milhões de europeus, poderão ser destruídos no decorrer de uma só noite. Oito capitais, com todo os seus serviços administrativos centrais, com todo os órgãos de governo e de direção, poderão ser riscadas do mapa em algumas horas. As precipitações radioativas que resultarão de um tal borbardeio poderão cobrir uma parte considerável da Europa Ocidental e tornar, talvez, toda operação militar terrestre impossível. As destruições serão de tal amplitude que os governos serão colocados diante dum dilema doloroso: **ou dar a ordem para suspender o combate e capitular ou pronunciar uma verdadeira sentença de morte para seus concidadãos**. Inútil será acrescentar que a simples **chantagem de aniquilamento**, exercida por uma propaganda hábil, poderá ser suficiente para provocar capitulações separadas entre os aliados membros da OTAN.

Antes da desorganização dos exércitos, os governos talvez já tenham iniciado as preliminares da paz. Antes do desencadeamento dum contra-ataque terrestre, talvez as tropas já tenham sofrido perdas muito pesadas causadas pela precipitação. Resumindo:

— é, atualmente, possível lançar por toda parte, ao mesmo tempo, bombas 500 vezes mais potentes do que as que destruíram Hiroshima e Nagasaki;

— as populações civis podem, de hoje em diante, ser aniquiladas em algumas horas, e por conseguinte, tornar-se o objetivo número um da guerra futura.

Uma constatação se impõe: as forças armadas, cuja criação e manutenção só se justificam quando delas resulta uma proteção eficiente para o país, não mais estão em condições de impedir a destruição das populações civis. Por certo que as forças armadas podem repelir e esforçar-se por vencer o adversário, porém não lhes é mais possível, de hoje em diante, pôr os habitantes do país ao abrigo dos golpes inimigos.

Assim sendo, o que pensar das represálias que não deixariam de se abater sobre o inimigo bastante insensato que atacasse o mundo ocidental?

(2) "A guerra termonuclear e o problema das reservas humanas".



A resposta é brutal: a quem beneficiaria a vitória em um combate de tal maneira sangrento que a Europa não seria mais do que um imenso cemitério?

Eis os novos elementos que dominam a estratégia moderna. Como poderiam os EM ignorá-los?

A conduta da guerra é dominada, a partir de hoje, por um imperativo que se exprime familiarmente, no decorrer da primeira guerra mundial, pelas palavras: "contanto que a retaguarda mantenha". Infelizmente, depois que esse imperativo foi formulado, as noções de "retaguarda" e de "frente" modificaram-se completamente. Não há mais "retaguarda" no sentido de zona de território que se acha ao abrigo dos tiros e onde a nação inteira forja, com toda segurança, as armas necessárias aos seus guerreiros. Mas, existem sempre as populações civis e pode-se perguntar como essas populações poderiam "manter-se" sob um bombardeio executado com bombas H de 10 megatonas, isto é, 500 vezes mais poderosas do que aquelas que provocaram a capitulação do Japão.

Em consequência, convém, antes de tudo, pôr as populações civis ao abrigo dos golpes adversários: tal é a condição prévia que deve ser cumprida, para que as forças armadas fiquem em condições de cumprir a sua missão de forçar o inimigo à capitulação.

Os EM nacionais e internacionais são os primeiros interessados em que as populações civis da OTAN fiquem protegidas ao máximo. Isto não significa, evidentemente, que a organização desta proteção pertença às autoridades militares, porém implica em que, no mínimo, os chefes indiquem às autoridades civis responsáveis as medidas de proteção civil que devam ser tomadas para que as populações possam suportar, com coragem, o fardo de uma guerra termonuclear sem correrem o risco de ser exterminadas.

Na verdade, autoridades políticas, tanto nacionais como internacionais, sempre tiveram o cuidado de assegurar a proteção das populações civis em tempo de guerra. Infelizmente, a falta de meios financeiros muitas vezes retardam as realizações práticas nesse domínio. Portanto os rápidos progressos constatados no decorrer destes últimos meses em matéria de lançamento de EF com carga termonucleares exigem, mais do que nunca, soluções imediatas e audaciosas.

Enquanto permanecer a ameaça de uma exterminação fulminante das populações civis, as forças armadas serão incapazes de cumprir a sua missão. Mas, mesmo se as forças armadas conseguissem, afinal de contas, bater o inimigo, o desastre seria de tal grandeza que se poderia, legitimamente, indagar se tudo não seria preferível a uma vitória tão sangrenta.

Duas atitudes se manifestam geralmente, quando a questão da proteção às populações civis se apresenta.

A primeira consiste em renunciar a tomar qualquer providência que seja sob o pretexto de que os meios de destruição sendo ilimitados nenhuma proteção coletiva pode ser organizada. Em consequência, todo o dinheiro despendido para esse fim é dinheiro perdido e é preferível



reservar nossos recursos financeiros disponíveis para aperfeiçoamento de nosso sistema defensivo a dispersá-los na organização de uma ilusória proteção civil.

A segunda atitude consiste em considerar que, para as nações, é mais vantajoso perder a guerra, mantendo suas populações mais ou menos intactas, do que ganhá-las com suas populações dizimadas. Em consequência, torna-se necessário desviar certos créditos inscritos nos orçamentos militares, para serem empregados na organização da proteção civil.

A verdade se encontra, segundo Lord Ismay, antigo Secretário da OTAN, entre as duas atitudes extremas.

Nenhum oficial contestaria que toda diminuição de créditos militares constituiria um erro trágico, cujas consequências poderiam ser desastrosas para o futuro do mundo ocidental. Porém, o erro não seria menos trágico, as consequências não seriam menos desastrosas se os governos não adquirissem, muito rapidamente, consciência do perigo que ameaçaria o mundo livre, caso a proteção civil, no seu sentido mais amplo, não fôsse rapidamente organizada de maneira verdadeiramente importante e eficiente.

É inútil perguntar-se, do ponto de vista econômico, novas despesas públicas são ainda possíveis, sem diminuição do padrão de vida das massas. Trata-se de saber se os povos europeus querem ou não sobreviver a um terceiro conflito mundial. Eis o momento de decidir se os europeus preferem gastar o seu dinheiro na aquisição de automóveis de luxo, aparelhos de televisão ou refrigeradores, ou se querem garantir melhor uma possibilidade de escapar da exterminação, pagando, desde já, os impostos necessários à criação dos recursos financeiros indispensáveis à construção de abrigos, à constituição de estoques de víveres e medicamentos e à organização de colunas móveis de defesa civil. **Torna-se necessário decidir: a tergiversação não mais é possível.** Se a decisão fôr negativa, se os governos responsáveis recuarem diante da amplitude do problema ou em face das dificuldades financeiras, é claro que será necessário ir até ao extremo, isto é, suprimir, em proporção considerável, as forças armadas de onerosa remuneração, que não poderão cumprir a sua missão.

Se, ao contrário, a decisão fôr positiva, será conveniente evitar, sobretudo, as meias medidas e mostrar-se escrupuloso nas realizações. Será necessário, antes de tudo, fazer prova de audácia e de imaginação. Entretanto, esse problema só pode ser resolvido pelas autoridades civis de cada país e só por elas.

Consideremos que não há dificuldades insuperáveis no que diz respeito ao problema que representam as populações civis para um exército em operações. Com efeito, a atenção que as populações exigem dos comandantes não constitui fato novo.

Em 1940, a capitulação do Exército belga foi determinada, numa certa proporção, pela presença de dois milhões de civis numa zona exígua onde as tropas se achavam cercadas. Prolongar a resistência seria pro-



vocar infalivelmente o massacre inútil de milhares de não-combatentes. Nessa época a sorte dos refugiados fugitivos pelas estradas da Bélgica e da França era particularmente trágica; do ponto de vista estritamente militar, a presença desses infelizes trazia problemas de movimento e de transporte quase insolúveis.

Estas duras lições não foram esquecidas. Em 1944, após quatro anos de experiência, os EM se encontravam perfeitamente preparados para enfrentar os problemas das populações civis. Os americanos, na Escola de Governo Militar de Charlottesville, e os ingleses, na Escola de Estado-Maior para Relações Públicas, formaram um grande número de oficiais especializados em relações públicas e governo militar.

A missão desses oficiais era dupla:

1º. aliviar o comando das preocupações com as populações civis, no decorrer das operações militares;

2º. transformar o ônus que representavam as populações civis para os exércitos em operações em uma ajuda eficiente.

Esta missão se conserva sempre a mesma em sua essência, porém tem variado em amplitude proporcionalmente ao acréscimo da potência destruidora das armas modernas. Ora, por mais paradoxal que possa parecer, nenhum exército europeu dispõe, no momento atual, de oficiais de relações públicas. Parece então que há uma lacuna importante a ser preenchida e que talvez não seja bastante tarde para iniciar esse empreendimento.

Poder-se-ia objetar que os pontos de vista expressos pelas autoridades são exageradamente pessimistas. Assim não se pode admitir porque o inimigo destruiria a Europa a golpes de bombas termonucleares, o que teria como primeira consequência privá-lo do benefício de suas eventuais conquistas. Essas objeção parece perfeitamente admissível. Mas quem sabe a respeito do que o futuro nos reserva? Quem sabe se ao invés de bombas termonucleares o inimigo utilizaria gases paralisantes? Quem poderia dizê-lo?

Mas, nós pensamos que a "estratégia da vida", que a estratégia do terror e da exterminação das populações civis seria a única estratégia suscetível de provocar capitulações em cadeia, tendo por fim e por efeito isolar muito rapidamente nossos aliados americanos.

Achamos que, caso isto se realizasse, o mundo livre conheceria a mais horrorosa catástrofe de sua história. E por assim pensarmos, queremos lançar um verdadeiro grito de alarme. Ao concluir, repetimos as palavras de M Spaak, o atual Secretário-Geral da OTAN, pronunciadas em outras circunstâncias: "Não é demasiadamente tarde... porém é oportuno".



### III — ORGANIZAÇÃO

#### MINISTÉRIO DA DEFESA. SOLUÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA OU TÉCNICA?

Major GERMANO SEIDL VIDAL

##### NOTA DO REDATOR

Continuamos, com o presente número, o debate relativamente ao Ministério da Defesa, órgão coordenador por excelência das atividades dos três atuais Ministérios Militares. O sentido é puramente especulativo, de indagação, envolvendo apenas o domínio das idéias.

Ao apresentarmos mais êsse trabalho da lavra do Major Vidal, formulamos um apêlo no sentido de que outros artigos nos sejam enviados para publicação em as colunas de "Doutrina Militar Brasileira".

Major A. RAPOSO FILHO

#### MINISTÉRIO DA DEFESA, SOLUÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA OU TÉCNICA?

Major GERMANO SEIDL VIDAL

Existe já conceito generalizado de que nossas Forças Armadas necessitam ser reestruturadas. Os que assim pensam, encontram o denominador comum na criação do Ministério da Defesa, pois a novel forma de dirigir as três Forças propiciaria, a curto prazo, chegar-se ao desiderato almejado.

A opinião pública nacional não está aparte no debate do apaixonante problema. A imprensa, vez por outra, tece comentários a respeito e os próprios representantes do povo já dispõem de um anteprojeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Mincaroni, versando sobre a matéria.

Nesses debates o que temos notado é a preponderância dos aspectos políticos e administrativos, sobre os técnicos, para o equacionamento do problema.

Dizem alguns que há necessidade do Ministério Militar único para obviar as dissensões políticas intestinas, que dilapidam o prestígio dos órgãos responsáveis pela nossa Segurança e procuram fazê-los meros instrumentos de paixões partidárias e intransigências políticas, dissonantes com o estado de maturidade democrática que tem sido outorgado ao Brasil de nossos dias. Pensam, ainda, êsses doutrinadores da nova idéia, que o mando político das três Forças se enfeixado num só Ministro excluiria o Poder Militar de intrometer-se nos fatos políticos do país; bem como, extinguiria possíveis rivalidades surgidas na área militar.



Outros balanceiam as vantagens do novo Ministério à base de cifras e vêem no Ministério único a possibilidade de drástica redução de gastos. Os pesados orçamentos das Pastas Militares seriam, assim, substancialmente restringidos e, dessa forma, o Ministério da Defesa teria necessariamente que sofrer despesas, diminuir efetivos, extinguir serviços, enfim, abolir o ideal ou o supérfluo, para viver do imprescindível, no "mínimo minimorum".

Tais comentários, como vêem, colocam as medidas de caráter técnico como decorrentes de imposições políticas ou administrativas. Considerar, assim, o Ministério da Defesa é não somente um desdouro para os profissionais das instituições militares, como seria admitir inépcia dos mesmos para modernizar aqueles organismos, em face da atual conjuntura nacional.

O problema em foco é antes de tudo de caráter absolutamente técnico.

A reestruturação das Forças Armadas, a racionalização de seus gastos e o planejamento de seu emprego, de acordo com a Política do Governo — interna e externa — parece ser questão que aos chefes militares cabe, precipuamente, o estudo e a iniciativa da proposta das linhas de ação solucionadoras.

A recolocação das Forças Armadas no atendimento exclusivo de suas missões constitucionais, a enunciação de uma Doutrina Militar — de integração das três Forças — e a de Emprego de cada uma, a adoção de nova "Ordem de Batalha" com vista à "nossa guerra" e o emprego de logística unificada podem ser propostos dentro do quadro do Ministério da Defesa, que viria ao encontro de todas as novas mudanças. Criado ele dentro de conceituação técnica preestabelecida, ter-se-ia em consequência atingido os demais aspectos aqui focalizados, ou sejam, os políticos e os administrativos.

Assim vejamos:

— O EMFA, dentro do Ministério da Defesa, não seria somente órgão assessor para estudos e planejamentos militares ou conselheiro nos assuntos de Segurança Nacional, mas sim o responsável pela total reestruturação de nossas Forças Armadas, colocado em posição que permitiria decisões irretorquíveis e, talvez, urgentes. As Secretarias da Guerra, Marinha e Aeronáutica, se bem que autônomas como os atuais Ministérios, estariam ligadas por liames de efetiva subordinação a uma só direção técnica, política e administrativa.

— A conduta política da imensa máquina militar do País, traçada em consonância com a Doutrina de Guerra Nacional seria facilitada pela unidade de direção das três Forças Armadas, cuja eficiência redundaria em benefício da garantia do bem-estar do povo brasileiro.

— A contenção das despesas militares seria, também, fruto da maior integração das Forças Armadas, na prestação de serviços técnicos comuns e na racionalização de todo o processamento da logística de paz.

Far-se-ia tudo isto dentro dos mais modernos princípios do emprego do Poder Militar, consentâneo com as possibilidades e anseios do país.



# GUERRA QUÍMICA

## O LIXO ATÔMICO

Cap. Art. DIÓGENES VIEIRA SILVA

Comportamento irresponsável seria o de um fabricante de qualquer produto que, continuamente, armazenasse sob sua fábrica materiais explosivos que pudessem levar pelos ares tôda sua obra, se qualquer acidente ocorresse. No entanto, é êsse o comportamento que a humanidade, ou melhor, parte da humanidade — uma pequena minoria que decide o que fazer e quando fazer, sem o mínimo de consideração para com a imensa maioria que a tudo assiste abobada e apáticamente — está tendo. Dezenas de usinas atômicas, centrais atomo-elétricas e fábricas as mais diversas, em contínuo funcionamento, desde que a energia liberada em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, foi domada e colocada a serviço do homem, com finalidades pacíficas, estão diariamente produzindo subprodutos extremamente perigosos, vulgarmente conhecidos como **lixo atômico**. Pouco ou quase nada dêle se fala, a não ser, como foi o caso, recentemente, de uma experiência de certo vulto que adquire ressonância nos principais órgãos de opinião.

No corrente mês de outubro, um comunicado do Commissariado Francês de Energia Atômica, foi o responsável por tôda a grita surgida, não apenas na França, mas também no minúsculo Principado de Mônaco, inexplicavelmente rebaixada a notícia sem importância pela nossa imprensa, que se limitou a pequenas transcrições dos despachos telegráficos.

Vejamos, um pouco por alto, o que é êsse lixo atômico, e qual a razão pela qual sua colocação no Mediterrâneo levantou êsses protestos.

### 1 — O LIXO ATÔMICO

Em trabalho que publicamos nesta mesma Revista, sob o título "Guerra Atômica e Guerra Radiológica", ao tratarmos da produção dos agentes radiológicos, afirmamos:

"Talvez pela primeira vez na história da humanidade, tenha surgido como um grave problema para certas indústrias o jogar fora, como imprestável e perigosa, uma valiosa munição



de guerra. Sim, pois o tão comentado lixo atômico, resíduo dos reatores nucleares ou das pilhas atômicas, nada mais é do que um elemento que poderá ter utilização em caso de guerra, como agente radiológico."

Todos sabemos que a energia gerada pelos reatores nucleares, com ajuda de fissão nuclear, traz como consequência a produção de materiais radioativos que, normalmente, ficam dentro dos reatores, desde que eles tenham sido construídos e estejam sendo operados dentro de rigorosos controles técnicos e com o indispensável nível de precaução.

Mas, depois de algum tempo de funcionamento, esse resíduo da carga inicialmente utilizada para alimentar o reator, deverá ser removido e substituído por uma nova carga ou novo combustível. Esse resíduo é que é o chamado **lixo atômico**, dotado de alta dose de periculosidade, por ser grandemente radioativo, sendo constituído de isótopos diversos com meias-vidas de durações as mais variadas. (1)

Alguns desses isótopos poderão ter utilidade na indústria, na agricultura ou na medicina, porém, essas finalidades darão vazão a uma quantidade relativamente ínfima dos resíduos desses reatores. Por outro lado, a necessidade, principalmente para usos na medicina e na agricultura, de isótopos específicos, obriga os reatores a serem utilizados na obtenção deliberada desses mesmos isótopos diretamente, e não com a procura dos mesmos nos resíduos. (2)

Desde que a energia atômica começou a ser utilizada para finalidades pacíficas, portanto, surgiu o problema de dar destino certo e seguro a tais resíduos. As soluções alvitradas são diversas, porém, todas até hoje apresentando graves inconvenientes. Veremos uma a uma as soluções estudadas e utilizadas.

## 2 — DISPERSÃO NA ATMOSFERA

O lixo atômico pode se apresentar sob a forma sólida, líquida ou gasosa. A possibilidade de dispersão na atmosfera foi estudada para todas as três formas acima, se bem que a mais fácil de utilizar tenha sido a forma gasosa. O gás radioativo é descarregado na atmosfera por meio de canos semelhantes a altas chaminés, tomando-se a precaução de só permitir o escapamento nos momentos em que a condição de **lapse** acentuada facilite a ascensão desses gases para as altas ca-

---

(1) Como resultado da fissão nuclear, um total de aproximadamente 280 nuclídeos separados são produzidos, e todos eles podem aparecer nos detritos de um reator nuclear. (James Stockley).

(2) O Dr. E. Glueckauf, do Instituto Britânico de Energia Atômica de Harvard, apresentou, em Genebra, um projeto, a longo prazo, visando a obter, do lixo dos reatores atômicos, vários produtos úteis, como o estrôncio 90 e o cério 137, para serem usados como fonte de calor e, posteriormente, metais raros, como rutênio, rádio e paládio, com muitas aplicações, em virtude da dureza e resistência à corrosão apresentadas.



madras. Além disso, êsses pontos de liberação devem ser localizados em locais elevados, de modo a se reduzir ao mínimo o risco de deposição nas camadas mais baixas. Talvez o subproduto gasoso que mais problemas tenha acarretado seja o criptônio 85 que, apresentando uma meia-vida de 10,4 anos, traz ainda a desvantagem de ser de difícil ligação com outros elementos, por ser um gás nobre. (3)

Outro método de dispersão na atmosfera é para o lixo atômico sob a forma sólida ou líquida, ou mesmo o gasoso transformado a uma dessas duas últimas. Nesse caso, os resíduos seriam colocados em foguetes de alta potência que, lançados ao espaço interplanetário, ali lançariam êsse lixo. As desvantagens são óbvias, pois muitos e grandes riscos surgirão com tal hipótese. O foguete poderia falhar por ocasião do seu lançamento, espalhando os resíduos logo nas proximidades, como também poderia falhar antes de sair da atmosfera terrestre, explodindo, e nela espalhando os perigosos detritos.

### 3 — DERRAMAMENTO CONTROLADO

Muitas fábricas e usinas nos Estados Unidos descarregam seus resíduos em rios, lagos e córregos. Na Europa também tem sido um meio largamente utilizado, inclusive na Holanda, onde há algum tempo descobriram estranhas mutações nas rãs encontradas no pântano onde ia ter o córrego em que os detritos eram lançados.

Dentre outros, podemos citar o Rio Colúmbia, onde são lançados os detritos da grande fábrica de plutônio de Hanford (Washington — USA) (4); o Rio Walnut em que é lançado o lixo das instalações de Rocky Flats. Outros cursos d'água utilizados para lançamento de resíduos atômicos são: Desplaines, para o Laboratório Nacional de Argonne, em Lamont (Illinois); Rio Miami, para os detritos da Fábrica de Fernald e também para o Laboratório de Mound, em Miamisburg (Ohio); Rio Clinch, para a descarga dos resíduos do Laboratório Nacional de Oak Ridge (Tennessee); Rio Savannah, para a Fábrica de Aiken; Rio Mohawk, utilizado pelo Laboratório de Energia Atômica Knolls, de Schenectady (New York); Rio Peconic, utilizado pelo Laboratório Nacional de Brookhaven (Upton — Long Island). (5)

---

(3) Os três principais gases residuais radioativos liberados são o criptônio, o xenônio e o vapor de iodo. O último é que oferece menos problemas, pois, tendo meia-vida de 8,14 dias, se deixarmos seu vapor esfriar de 2 a 3 meses, ele irá se degenerar consideravelmente.

(4) No caso de Hanford, as condições geológicas facilitaram grandemente o problema, pois êsse derramamento é coado através de 190 metros do solo, cascalho, pedra e argila, até o lençol freático completamente independente do que abastece de água tanto a Usina de Hanford quanto a vila próxima, Richland. Por êsse lençol vão ter ao Rio Columbia, 16 km a leste.

(5) A água comum é um ótimo absorvente de neutrons; o hidrogênio nela existente pode capturar um neutron, transformando-se em deutério.



A grande desvantagem de tal processo é de que só pode ser utilizado para resíduos líquidos de baixo nível radioativo, assim mesmo, sendo mantidos durante algum tempo em depósitos junto às fábricas, com a finalidade de baixar ainda mais esse nível.

#### 4 — ENTERRAMENTO TERRESTRE

Existem já vários **cemitérios** atômicos nas principais potências, sendo alguns em grutas naturais e outros em minas abandonadas que tenham atingido grandes profundidades.

Muitas vezes, o método anterior é conjugado com este de enterramento, e o córrego, no qual os detritos radioativos tenham sido lançados, é encaminhado para uma descontinuidade da superfície terrestre. São poços profundos como os que existem próximo às fábricas de Hanford (4), Oak Ridge, Arco e Aiken, e denominados **cemitérios**. Normalmente os detritos sólidos aí lançados apresentam de baixo a médio nível de radioatividade, mas assim mesmo surgiu o temor de que as nascentes localizadas nas proximidades apresentassem, com o correr do tempo, acentuada radioatividade. Mas, o mesmo cuidado dispensado continuamente aos rios e córregos, em que são lançados os resíduos líquidos, é utilizado nas nascentes localizadas até uma certa distância dos **cemitérios**: a medição contínua, para controle, dos níveis de radioatividade. Afirma a Comissão de Energia Atômica que os níveis encontrados, até o momento, se acham muito abaixo daquele capaz de oferecer perigo à vida humana ou mesmo animal e vegetal.

O Laboratório de Los Alamos (New Mexico) utiliza como **cemitério** alguns **canions** ermos, onde lança detritos.

Por outro lado, espeologistas e geólogos estão atualmente estudando a possibilidade de utilizar com essa finalidade algumas grutas bastantes profundas, existentes em território norte-americano, bem como minas de sal-gema, já abandonadas.

#### 5 — CONFINAMENTO SUBTERRÂNEO (6)

Outro processo semelhante ao do **enterramento**, é o do **confinamento**, porém, dêle se diferencia por ser o primeiro utilizado para resíduos de baixo a médio nível de radioatividade, enquanto o último é usado para o lixo altamente radioativo. Além disso, no do enterramento, o resíduo fica em contacto direto com o solo do local em que foi lançado, ao passo que no processo de confinamento, êle fica isolado do meio circundante, colocado em enormes caixas de aço e chumbo, ou mesmo de cimento armado. É utilizado para resíduos líquidos de alta radioatividade e mesmo para alguns sólidos.

---

(6) Segundo James Stockley (O novo mundo do átomo) essa colocação de resíduos em tanques subterrâneos foi o primeiro usado, em 1945, na usina de Hanford. Foi retirado do reator o plutônio criado, e o material combustível, que ainda continha apreciável quantidade de urânio, foi armazenado nos tanques subterrâneos.



Os principais locais nos Estados Unidos em que estão sendo armazenados tais caixas são na Fábrica de Hanford (Washington), na Estação Experimental de Reatores (Arco — Idaho) e na Fábrica de Aiken (Carolina do Sul). Alguns tanques têm capacidade para conter dezenas de milhares de litros, porém, outros possuem capacidade para milhões de litros. Calcula-se que por meio de tal processo já foram armazenados mais de meio bilhão de litros de resíduos líquidos com alto teor de radioatividade.

Algumas objeções são colocadas a este método, a primeira das quais é o seu alto custo, seguido logo depois do perigo constante, de em qualquer movimento de adaptação da crosta terrestre ou abalo sísmico, ocorrer o rompimento das caixas e a dispersão desses resíduos, normalmente com alto teor de radioatividade, apresentando elevadas meias-vidas. Verdade que os locais até agora escolhidos não são sujeitos a fenômenos de tal espécie, porém, os caprichos da natureza são imprevisíveis, de modo que nunca se pode estar seguro quanto ao futuro.

## 6 — LANÇAMENTO AO MAR

Outro processo também já muito utilizado é o de encerrar o lixo em caixas de concreto, cilindros de aço, caixões de cimento ou imensos blocos de concreto que posteriormente são lançados ao mar, escolhendo-se para isso locais de grande profundidade.

Pequenas quantidades foram lançadas durante muito tempo no oceano ao largo de Seattle. Outros pontos de eliminação muito usados pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, foram: um ponto localizado a 192 quilômetros da costa de New Jersey e outro a 42 quilômetros de São Francisco, ambos com profundidades da ordem de 1.600 metros. No Oceano Atlântico existem outras duas zonas de lançamento de resíduos: uma a 640 quilômetros da costa entre Boston e New York, e outra 192 quilômetros a leste de Norfolk, na Virgínia. No Pacífico ainda existe um outro ponto a 96 quilômetros da costa sul da Califórnia. (7)

Este sistema de lançamento ao mar, já tão amplamente usado, sem alardês, a não ser algumas reclamações de cientistas preocupados com possíveis acidentes de conseqüências imprevisíveis, reclamações essas que não encontram eco nos responsáveis pelas políticas das grandes potências, é que fez com que, no corrente mês de outubro, a atenção mundial mais uma vez se voltasse para o problema. (8)

---

(7) "Como se desfazer do lixo atômico" — Frank Carey — "O Globo", de 25 de setembro de 1957.

(8) Curiosamente, existem cientistas que procuram provar a não existência de tais perigos. Os norte-americanos E. Teller e A. Latter são desse grupo, tendo tido seus trabalhos de divulgação rudemente atacados, dentre outros, pelo Professor Alexander Kuzin, diretor da revista russa "Biofísica", que considera tais perigos ainda muito acima do já divulgado e do imaginado pelos mais pessimistas, entre os quais se inclui.



Telegramas de Paris, datados de 5 de outubro, anunciaram que o Comissariado Francês de Energia Atômica estava se preparando para inaugurar o primeiro dos seus **cemitérios atômicos**, situado a 80 quilômetros ao sul de Antibes, no Mar Ligúrcio, entre a Côte d'Azur francesa e a Ilha da Córsega. Nesse local, em que se encontra uma profundidade da ordem de 2.500 metros, seriam lançados 6.500 barris de aço inoxidável, carregados de detritos radioativos, provenientes da Fábrica de plutônio de Marcoule. Esses barris, com capacidade para 2.000 toneladas de resíduos, desceriam pelo Rio Ródano, sendo posteriormente transladados para um navio que os levaria até o local de lançamento, onde uma bóia luminosa assinalaria permanentemente a existência desse cemitério. (9)



A operação foi aprovada pelas autoridades do Euratom, sendo fixada a data de 14 de outubro para execução do lançamento, dos dez primeiros recipientes, continuando os outros lançamentos a partir do dia 20.

Apesar da opinião dos técnicos franceses do Comissariado Francês de Energia Atômica, corroborada pela dos técnicos do Euratom, de que não haveria perigo nenhum no lançamento, inúmeras vezes se levantaram contra tal medida, sendo de se destacar a do Cmt Cousteau,

(9) "Cemitério de restos radioativos" — "Correio da Manhã", de 6 Out 1960.



especialista em oceanografia e autor do filme "O mundo do silêncio". Suas declarações, que ocuparam três colunas do vespertino "Le Monde", foram incisivas, condenando os preparativos secretos feitos pelos técnicos, sem consultas aos organismos nacionais ou internacionais especializados no estudo dos oceanos e com especialidade do Mediterrâneo. (10) Ainda segundo êle, as sondagens que ali efetuou com o navio oceanógrafo "Calipso" na elaboração do filme acima citado, revelaram não existir fôssos algum naquela região, e que a mesma se caracteriza precisamente por contínuos deslocamentos de água, concluindo por afirmar que **parecia difícil escolher um lugar pior, não apenas por essa razão, mas também pelas correntes marítimas particularmente violentas no local.**

A autoridade de quem lançou o protesto, Comandante Jacques Cousteau, Diretor do Museu Oceanográfico de Mônaco, fez com que outras reclamações se sucedessem. O município de Nice resolveu declarar uma greve da administração local, seguindo o protesto do prefeito de Ajaccio, capital da Córsega, secundado logo depois pelos prefeitos de Toulon e outras cidades do sul da França. (11)

Realçavam êles as conseqüências danosas que adviriam para a indústria pesqueira da região, além de prejudicar o turismo, fonte de recursos importante em várias cidades das proximidades. O Alto Comissário da Energia Atômica da França, Sr. François Perrin, procurou defender seu projeto, mas o próprio Príncipe Ranier, do Principado de Mônaco, na qualidade de Presidente da Comissão Internacional para a Exploração Científica do Mediterrâneo, intercedeu diretamente junto ao General De Gaulle, de modo a ser adiada a experiência, o que ocorreu finalmente no dia 12, antevéspera da data fixada. (12)

## 7 — CONCLUSÃO

Apesar de muitas declarações de que os processos utilizados para a neutralização dêsse **lixo atômico** não oferecem perigo, vozes há discordantes, e igualmente categorizadas. Dentre elas podemos citar o Dr. Polycarp Kusch, professor de Ciências Físicas na Universidade de Colúmbia, e detentor do Prêmio Nobel, e que declarou:

"Não é o número de gente que se mata com uma bomba atômica o que mais importa, mas sim o que se reserva às próximas gerações.

Vejamos agora o problema da destruição do lixo atômico.

---

(10) "Resíduos atômicos no Mediterrâneo" — "Correio da Manhã", de 11 Out 1960.

(11) "Causam os resíduos atômicos preocupações na Costa Azul" — "Diário da Notícias", de 12 Out 1960.

(12) "Adiada a perigosa experiência" — "Diário de Notícias", de 13 Out 1960.



Nós o encerramos em blocos de concreto e jogamos esses blocos no fundo do mar ou os enterramos em lugares de maneira a não poder contaminar o povo. Suponhamos, porém, que um movimento sísmico rompa esses blocos de concreto e disperse o veneno entre os homens?"

Em outra potência nuclear, a Rússia, o problema também tem preocupado seus cientistas. Da obra de D. I. Voskoboinik, "Instalações Energéticas Nucleares", podemos destacar:

"Ao submergi-los em recipientes herméticos no oceano, deveremos cuidar para que sua resistência à corrosão se mantenha durante várias dezenas de anos; ao enterrá-los na terra, convém que se cuide da ação das águas subterrâneas, que com o tempo podem lavar o cemitério de substâncias radioativas e contaminar uma grande superfície."

O problema apresenta acentuado perigo, que pode ser calculado com um exemplo simples. Os resíduos obtidos em uma instalação energética comum podem apresentar uma atividade de 1 milhão de curies. (13) Para muitos isótopos encontrados nesses resíduos, a dose máxima permissível para o organismo humano é de 10-12 curies. Assim, os recipientes, que os armazenarem, devem ser tão herméticos que não permitam perdas de 1/10-18. Isso, em cálculos aproximados, mas que já nos podem dar uma idéia do vulcão que estamos construindo sob nossos pés.

Recentemente, estudam os técnicos mais um método, destinado a diminuir os efeitos das águas subterrâneas sobre esse lixo. Consiste em uni-los a argilas, enterrando a mistura assim obtida em grandes profundidades, de modo a tornar mais lenta a ação da água.

No entanto, os perigos permanecem, e podemos de uma hora para outra, por um simples capricho da natureza, nos encontrarmos na situação de vítimas de uma tremenda guerra radiológica, por nós preparada com carinho durante anos e desencadeada em um momento, pelas forças que julgamos controlar.

Curitiba-PR, 16 de outubro de 1960.

Diógenes Vieira Silva  
Capitão de Artilharia

---

(13) Um curie é a radioatividade de uma grama de rádio puro, ou, segundo o FM 3-8 "Chemical Corps Reference Handbook", a quantidade de qualquer material radioativo dando  $3.7 \times 10^{10}$  desintegrações por segundo.



# INFOR-

# MAÇÕES

## O "INTELLIGENCE SERVICE"

1. Introdução.
2. Sistemas de Informações do "Commonwealth Britânico".
  - a. Informações Externas.
  - b. Informações Internas.
3. O "Secret Service".
  - a. Uma mulher misteriosa.
4. A. Contra-espionagem.
  - a. Espiões em Londres.
  - b. Kent — O traidor diplomata.
  - c. Desembarque de espiões.
  - d. O pobre Job.
  - e. Informações falsas.
  - f. King-Kong — O traidor de Arnheim.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, após a tomada de Berlim, os aliados fizeram uma devassa completa em todos os estabelecimentos onde havia funcionado a temível Gestapo e, no Quartel-General, situado em Albrecht Strasse, encontraram, entre outros documentos, um livroeto com o carimbo de "absolutamente secreto". Tratava-se do "HANDBUCH DES BRITISCHEN GEHEIMDIENSTES" ou seja o Manual do Serviço Secreto Britânico, impresso pelo Serviço de Segurança do Reich, no ano de 1942 e que levava o prefácio de Heinrich Himmler.

Destinava-se, o Manual, aos oficiais superiores do Exército Alemão e aos espiões mais categorizados e logo, em seu capítulo primeiro dizia:

"O Serviço Secreto Britânico tem um passado de mais de trezentos anos. Trabalhou intensamente na construção e na defesa do Império Britânico"...



Mais adiante, ainda no primeiro capítulo, notava-se o período seguinte:

“Os ingleses levaram a arte da espionagem a um grau de perfeição tão elevado que seu Serviço Secreto, há mais de um século, constitui um organismo incomparável e que dificilmente poderá ser superado”...

Realmente, o “Intelligence Service”, para servirmos do nome por que é mundialmente conhecido, é considerado como o serviço de informações mais famoso do mundo e que maior soma de serviços tem prestado ao governo.

Tudo leva a crer que os britânicos se inspiraram nos serviços secretos da República de Veneza, que durante a Idade Média, dominou, com sábia maestria, a espionagem em toda a zona européia.

Foi durante o reinado de Elizabete I que o Serviço Secreto Britânico começou a adquirir vulto. Parece que foi Sir Francis Walsingham o seu organizador nos moldes em que funciona atualmente, havendo, segundo seus próprios relatos, se orientado pelos serviços já utilizados pelos jesuítas e italianos. A partir de então, o governo de Sua Majestade Britânica passou a olhar com todo o interesse para o “Intelligence Service” e dele tirou o maior proveito que se conhece em toda a história dos serviços secretos.

Aquêles que não estão acostumados a lidar com os agentes dos Serviços de Informações, ao ouvirem falar em “agentes secretos”, imaginam logo tratar-se de indivíduos misteriosos de expressão sinistra ou então de bailarinas sedutoras, prontas a sacrificar sua honra para conseguir dos militares a informação que eles guardam com maior carinho. Realmente existem “agentes secretos” deste tipo, mas são raros, pois os mais comuns são indivíduos de aparência normal.

Consultando a história podemos constatar que o simpático General Strong, subchefe do Serviço de Informações do Exército Inglês, foi o “agente secreto” utilizado para negociar, em Lisboa, a rendição italiana em 1943. Ai, em festas da alta sociedade lisboeta, travou conhecimento com os “agentes” do Marechal Badoglio e com eles planejou todos os movimentos que culminaram com a rendição da Itália. Durante a Primeira Guerra Mundial, encontramos o famoso Coronel Lawrence, que trabalhava para o Serviço Secreto Inglês e que foi, ao mesmo tempo, o mais precioso “agente” inglês e o maior agitador do mundo árabe, que a história contemporânea registrou.

Esses exemplos, e muitos outros, constituem a dramática história do “Intelligence Service” britânico. Todavia, se analisássemos alguns fracassos ocorridos com o “Intelligence Service”, durante a última guerra e, mesmo depois de 1945, poderíamos pensar que a eficiência do órgão de espionagem britânica estaria decadente. Basta citar o caso conhecido pelo nome de “Espionagem Atômica”, onde se salientaram Fuchs, Nunn May Pontecorvo, para passarmos a duvidar da fama que até então trazia o serviço inglês. Será que o “Intelligence Service” já não possui a eficiência do passado? Será que os “agentes secretos” ingleses já



não são capazes de proteger, através da contra-espionagem britânica, o povo britânico e as democracias em geral.

Creio que poderemos responder a esta pergunta, analisando alguns casos ocorridos nos últimos vinte anos e onde o "Intelligence Service" fracassou ou viu coroado de êxito os seus trabalhos. Antes, porém, vejamos alguma coisa sobre a organização do "Intelligence Service".

## 2. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO "COMMONWEALTH" BRITÂNICO

O sistema britânico cuida não só da coleta de informações como também das medidas de contra-informação ou sejam, destinadas a proteger, por meio da segurança, as informações que os demais países desejam colher do Reino Unido.

Os órgãos que compõem o "Intelligence Service" são:

### a. *Informações Externas:*

- (1) Serviço de Informações do Ministério das Colônias;
- (2) Serviço de Informações do Ministério dos Domínios;
- (3) Serviço de Informações do Ministério de Economia;
- (4) Serviço de Informações do Ministério de Relações Exteriores;
- (5) Ministério de Informações que tem a seu cargo, também, a propaganda, a contrapropaganda e a censura;
- (6) Serviço de Informações do Almirantado;
- (7) Serviço de Informações do Ministério do Ar;
- (8) Serviço de Informações do Ministério da Guerra.

Todas as informações colhidas por estes órgãos vão ter a um organismo central, chamado "Secret Service", que depois de avaliar e cotejar os informes, remete-os, já como informação, ao Comitê dos Ministros de Defesa, que os estudam e levam ao conhecimento do Primeiro Ministro.

O "Secret Service" também presta informações ao Comitê Interdepartamental, que tem a seu cargo a segurança das operações de informações.

### b. *Informações Internas:*

No interior da Grã-Bretanha o serviço de contra-espionagem e segurança do Estado está entregue a três órgãos:

- (1) Serviço de Segurança do Ministério de Abastecimentos;
- (2) Seção Especial da "Scotland Yard";
- (3) M 15.

O Serviço de Segurança do Ministério de Abastecimentos está intimamente ligado à segurança das novas investigações, não só no campo da energia atômica, como também no dos engenhos-foguetes e projéteis teledirigidos, do radar e das novas armas.

A Seção Especial da Scotland Yard, cuja fama internacional todos conhecem, tem a seu cargo, particularmente, a segurança dos homens de Estado e das instituições governamentais.



O M 15 é a "Military Intelligence Division 5", onde o serviço de contra-espionagem teve sua origem, durante o desencadear da Primeira Guerra Mundial. Até hoje guarda a sigla M 15 mas está completamente separada de qualquer ministério militar. Faz o serviço de contra-informação para servir a uma pessoa que é por ele responsável e que o representa junto ao Parlamento — O Primeiro Ministro. O pessoal do M 15 é todo civil e a este organismo vêm ter, em última análise, tôdas as informações referentes ao "Commonwealth", cabendo ao M 15, além da contra-informação, o arquivo, o registro e o estudo de tôdas as informações obtidas pelos demais órgãos.

Antes de prosseguir vamos responder a duas perguntas que os leitores já estão, a esta altura, fazendo a si mesmo. Qual será o custo de todos estes serviços de informações? Quantos agentes estão empregados nestes diferentes serviços?

É claro que o número de agentes e o custo do "Intelligence Service" varia conforme a Grã-Bretanha esteja vivendo uma época de guerra ou de paz.

Em 1953, o "Intelligence Service" possuía cerca de 5.000 agentes espalhados por todo o mundo e outros 5.000 indivíduos trabalhando em informações dentro do território britânico. Naquele ano foram gastos perto de 14 milhões de libras esterlinas, cifra inferior aos gastos dos Estados Unidos que, em 1953, ultrapassou a 25 milhões de libras.

Sendo o gasto tão elevado, particularmente para o povo inglês, dado, como sabemos, a empregar o dinheiro com certa parcimônia, será que tais serviços têm correspondido aos interesses britânicos? Sim, parece que têm correspondido e para demonstrar o que afirmamos vamos historiar alguns casos que se passaram, não só com o "Secret Service" como com o serviço de contra-espionagem.

### 3. O "SECRET SERVICE"

O "Secret Service" é a peça principal do serviço de informações externas do "Commonwealth" Britânico, pois a ele vão ter tôdas as informações vindas das diversas partes do mundo.

Funcionalmente o "Secret Service" depende do "Foreing Office — Ministério das Relações Exteriores — e é dirigido por um funcionário civil ou militar, cujo nome nem os próprios britânicos conhecem.

O "Secret Service" tem seus agentes espalhados por todo o mundo; sua missão é colher informes de toda natureza, sejam políticos, militares ou econômicos e, ao mesmo tempo, salvaguardar o Reino Unido, da ação dos espões estrangeiros.

Os agentes do "Secret Service" são os mais eficientes de todo o organismo de informações. Eles falam tôdas as línguas do mundo com todos os seus dialetos. Não temos dúvidas de que os 548 idiomas e dialetos falados pelos indus e cada uma das inumeráveis variações do árabe, assim como os 50.000 caracteres japoneses são conhecidos pelos



agentes que trabalham no "Secret Service". Um agente do "Secret Service" sabe, muito bem, que um passo em falso ou um golpe bem sucedido pode ter uma influência formidável na decisão de uma batalha ou mesmo de uma guerra em que esteja em jogo a sorte da humanidade, e a história está aí para provar o que afirmamos. Vejamos um caso concreto:

a. *A Mulher Misteriosa:*

Todos estranharam o fato das V-1 e V-2 alemãs só terem começado a cair em território inglês, a partir de 1944, ou seja, demasiado tarde para exercer grande influência sobre o resultado da guerra. Ora, sabemos, também, que o retardo foi provocado pelas incursões realizadas pela RAF sobre o território alemão, quando os bombardeiros pesados lançaram, em agosto de 1943, grande quantidade de bombas sobre a base alemã de Peenemunde.

Tal incursão desferiu um golpe de morte nos estabelecimentos onde os alemães preparavam os famosos projéteis foguetes. Por aquela ocasião, pelo menos 200 cientistas, dedicados ao trabalho e ao fabrico das V-1 e das V-2, desapareceram, juntamente com o Diretor dos estabelecimentos de Peenemunde e o Chefe do Estado-Maior da Luftwaffe, General Jachonnek.

O bombardeio mais forte foi efetuado justamente na tarde em que todos estes personagens haviam se reunido em Peenemunde, para importante conferência. Informes enviados pelos agentes do "Secret Service" serviram para alertar a RAF, que recebeu do mesmo, não só os planos detalhados da base de Peenemunde, como o dia e a hora mais interessante para desencadear o ataque.

Somente depois da guerra terminada é que se soube que as informações foram dadas por operários polacos que trabalhavam na base. Sim, alguns informes foram prestados por tais operários, mas nenhum deles sabia a data e a hora da reunião. Como então, obteve o "Secret Service" informe tão preciso? Ainda hoje um manto de mistério cobre este particular. Só sabemos é que, quando os agentes da Gestapo, depois do bombardeio, penetraram em Peenemunde e passaram a revistar cada milímetro quadrado do interior das instalações, para resolver o enigma, encontraram, no bolso do capote de uma jovem, morta por ocasião do bombardeio, uma passagem de ônibus de Londres. A Gestapo iniciou imediatamente uma investigação sobre o passado da jovem que trabalhava em Peenemunde e concluiu que ela era elemento de confiança, pois havia sido proposta para a função que exercia por um alto personagem do governo. A Gestapo concluiu que a passagem de ônibus fôra esquecida pela jovem no bolso do capote, depois de uma visita que a mesma devia ter feito a Londres, antes da guerra. Todavia, não repararam os nazistas, que a passagem era do tipo "econômico", posta em uso após o início das hostilidades. O nome da espiã nunca foi divulgado pelo "Secret Service", que também jamais confessou tratar-se de um de seus agentes.



## 4. A CONTRA-ESPIONAGEM

Um dos principais órgãos da contra-espionagem britânica é, como vimos, o M 15, que tem prestado à Coroa inúmeros serviços embora em algumas vezes tenha falhado. Em 1914, durante as primeiras 24 horas do início das hostilidades, o M 15 prendeu quase todos os espiões alemães que se encontravam na Inglaterra. Embora tal acontecimento seja muito conhecido achamos interessante repeti-lo, aqui, com alguns detalhes.

a. *Espiões em Londres:*

Por ocasião dos funerais de Eduardo VII, em 1910, reuniram-se em Londres diversos monarcas estrangeiros, entre os quais o Imperador Guilherme II da Alemanha, sobrinho do falecido.

Acompanhando o imperador alemão, chegara, também, o Barão de Rostock, oficial de marinha, cuja ficha figurava no "Secret Service" britânico, como envolvido em atividades de espionagem na América do Sul.

Logo após sua chegada a Londres Rostock começou a ser acompanhado por detetives britânicos. Imediatamente após os funerais o barão voltou ao hotel, trocou seu uniforme por trajes civis, chamou um taxi seguindo para a estrada da Caledônia onde saltou e entrou em uma barbearia que ostentava na porta o letreiro "K.G. Ernst — Barbeiro e Cabeleireiro". Os agentes que seguiam o barão, em outro carro, acharam muito estranho que um oficial de marinha alemão deixasse o centro da cidade para ir cortar o cabelo ou fazer a barba em um cabeleireiro da estrada Caledônia, mas resolveram proceder com cautela. Começaram, a partir daquele mesmo dia, a controlar toda a correspondência que chegava à barbearia e todas as cartas que Ernst enviava para o exterior ou para outras cidades inglesas. As informações colhidas pelos agentes britânicos levaram o M 15 a levantar a rede germânica na Inglaterra e o serviço foi feito com tal perfeição que ao ser declarada a guerra, em 1914, em 24 horas todo o serviço de espionagem alemão foi destruído em território inglês.

O afortunado golpe de 1914 foi repetido em 1939. Desta vez, em 48 horas, foram presos os 35 agentes mais importantes que a Alemanha tinha na Inglaterra e outros 500 filonazistas que estavam prontos a co-operar com o serviço secreto alemão, foram também descobertos e presos. Esta ação foi executada não só pelo pessoal da M-15 como, também, pelos agentes da Seção Especial da Scotland Yard.

b. *Kent — O diplomata traidor:*

TILER KENT, jovem desportista, muito inteligente, falando diversos idiomas, teve seu ingresso facilitado no Serviço Diplomático britânico, graças a seu pai, antigo diplomata de carreira.

Em 1939, contando apenas 23 anos de idade foi nomeado para o Departamento de Cifras, onde somente funcionários de alta confiança podem manejar os "códigos" e os documentos cifrados.



Como sabemos, todos os governos se comunicam com suas embaixadas e com seus agentes secretos através de palavras de código, as quais estão contidas em livros com aspecto de dicionários onde frases inteiras ou simples palavras podem ser substituídas por números ou letras. Para decifrar uma mensagem deste gênero é preciso possuir o "código" original, pois, do contrário, é quase impossível compreender o texto. Muitas vezes, ainda, além de usar-se o "código", faz-se uma segunda transposição por meio de um cifrado próprio, alternando a posição das letras que compõem a mensagem original, dificultando, mais ainda, o trabalho da decifração. É evidente que todos os governos devam guardar o maior sigilo a respeito de seus "códigos" e de suas "chaves", empregando nestes serviços funcionários de toda confiança.

A posição que o jovem KENT ocupava na Embaixada Norte-Americana em Londres era, pois, de grande importância e a confiança que nele depositavam seus superiores era tal que, desde o início, foi destacado para trabalhar em assuntos criptográficos e por suas mãos passava toda a documentação que saía da embaixada para o governo em Washington e todos os documentos que vinham dos Estados Unidos para Londres.

Entretanto, em 1939, KENT ainda era um funcionário honesto. Conhecido nas rodas de seus amigos como anti-semita ferrenho, foi aos poucos deixando-se levar pela propaganda nazista para tornar-se, em pouco tempo, um dos maiores admiradores de Hitler. Os agentes germânicos estavam, por esta época, procurando em Londres elementos que pudessem ser aliciados para a causa nazista e tiveram, desde logo, suas atenções voltadas para o jovem KENT, que habilmente manejado, podia se tornar de grande utilidade.

Certa tarde, por mera "casualidade", o jovem KENT foi apresentado a Ana Volkova, baronesa russa e filha de um almirante do Czar. A baronesa tinha, então, 37 anos, não era muito bonita, mas era possuidora de um encanto todo especial, aliado a um modo todo especial de tratar os homens que queria cativar. KENT, em sua inexperiência, não tardou em ficar enamorado pela baronesa e em transformar-se em simples joguete em suas hábeis mãos.

Ana Volková, naturalizada inglesa, era proprietária de elegante casa de modas e há vários anos trabalhava para o serviço secreto alemão dirigido pelo almirante Canaris. Para corromper KENT não foi necessário dar-lhe dinheiro. Bastava o amor que dedicava a Valkova e a ideologia nazista que desde alguns anos professava.

O Trabalho executado por KENT e Ana era muito simples. Todas as tardes, quando o rapaz deixava a embaixada norte-americana no clássico palácio de Grosvenor Square, levava em sua pasta os documentos secretos que ele mesmo havia traduzido durante o dia. Era trabalho distribuído a ele e assim ninguém podia desconfiar. Em casa de Volkova os documentos eram fotografados e filmados e os negativos eram remetidos ao Alto Comando Alemão, via Itália. Inicialmente o próprio Kent remetia os documentos pela mala diplomática para a Itália, onde



um outro cúmplice os retirava e fazia chegar às mãos dos agentes alemães; mas logo depois, Volkova, calculando o perigo de tal remessa, entrou em ligação com um elemento da embaixada italiana em Londres e os negativos passaram a ser remetidos por intermédio deste amigo. Durante todo o tempo em que a Itália permaneceu fora da guerra, foi este o caminho seguido pelos informes colhidos por Kent.

Desde o início das hostilidades até 18 de maio de 1940, data em que foi prêso, Kent forneceu ao comando alemão nada menos de 1.500 documentos importantes, entre os quais, alguns que continham informações interessantes sobre as forças terrestres britânicas existentes na ilha e o dispositivo de tais forças com o efetivo aproximado. Era como se o Alto Comando Alemão tivesse um representante exclusivo nas reuniões ultra-secretas do Estado-Maior das Forças Britânicas.

As informações dadas por KENT eram tão interessantes que, durante o processo de Nuremberg, os generais Keitel e Jold, assim como o almirante Raeder, afirmaram que sem tal colaboração o Comando Alemão não teria logrado realizar a pausa de 1939-1940, que lhe permitiu preparar a ofensiva relâmpago da primavera que subjugou completamente a França.

Até maio de 1940 a contra-espionagem britânica nada havia suspeitado de KENT e Volkova. Esta era conhecida como admiradora da Alemanha, mas não existia contra ela nenhuma suspeita concreta. Foi, sem dúvida, uma séria lacuna nos serviços do M 15 que muito prejudicou a Grã-Bretanha. Não resta dúvida que KENT era funcionário de uma embaixada de país amigo e que portanto o FBI americano tinha tanta culpa como o serviço britânico de contra-espionagem. KENT e a baronesa foram descobertos porque, em determinado momento, confiados em que seu trabalho não era percebido por ninguém, cansaram-se de fotografar os documentos e resolveram encarregar a um fotógrafo particular de, diàriamente, fotografar toda a documentação. Para que o fotógrafo não suspeitasse de nada resolveram dizer que era um trabalho muito secreto feito para a embaixada americana.

Em princípios de 1940, a Scotland Yard voltou sua atenção para o casal que todas as tardes saía junto e ia terminar suas horas de lazer, não em um hotel, como seria o mais comum, mas sim em um fotógrafo perto da Fleet Street. Não foi difícil para o agente encarregado do casal deduzir que o "caso amoroso" de que estava encarregado apresentava um aspecto um pouco estranho. Um detetive foi, imediatamente, enviado a entrevistar o fotógrafo e este inocentemente, mostrou toda a documentação que possuía em seu estúdio. Naquela mesma tarde foi convocada uma audiência no Gabinete do Primeiro-Ministro. WINSTON CRURCHILL, que poucos dias antes havia assumido o cargo de Primeiro-Ministro, resolveu chamar, imediatamente o embaixador norte-americano Kenedy (pai do atual Presidente dos EUA). Face as provas apresentadas todos se convenceram, desde logo, da triste verdade. Diversos agentes foram mandados a revistar o apartamento de KENT onde foram encontradas fotografias de diversos documentos secretos.



A culpabilidade de KENT estava devidamente provada. Kenedy pediu, por telefone, a Washington, a destituição de KENT, que ficou, assim, privado das imunidades diplomáticas e foi prêso juntamente com a baronesa Volkova. A justiça britânica foi muito indulgente com os dois espões. Em novembro de 1940, após vários dias de processo, KENT foi condenado a sete anos de prisão e Volkova a dez.

A contra-espionagem britânica fazia desaparecer, assim, o erro mais grave que havia cometido desde o início da guerra e sua ação se fez sentir no momento preciso, pois se KENT e Volkova continuassem soltos e agindo com toda a liberdade como até então, é certo que o maior "bluff" da guerra não poderia ter sido passado. Relembremos os fatos:

Estamos lembrados que precisamente naquela época Hitler estava preparando a invasão das ilhas britânicas, mas os planos estavam aguardando informes mais preciosos, pois o Alto Comando Alemão tinha notícia de que a Inglaterra estava fortemente defendida, que cada metro quadrado da costa estava minado e que milhões de soldados bem armados e vindos de diversas partes do mundo estavam prontos a tudo sacrificar em defesa da ilha.

O "bluff", pois, não era outra coisa, já que tais notícias eram mandadas distribuir pelo próprio serviço de contra-espionagem britânico, surtiu o esperado efeito e Hitler adiou o desembarque na Grã-Bretanha.

Ora, se TYLER KENT tivesse ficado em liberdade por mais algumas semanas, o "bluff" de CHURCHILL teria sido descoberto, pois Hitler dêle se inteiraria através dos telegramas trocados entre CHURCHILL e ROOSEVELT, os quais revelavam os fatos como na realidade estavam acontecendo, isto é, a ilha impotente e indefesa ante uma ação de força por parte da Alemanha.

Desta vez, como de muitas outras, a sorte protegeu os aliados. A prisão de Kent foi feita no momento oportuno e a guerra tomou rumo favorável aos aliados porque, um simples agente encarregado de acompanhar a baronesa Volkova, por algumas horas ao dia, ficou intrigado de, diariamente, a rica dama encontrar-se com um rapaz muito mais jovem que ela e se dirigirem os dois para um estúdio fotográfico e não para um lugar mais condizente com o "caso amoroso".

#### *c. Desembarque de espões:*

Depois de iniciada a guerra e tendo seu sistema de espionagem caído nas mãos dos britânicos, trataram os alemães de enviar agentes para a Inglaterra recorrendo, para isso, a diversos artifícios:

- desembarque em um ponto qualquer da costa;
- lançamentos de pára-quedistas;
- infiltração em grupos de refugiados.

O serviço britânico de contra-espionagem estava muito atento para deixar o espião alemão em paz dentro de território britânico e o povo inglês cooperou intensamente neste particular.



Os agentes alemães chegavam à Grã-Bretanha levando quase sempre como equipamento:

- uma pistola automática;
- uma maleta com um traje de muda e alguns sanduíches. para evitar a entrada em restaurantes no primeiro dia;
- documentos de identidade hábilmente falsificados;
- e quase sempre um aparelho especial radiotransmissor de pequenas dimensões, como se fôsse u'a máquina fotográfica.

Os agentes e o povo inglês já sabiam dessas características e não era difícil descobrir os espões germânicos, embora os mesmos falassem corretamente o inglês.

Os diversos erros cometidos pelo "Abwehr" — serviço secreto da Wehrmacht — facilitavam, também, a descoberta de tais espões. Assim, por exemplo, entre os sanduíches que levavam os alemães, havia sempre um feito com salsichão tipicamente alemão que não podia ser encontrado na Inglaterra. Um dos primeiros agentes alemães capturado foi Werner Heinrich Waelti, de 27 anos, que havia desembarcado na costa escocesa, na primavera de 1941, juntamente com mais dois companheiros, um, Karl Theo Druke, que foi logo a seguir descoberto e outro, uma jovem alemã, que o serviço de contra-espionagem inglês jamais conseguiu descobrir e que Waelti e Druke chamavam de "Fraulein X".

Os três espões tinham sido desembarcados durante a noite e logo tomaram destino para diversas estações ferroviárias da Escócia.

Waelti, ao chegar à estação de destino, enquanto esperava o trem que devia levá-lo a Londres, pensou que o momento era propício para comer um dos sanduíches que levava na maleta. Enquanto comia o salsichão não reparou que o funcionário que limpava a sala-de-espera olhava para o salsichão com verdadeira surpresa. O funcionário comunicou imediatamente o ocorrido à polícia local e Waelti foi preso antes de tomar o trem.

Pouco depois eram prêso, também, "Fraulein X" e Druke, que haviam chegado juntos a uma outra estação. "Fraulein X" dirigiu-se à bilheteria e pediu uma passagem para Londres. Falava perfeitamente o inglês e não encontrou nenhuma dificuldade na compra. Druke aproximou-se do guichê e o vendedor perguntou de supetão se ele, também, desejava passagem para Londres. Malgrado todo o treinamento feito durante o treinamento na Alemanha e embora tivesse recebido meses e meses de instrução, aquela primeira pergunta lançada sobre Druke teve como resposta em lugar do tradicional "yes" um gutural "ya". O vendedor pareceu permanecer impassível e Druke tomou o trem para Londres em companhia de "Fraulein X", mas quando o mesmo parou em Edimburgo, estação seguinte, a polícia prendeu os dois espões. Desde aquela data nada mais se soube a respeito de "Fraulein X", mas Druke e Waelti foram enforcados em agosto de 1941. Eis como um salsichão e um monossílabo errado podem desfazer um plano arquitetado sob a mais rigorosa técnica.



Também os agentes de espionagem alemães que foram lançados de pára-quedas não conseguiram melhor sorte que os desembarcados no litoral, pois o povo inglês estava sempre atento. Karl Richter lançou-se de pára-quedas na noite de 13 de maio de 1941, caindo a algumas milhas de Londres. Tomou logo a estrada principal, mas teve a má sorte de ser abordado por um motorista de caminhão, que lhe perguntou a que distância ficava determinada aldeia. Richter não soube responder e o motorista comunicou a ocorrência no primeiro posto policial que encontrou. O espião alemão foi enforcado a 10 de dezembro do mesmo ano em que pisou o território britânico. Joseph Jakobs lançou-se em pára-quedas em junho de 1941, mas ao cair teve a infelicidade de torcer o pé. Ficou onde estava até que foi encontrado pela polícia. Foi um dos poucos espiões da Alemanha que não foi enforcado. Dada sua situação de oficial pára-quedista, foi fuzilado dois meses depois de haver chegado à Inglaterra.

Procurando vencer as dificuldades encontradas, os alemães começaram a tentar a penetração em território britânico através dos refugiados de guerra que, por aquela época, chegavam de todos os cantos da Europa. Chegavam por mar, através do Canal da Mancha ou através da França e Espanha, apresentando-se no consulado de Madrid, que os enviava a Londres. Naturalmente que o espião tinha sempre uma história bem estudada para contar. Dizia que era um oficial francês, um marinheiro ou pescador que estava cansado dos alemães ou um partidário belga ou holandês que desejava vir combater ao lado dos aliados. O "Awehr" providenciava para os agentes uma série de documentos falsos que condiziam com a história a ser contada e ainda recortes de jornais que falavam a respeito do espião, como indivíduo perigoso e procurado pela polícia. Os ingleses lançavam mão de todos os ardis possíveis e imaginários para se livrarem daqueles elementos indesejáveis. Diversas passagens interessantes podíamos registrar; mas, para mostrar a paciência do agente inglês basta citar o fato ocorrido durante o interrogatório final feito a um espião alemão que declarava haver chegado de Madrid, onde passara diversos meses hospedado em determinado hotel. O interrogador inglês perguntou ao espião qual era, em via de regra, seu programa após as 18,00 horas e o interrogado respondeu que, por volta das 18,30, saía de seu hotel e andava cerca de uns 10 minutos até chegar ao Restaurante Galo de Ouro, onde jantava quase todos os dias. Depois dirigia-se a um cinema, para pegar a sessão das 20,00 horas ou, então, ia dar um passeio em determinada praça. O inglês, que havia vivido durante muitos anos em Madrid, sabia que os restaurantes do centro da cidade nunca serviam jantar antes das 21,00 horas, já que o povo espanhol janta, comumente, lá pelas 22,00 horas. Levantada a suspeita, não foi difícil conseguir, dias mais tarde, a confissão do espião, que foi enforcado juntamente com outros companheiros que com ele iam constituir uma rede.

d. *O pobre Job:*

O método adotado pelo M 15 tornava quase impossível que um espião alemão ou pago pelos alemães circulasse facilmente na Inglaterra.



Um dos poucos indivíduos que conseguiu livrar-se do exame do M 15 foi o inglês Oswald John Job.

Job vivia desde há muitos anos na França, quando caiu prisioneiro dos alemães, sendo então mandado para o campo de concentração de Denis. Aí, bem trabalhado por agentes germânicos, convenceu-se em tornar-se espião alemão. Foi preparada sua fuga do campo de concentração e sua viagem para a Espanha depois de inúmeras aventuras e percalços. Quando conseguiu chegar a Londres sua fisionomia estampava os sofrimentos passados nas prisões da Alemanha e seu estado geral apresentava grande depressão. Todos os testes feitos pelo M 15 mostravam que o velho Job nada mais era que uma das muitas vítimas dos alemães. Deixaram-no ir em paz.

Job alugou uma casa modesta em Bayswater, nas proximidades de Londres e vivia aí quase completamente isolado. Tinha só um costume que chamou a atenção dos agentes do M 15. Enviava, constantemente, numerosas mensagens para o campo de concentração de Denis, por intermédio da Cruz Vermelha. Tratavam-se, todavia, de mensagens inocentes que davam notícias da vida de Job aos antigos companheiros de sofrimento. O M 15 não tomou mais interesse por Job, mas a Seção Especial da Scotland Yard passou a vigiá-lo e a censura especializada descobriu que Job utilizava uma tinta especial para enviar informações de caráter secreto para os alemães, intercalando as informações na carta enviada a seus amigos. Os agentes revistaram a casa de Job, mas nada encontraram que pudesse servir de prova contra o espião e a justiça britânica exigia, mesmo em tempo de guerra, provas para condenar os espiões. Foi por um feliz acaso que um agente encontrou dentro de um armário um monte de chaves amarradas uma às outras. Estranhou que Job, que não possuía em sua casa malas ou armários para utilizar tantas chaves, conservasse aquele monte de chaves de aspecto novo e de pouco uso. Mandou examinar o material e ficou constatado que no interior das chaves é que Job guardava a tinta que utilizava para se corresponder com alemães. Mais um espião subiu para a força, este, todavia, ante a repulsa completa do povo inglês, já que se tratava de um indivíduo de nacionalidade britânica.

e. *Informações falsas:*

Na época em que os aliados iniciaram os preparativos para a invasão da Normândia, o solo inglês estava completamente livre de espiões graças ao serviço perfeito realizado pela contra-espionagem britânica. Não só os alemães, como todo o mundo, estavam ansiosos por saber o dia "D" do desembarque e o local em que o mesmo seria efetuado. Desejavam os germânicos saber sobre novas armas a serem empregadas pelos aliados e, todavia, não tinham meios de lançar seus agentes em território inglês. Resolveram, então, encher a Irlanda de espiões e disso estava ciente a contra-espionagem britânica, tanto assim que preparou para os alemães um dos golpes mais interessantes da última guerra.

Em lugar de interromper as comunicações com a Irlanda, trataram os ingleses de aumentar a onda de informações para aquele país, in-



formações que chegavam ao território irlandês como se estivessem escapado à censura britânica. Cartas, livros, folhetos e jornais contendo notícias detalhadas a respeito de novas armas e planos de operações, foram levados para a Irlanda e os espões alemães que lá estavam, no fim de certo tempo, já não podiam distinguir o que existia entre informes falsos e verdadeiros e resolveram, então, enviar tudo o que recebiam para Berlim e de tal maneira superlotaram a Central de Informações da Alemanha que até esta ficou impossibilitada de distinguir o que havia de falso naquele mundo de informes que recebia.

As informações falsas sempre foram usadas com grande êxito, particularmente durante a última guerra, quando durante cerca de dezoito meses o M 15 enganou o serviço secreto alemão e por vinte e um meses o "Abwehr" alemão da Holanda ludibriou a "Special Operations Executive".

Estamos lembrados de como, poucas horas após a declaração das hostilidades, os ingleses aprisionaram todos os agentes alemães que se encontravam na Inglaterra. Pois bem, em lugar de interromperem as comunicações de tais agentes com os alemães, o comissário Canning da Scotland Yard foi encarregado de reconstituir todo o serviço, substituindo, é claro, os alemães por ingleses conhecedores do assunto. A cadeia continuou a-ser mantida para a Alemanha e a substituição foi tão perfeita que durante dezoito meses os alemães receberam informações falsas enviadas pelos próprios ingleses. De certa feita, a pedido de agentes ingleses que haviam substituído os alemães aprisionados, foi enviado um submarino alemão para a costa de Gales, onde deveria receber um espião alemão portador de informes importantíssimos. O submarino jamais regressou à Alemanha e o serviço secreto alemão, durante muito tempo, ficou pensando que o mesmo havia sido pôsto ao fundo já tendo a bordo o agente, pois este, também, havia desaparecido, não se comunicando mais com os germânicos. Somente após o término da guerra é que vieram a saber que, em lugar do agente alemão, o submarino havia encontrado na costa de Gales, bem no ponto combinado, uma dezena de contratorpedeiros ingleses que o afundaram em poucos minutos.

As falsas informações, por outro lado, fizeram com que nada menos de 54 agentes britânicos caíssem nas mãos dos alemães entre março de 1942 e dezembro de 1943. O descrédito que tal façanha do serviço de contra-espionagem alemão fez cair sobre o Serviço Secreto Britânico, foi de tal monta, que em fins de 1943 ninguém mais acreditava nos dados fornecidos pelo "Intelligence Service", que só conseguiu fazer-se acreditar depois de destruir a rede adversária e de lá tirar, ainda com vida, o agente Lauwers que explicou como os alemães estavam interferindo nas comunicações inglesas.

f. *King-Kong — O traidor de Arnhem:*

Quando em 1944 os exércitos do General Eisenhower desembarcaram na Normandia, o "Intelligence Service" já havia conseguido reconstituir sua rede de agentes na Holanda e ia, gradativamente, se firmando na Bélgica e na França.



Foi durante este período da guerra que surgiu um dos casos mais interessantes de espionagem, caso este conhecido como — O traidor de Arnhem.

Neste caso devemos considerar a existência de três personagens mais importantes:

— Cristian Lindemans, o traidor de Arnhem, mais conhecido no meio de seus companheiros pela alcunha de King-Kong, já que era dotado de uma força hercúlea e possuidor de invejável coragem. Era considerado como um dos chefes mais importantes dos *partisans* holandeses, mas não passava de de um inteligente espião alemão.

— Giskes era o segundo personagem. Era o agente de contra-espionagem alemão mais hábil que até então se tinha tido notícia.

— Tenente-Coronel Pinto era o terceiro personagem. Holandês de grande habilidade, ofereceu seus serviços à contra-espionagem britânica e a quem os aliados devem a captura de inúmeros agentes alemães.

Estamos lembrados que em setembro de 1944 grandes quantidades de pára-quedistas ingleses e americanos foram lançados além das linhas alemãs, em Arnhem. Tais tropas tinham por missão unirem-se às forças comandadas pelo Marechal Montgomery, que por aquela época atacava as posições alemãs no rio Maas e na zona do baixo Reno.

Embora o plano de operação fôsse mantido em maior segredo, quando os pára-quedistas chegaram ao solo viram-se rodeados por tropas germânicas, sendo quase totalmente dizimados. Se tal ação tivesse êxito, o avanço das tropas de Montgomery para a Alemanha setentrional seria tão fulminante que a guerra na Europa teria terminado, na pior das hipóteses, em dezembro de 1944.

Quem teria atraído os aliados?

Hoje, graças aos depoimentos de Giskes e do Tenente-Coronel Pinto, está provado que o traidor, aquele que levou aos alemães todos os elementos relativos à operação, foi King-Kong.

Christian Lindemans, antes de tornar-se traidor, era um valente soldado da infantaria holandesa. Todavia, de certa feita, soube que sua noiva e seu irmão haviam sido aprisionados pelos alemães e procurou entrar em entendimentos com o adversário para libertar os entes amados. Giskes, chefe da contra-espionagem alemã, resolveu, então, tomar King-Kong a seu serviço. Não foi difícil catequizar o colossal Lindemans que recebeu, como recompensa, não só a noiva e o irmão, como, ainda, considerável soma em dinheiro. Desde então passou a trabalhar contra seus próprios patrícios, trabalho que não cessou mesmo depois do desembarque dos aliados na Normândia.

As missões mais difíceis e as empresas mais arriscadas eram entregues a King-Kong, que sempre saía incólume de suas ações, embora a maior parte dos homens que o acompanhavam não regressasse. Durante todas as investidas que realizou, chefiando grupos de *partisans* holandeses ou aliados, atrás das linhas alemãs, sempre se saiu a contento, embora deixando a maioria de seus acompanhantes nas mãos dos nazistas.



# ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

## HOMENAGEM AO SESQUICENTENÁRIO

### CURSO DE INTENDÊNCIA

#### 1. CANÇÃO DA INTENDÊNCIA

*Companheiros, nos combates não esqueçamos  
Que o Brasil nos delegou grande missão  
Sem temor a ela assim nos dedicamos  
Dando à tropa equipamento e provisão.*

*Pela glória do Brasil tudo faremos,  
Das granadas o fragor não nos aterra,  
Somos fortes e o inimigo venceremos  
P'ra manter a tradição de nossa terra.*

*Na Academia, nossa formação querida,  
Bittencourt, nosso patrono, e vós Caxias  
Sois exemplos que seguimos tôda vida  
P'ra grandeza do Brasil em nossos dias.*

*De norte a sul, sob o sol riço a brilhar,  
Ou bem longe desta terra varonil,  
Marcharemos nos comboios a cantar  
Nossos feitos de soldados do Brasil.*



## 2. INAUGURAÇÃO DO CURSO

A 13 de setembro de 1944, foram publicadas as normas baixadas com o Aviso n. 2.761, de 8 de setembro, relativas à matrícula, em 1945, no 1º ano, dos candidatos ao Curso de Oficial Intendente do Exército.

É mister, neste ponto, lembrar que a unificação das Escolas era velha aspiração que se consubstanciava. O Coronel Intendente do Exército, Anápio Gomes, Comandante da Escola de Intendência do Exército, fizera acurado estudo do problema e concluiu pela vantagem da unificação "desde que, em nenhuma hipótese, fôssem diferenciados no tratamento os cadetes que tomariam caminhos diversos". Logo se apresentou à Escola e ao seu Comandante o Capitão Intendente Gastão Fonseca de Carvalho Rocha, com a incumbência de colaborar nos planos de instalação em Resende do novo curso, tarefa que levou a cabo com raro brilhantismo, cooperação quer no projeto da programação das aulas quer na confecção de planos básicos para a construção do Parque de Intendência, em moldes modernos e atualizados.

"Mais uma vez, na rotina gloriosa de sua vida, abrem-se os portões da Escola Militar para que nela ingresse mais uma turma de moços dedicados ao árduo aprendizado da carreira militar. Há, porém, um elemento novo entre os que transpõem os umbrais desta Casa e não é lícito deixar de apontá-lo: o candidato a Oficial do Intendente do Exército. Recebemo-lo de braços abertos e, como a melhor das homenagens que lhe podemos prestar, confundimo-lo com os cadetes que se destinam às Armas."

## 3. CURRÍCULO DO ATUAL CURSO DE INTENDÊNCIA

*Instrução Militar*

2º e 3º anos

Instrução Geral  
Ordem Unida  
Camuflagem e Disfarce  
DCA — DCB  
Minas e Armadilhas  
Destruições  
Agentes Químicos  
Observações  
Armamento e Tiro  
Topografia  
Comunicações  
Equitação  
Conduta e Manutenção de Viatura  
Organização do Terreno  
Administração — Leg Militar  
Liderança e Chefia  
Metodologia

Matérias

do

GRUPO I :



Técnica de Material de Intendência  
Téc Armazenagem — Almojarifado  
Combate Serviço em Campanha

Matérias  
do  
GRUPO II

Técnica de Finanças  
Técnica de Subsistência  
Transporte Militar

Matérias  
do  
GRUPO III

Emprêgo Tático do Sv Intendência

Matérias do GRUPO V

*Ensino Fundamental*

2º e 3º anos

Economia Política  
Contabilidade  
Estatística  
Química Tecnológica  
Eletricidade  
Topografia  
Educação Física  
Trabalhos Correntes  
Estudo

Geografia Política e Econômica  
História Militar  
Psicologia  
Direito  
Administração  
Ciência das Finanças  
Contabilidade  
Merceologia  
Educação Física  
Trabalhos Correntes  
Estudo

4. MARECHAL CARLOS MACHADO BITTENCOURT, PATRONO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA, POR DECRETO-LEI N. 2.112, DE 5 DE ABRIL DE 1940

Nasceu o Marechal Bittencourt, em 12 de abril de 1840, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

Filho do General Jacinto Machado Bittencourt e de D. Ana Maurício de Bittencourt e neto do Major Camilo Machado Bittencourt, morto em combate na Povoação de São Carlos, em 1818; correndo em suas veias o sangue de tão ilustres e bravos militares, desde a adolescência já demonstrava pendores para a carreira das Armas.

Praça voluntária de 1 de janeiro de 1857, no 13º Batalhão de Infantaria da Guarnição de seu Estado natal, com destino ao 1º Regimento de Cavalaria da Côrte, foi reconhecido 1º cadete a 15 de julho do mesmo ano.

Cursou a Escola Militar de Pôrto Alegre e mais tarde a Escola Central, sendo promovido a 2º tenente em 2 de dezembro de 1860. Contava então 20 anos de idade.

Com o advento da Guerra do Paraguai, partiu o Tenente Bittencourt, a 6 de novembro de 1865, com destino ao Sul do Império, para incorporar-se às forças em operações.



Recebeu o seu batismo de fogo no combate de Itapiru, a 16 de abril de 1866. Toma parte a seguir nos combates de 2 e 20 de maio. A 24, trava-se a maior batalha campal do Continente Americano. Osório, o Centauro dos Pampas, galopando em tódas as direções e fazendo roçar, qual Sarraceno, sua lança invencível, ia escrever em nossa história, uma página brilhante e imorredoura. Ali estava, ao seu lado, o bravo Tenente Bittencourt. Bate-se com denodo e paga o seu tributo de sangue, inscrevendo o seu nome na placa de honra dos heróis de Tuiuti.

Por duas vêzes foi assistente do Quartel-Mestre-General, junto à 7ª Brigada de Infantaria e à 3ª Divisão de Infantaria; "A Divisão Encouraçada — A Divisão de Sampaio"! Começou aí portanto o seu treinamento na técnica de Intendência, de vez que aos Quartéis-Mestres, estavam afetos os encargos atinentes ao abastecimento da tropa — hoje diríamos: Apoio Logístico! Tomou parte nas operações de Itapiru, Estero Belaco, Tuiuti, Humaitá, Angustura, Pequiciri, Itororó, Avaí e Lomas Valentina. Foi promovido a Capitão por bravura em 1869 e agraciado com a Medalha Geral da Campanha do Paraguai, com passador de prata n. 4, bem assim com os hábitos de Cristo, do Cruzeiro e de S. Bento de Aviz. Promovido a Major, Tenente-Coronel e Coronel, pelo princípio de merecimento, respectivamente, em 1876, 1881 e 1885; Brigadeiro em 1890 e General-de-Divisão em 1892, neste posto exerceu as funções de Inspetor da Escola Prática do Rio de Janeiro, Comandante Superior da Guarda Nacional, Ajudante-General do Exército e Inspetor de Intendência da Guerra. Marechal graduado em 12 de julho de 1895, em julho de 1896, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar e em maio de 1897, assumia a Suprema direção do Exército como Ministro da Guerra.

Quando em 1885, deixou o Regimento dos Dragões da Independência, então 1º Regimento de Cavalaria Ligeira, para comandar o 4º Regimento de Cavalaria, sediado em Jaguarão, recebeu a Espada de Honra, que lhe foi oferecida pela oficialidade do Regimento como prêmio pela sua excepcional atuação durante os cinco anos que ali servira como Fiscal e Comandante. Essa espada foi doada ao Exército, por seu filho, Dr. Raul Machado Bittencourt, em 12 de abril de 1940.

Se periustrarmos a história, encontraremos em todos os tempos, apontadas como responsáveis pelos diversos fracassos, de diversos Exércitos, em diversas campanhas, a falta de organização de bases de reabastecimentos, que permitissem a segurança e a certeza aos combatentes de que, se não morressem de bala, também não morreriam de fome, sede ou frio, como se verificou com as tropas de Napoleão em 1805, que, por sua ordem, deveriam contar com os recursos locais. O próprio Napoleão reconheceu a inconveniência dessa prática, quando recomendou ao seu Intendente Geral, Petiet, que dispensasse, daí em diante, todo cuidado com o reabastecimento da tropa; e ainda, o fator responsável pelo desastre sofrido por seus Exércitos em 1812, foi justamente a deficiência de alimentação.



Clausewitz, o antigo Comandante da Escola Militar de Berlim, com sua autoridade, afirmou que os fracassos de Napoleão na Rússia foram devidos aos erros e falhas do Serviço de Subsistência.

Não fôra a maneira inteligente com que a Itália articulou e dispôs no Teatro de Operações e nas suas proximidades os elementos da sua "Logística Militar" e a Campanha da Abissínia de 1935-1936 culminaria, fatalmente, num desastre, que seria a reprodução do revés sofrido pelo seu Exército em 1836, na guerra contra Menelik.

Caxias ao chegar em Tuiuti, em novembro de 1866, notou desde logo que a deficiência de alimentação (víveres e forragem) fôra a causa principal de não ter sido transformado o grande triunfo de 24 de maio, na batalha decisiva da Guerra.

Ordenou então com a sua proverbial energia, a organização de comboios para apoiar a extraordinária marcha de flanco, que decidiria da sorte da guerra.

Trinta anos depois, o Tenente de Cavalaria, antigo ajudante do Quartel-Mestre da 3ª Divisão Encouraçada, discípulo de Sampaio, Osório e Caxias, já no posto de Marechal e Ministro da Guerra, faz-se espontaneamente-Intendente Geral das Forças em operações na Campanha de Canudos!

"Canudos é o nome que corre de boca em boca". Antônio Conselheiro é o espantalho que congrega em torno de si uma multidão de fanáticos. Canudos é um quisto maligno surgido em meio à nossa civilização, desmoralizando as instituições e ameaçando a própria estabilidade da República. Urgia extirpá-lo, e, para isso, movimentou-se o Exército Brasileiro!

Expedições comandadas por oficiais do valor dos Coronéis Pires Ferreira, Febrônio de Brito, Tamarindo e Moreira Cezar, foram totalmente dizimadas! Repetia-se em Canudos o triste exemplo da retirada da Laguna. Moreira Cezar e Tamarindo, Coronéis de valor extraordinário, deixaram com seus corpos téticamente balançados à beira das estradas poeirentas a triste verdade, que, aparecia aos olhos de seus soldados também maltrapilhos, famintos, doentes, enfraquecidos e moralmente abatidos, de um Exército mal abastecido e pèssimamente aprovisionado. Os Quartéis-Mestres, ainda não tinham a visão clara e nítida dos grandes abastecimentos e aprovisionamentos. Ainda não se introduzira em nosso Exército, o princípio francês, de que "não se pode combater com o estômago vazio" — "On ne se peut battre avec le ventre vide", nem o ensinamento dos gregos repetido por Napoleão: "Nervi belorum pecuniae" — o dinheiro é o nervo da guerra. Diante da situação aflitiva em que já se encontrava a quarta expedição comandada pelo bravo General Arthur Oscar, urgiam providências imediatas que foram tomadas pessoalmente pelo próprio Ministro da Guerra. A experiência que lhe ditara o tempo fê-lo rever e considerar as tristes advertências deixadas pelo desfêcho de campanhas anteriores: 1827 — Guerra com a Argentina — O Marquês de Barbacena encontrara o Exército Imperial diante da Capela de Santana,



sob o comando do Brigadeiro Rosado, na mais extrema penúria e em officio dirigido ao Ministro da Guerra, informava-o de que dos 14.703 cavalos entregues pelo Brigadeiro Rosado, só 18 se encontravam em estado de pronto serviço...

Invasão de Mato Grosso! — Retirada da Laguna! — O Guia Lopes! — Acampamento em Tuiuti! — O Exército semi-enterrado nas pestilentas margens do Paraguai, durante quase um ano inativo, paralisado pela miséria, a nudez, o cólera, a varíola, a desintéria e o tifo! Todo esse longo rosário de imprevidências, com a rapidez de um raio, desfilou em seu espírito eminentemente organizador; transporta-se ao teatro de operações e como perfeito Intendente, põe em prática uma série de medidas visando ao reabastecimento das Colunas. Disse Euclides da Cunha — ter o Marechal considerado que, naquela circunstância, “mil burros mansos valiam mais de dez mil combatentes”.

Organizou bases de abastecimento e linhas sucessivas de comboios, o que bastou para elevar o moral da tropa, impulsioná-la e levá-la à vitória final.

Após a queda de Canudos, em outubro de 1897, voltou o Marechal Bittencourt à Capital Federal. E, às 13,00 horas do dia 5 de novembro, quando em companhia do Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, após visitar a bordo do vapor “Espírito Santo” os ex-combatentes de Canudos que acabavam de regressar, foi abatido, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, antes mesmo do desembarque da tropa, pelo punhal assassino do anspeçada Marcelino Bispo de Mello, do 10º Batalhão de Infantaria, que, como instrumento de políticos inescrupulosos, visava eliminar a pessoa do Presidente da República.

O Marechal Bittencourt, vigilante, rápido, intrépido, sublime, extraordinário, interpôs entre o assassino e o Presidente o seu peito ufano e nobre recebendo o golpe fatal que a este era dirigido.

Última etapa de uma vida preciosa e digna! Tombou no cumprimento do dever, merecendo de seu povo grato, o honroso título de “Marechal de Ouro”.

O abalizado e saudoso historiador militar, Coronel Emílio Fernandes de Souza Doca, em memorável conferência proferida no Clube Militar, em 1940, focalizando a vida e a obra do Marechal Bittencourt, disse a certa altura: “Foi o exemplo de bravura, de alta dedicação, de nobre espírito de sacrificio ao serviço do dever, visto que, no fastígio de sua carreira brilhante, desfrutando a glória do aprêço nacional, no santuário carinhoso de um lar feliz, quando só motivos tinha para viver, não vacilou em afrontar a morte, dando sua vida preciosa e cara para salvar a da mais alta autoridade do país, evitando assim, a anarquia pavorosa que em seguida surgiria para a desgraça do Brasil. Digna de recordação é, pois, a sua nobre vida!”.

Duas figuras exponenciais da cultura brasileira, através o fulgor de suas penas ou da vibração do verbo inflamado, dedicaram ao “Marechal de Ouro”, um punhado de conceitos que definiram, em côres exuberantes a rigidez de sua personalidade: “Euclides da Cunha e Ruy Barbosa”.



"Euclides, como testemunha ocular do que se passou em Canudos, descrevera, com a maestria que lhe era peculiar, nas brilhantes páginas de "Os Sertões", não só os horrores daquelas sortidas de fanáticos como também, e sobretudo a atuação destacada do grande cabo de guerra, que, com a energia dos fortes, pôs termo àquele conflito inglório.

Ruy Barbosa, o tribuno incomparável, o jurista profundo, o escritor emérito, o mestre consumado do idioma pátrio, referindo-se ao grande soldado por ocasião de sua morte gloriosa, assim se expressou: "Corporizou o heroísmo na sua expressão mais sublime e inquestionável, dando a sua vida pela de outrem — Aí, sobretudo, é que se admira o soldado; aí, principalmente, é que se afirma a grandeza da profissão militar. A coragem de dar a morte, essa pode ser do herói, mas é também do covarde. A coragem de saber morrer, esta é só do herói. E quando a coragem de saber morrer se junta a de dar a vida pela de outrem, o autor de tamanho sacrifício não é só o herói, é o mártir, é o santo! Oh! como a farda resplandece formosa, sob este exemplo sublime."

Marechal Bittencourt! A semente que lançastes nos campos sangrentos de Canudos, brotou, cresceu e transformou-se em poderoso "Carvalho", de raízes profundas, cujos ramos exuberantes estão hoje simbolizados em: Material, Subsistência, Finanças, Unidades de Transporte, de Suprimento, Reembolsável, de Banho e Desinfecção, de Coleta de Salvados, de Lavanderia, de Refrigeração e de Sepultamento, elementos responsáveis pela assistência diuturna ao combatente na vida como na morte; eis a vossa insipiente e empírica Intendência de 1897, transformada em "Rainha da Logística", levando o suprimento certo, em quantidade exata, no momento preciso, ao local determinado.

## 5. SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

### *Mais de três séculos no passado*

As pesquisas procedidas até o ponto possível, levaram-nos até 1645, pois a carência de tempo e natural limitação de meios não permitiram maior recuo.

É quando vamos deparar com um ALVARÁ tratando da organização dos transportes militares, no qual são traçadas normas para bem executá-lo e discrimina o auxílio a que todos eram obrigados a lhe prestar.

Sua situação se justifica porque teve longa duração, tanto que uma lei de 1812, a que faremos alusão no momento oportuno, a ele se reporta.

Por outro lado é razoável lembrar que os transportes têm constituído, por vêzes, atribuição específica do Serviço de Intendência.

Em sequência cronológica vamos encontrar uma lei de 5 de maio de 1762, dada no Palácio da Ajuda, a qual fixa dotação e tipo de barracas para oficiais e praças em campanha. É curioso notar que ainda hoje é a mesma dotação que se tem para o Exército.



Um ALVARÁ DE LEI, dado em Salvaterra dos Magos a 18 de fevereiro de 1763, regulou as condições para a admissão de VIVANDEIROS. O mesmo restringia o número de mulheres que podiam acompanhar a tropa em campanha, estabelecendo relação entre o seu total e o de soldados, reconhecendo que algumas sempre seria indispensável levar para os serviços de lavagem de roupa e os de cozinha.

Neste mesmo ano registramos lei de 9 de julho, dada no Palácio da Ajuda, extinguindo as VEDORIAS e CONTADORIAS DE GUERRA, criando em seu lugar as TESOOURARIAS GERAIS e seus COMISSÁRIOS, para pagamento de soldos à tropa.

O ano seguinte, 1764, trouxe o ALVARÁ de 24 de março, estabelecendo o modo de resolver as dúvidas surgidas entre oficiais de armazéns e arsenais e os corpos de cavalaria e infantaria.

Há um salto no tempo e vamos a 1802. A 12 de janeiro uma lei dada no Palácio de Queluz regula a escrituração e o serviço de material nos Arsenais de Guerra. É aí que deparamos, pela primeira vez, com o designativo INTENDENTE aplicado à linguagem militar.

Em 1805 aparece, no Regulamento dos Hospitais Militares, baixado com lei de 20 de março, as expressões CONTADOR-FISCAL, DELEGADO DO CONTADOR-FISCAL, ALMOXARIFES e DESPENSEIROS, estes com atribuições semelhantes às dos aprovisionadores de hoje.

O ano de 1807 viu a lei de 13 de maio, dada em Mafra, fazendo alterações no ALVARÁ de 24 de março de 1764, citado linhas antes.

Em 1811 aparece um documento extenso, as INSTRUÇÕES para conciliar o bem do serviço com a economia da Fazenda, determinando "se processem e escreturem tôdas as referidas despesas de uma maneira legal e metódica". Aí são mencionados o INTENDENTE-GERAL e o CONTADOR-FISCAL, cargo este por elas mesmo criado para os registros de receita e despesa, e o PAGADOR, também por elas instituído, para pagar a despesa. É a primeira tentativa que achamos para separar o Serviço em dois estágios harmônicos e independentes, a fiscalização e a execução.

A 1 de março do mesmo ano houve a transferência do Serviço de Material dos TRENS DE GUERRA para os ARSENAIS DE GUERRA.

Ainda a 21 de novembro de 1811 foi baixada lei mandando instalar, a partir de 1 de janeiro de 1812, o COMISSÁRIO DE VÍVERES, em substituição à JUNTA DE DIREÇÃO GERAL DOS PROVIMENTOS DAS MUNIÇÕES DE BÔCA para o Exército, a qual seria extinta na mesma época. Por esta lei o Comissário-em-Chefe tinha o posto de Brigadeiro, os Deputados-Comissários eram Tenentes-Coronéis, os Assistentes-Comissários o posto de Major, os Assistentes-Deputados o de Capitão e os Comissários o de Tenente.

Ao findar 1811, fértil em regulamentações, a lei de 7 de dezembro dava nova estrutura aos Transportes Militares.



Em 1812 uma lei datada de 9 de janeiro modificou os uniformes para os Officiais da Tesouraria-Geral. O curioso é que cita, entre outros, o OFICIAL DO BUFETE, outro nome que foi aplicado ao cargo atual de aprovisionador.

A 11 de setembro do mesmo ano uma lei sobre transportes, desta vez fazendo referência a dispositivos do Alvará de 24 de novembro de 1645.

Em 1821 tivemos uma importante decisão, a primeira a ser baixada com exclusividade para o Brasil, até então integrado inteiramente na estrutura militar da Metrópole.

Referimo-nos ao decreto de 10 de dezembro, o qual criou o COMISSARIADO MILITAR DO BRASIL. Esse Commissariado foi extinto por lei de 24 de novembro de 1830.

Em 1832, a 10 de abril, foi extinta a Pagadoria-Geral e criadas as PAGADORIAS DA CÔRTE E DAS PROVÍNCIAS.

Em 1841 foi criada a CONTADORIA-GERAL DA GUERRA, por ato de 22 de dezembro, para o fim especial de controlar as Pagadorias das Tropas.

A 26 de fevereiro de 1853 baixou-se um decreto criando a REPARTIÇÃO DO QUARTEL-MESTRE-GENERAL para atender ao serviço de material com atribuições que abrangiam tudo quanto a tropa necessitasse.

Em 1866, Instruções dadas no PAÇO REORGANIZANDO AS REPARTIÇÕES DA FAZENDA DO EXÉRCITO.

Nova organização foi dada à mesma Repartição em 1863, ditadas pelas necessidades surgidas com a manutenção da campanha contra o governo do Paraguai.

O Decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, regulamentou o SERVIÇO DE VÍVERES E FORRAGEM NOS CORPOS DO EXÉRCITO.

Com a citação de acontecimentos tão remotos quanto nos foi permitido registrar visamos tão somente por em destaque a permanente preocupação dos Exércitos, desde tempos distantes, em procurarem de maneira satisfatória e econômica, sob contróle estrito e permanente do erário público, atender às necessidades financeiras, alimentares e de agasalho dos seus efetivos.

Caem por terra, à vista do exposto, as suposições várias vezes aventadas de que a INTENDÊNCIA decorre das imposições da Guerra Moderna.

Verifica-se, ao contrário disso, que ela sempre acompanhou as ações bélicas e, a sucessão amiudada de atos a respeito das atividades que lhe são inerentes, prova de sobra que jamais deixou de se amoldar — como os demais ramos da militância — à evolução natural dos cultores de Marte.



## COMEMORANDO UM CINQUENTENÁRIO

Tôdas as modificações citadas no capítulo precedente representam grande avanço para a Intendência, mas nenhuma lhe dava o aspecto de organismo definido, porque não havia um quadro próprio. As funções eram desempenhadas por pessoal de qualquer Arma e até mesmo por elementos civis que passavam a ter graduação militar durante o exercício das funções.

É por isso que devemos dar importância especial à Lei n. 1.680, de 4 de janeiro de 1908, com a qual se dava ao Exército Brasileiro a organização proposta pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, o primeiro marco efetivo de modernização de nossas forças.

Com ela se instituía o CORPO DE INTENDENTES DO EXÉRCITO, quadro de especialistas feitos nos corpos de tropa e destinados exclusivamente ao desempenho das funções do Serviço de Intendência no recinto das Unidades.

Além desta inovação, a qual dava à Intendência um quadro sem ainda lhe dar uma constituição à parte, a reforma Hermes da Fonseca trazia outra grande inovação, pois constituía, pela primeira vez, as unidades de serviço, ao estabelecer as Companhias de Administração, as Companhias de Saúde, os Pelotões de Estafetas, etc., para as Grandes Unidades, então denominadas Brigadas Estratégicas.

## TRINTA E OITO ANOS DE SERVIÇO AUTÔNOMO

A vitória aliada no 2ª Batalha do Marne, com total esmagamento do poder bélico alemão, colocou o Exército da França e sua técnica como o que havia de mais moderno e eficiente na arte militar.

O Brasil, tendo sido participante, embora modesto, do grande conflito, sentiu necessidade premente de reorganizar suas Forças e, no sentido de tal objetivar, contratou em 1919, durante o Governo do Doutor Delfim Moreira, os serviços de uma Missão Militar Francesa, para instrução de nossos efetivos.

Esse organismo, por todos os títulos benéfico ao Exército Nacional, foi que criou, na reorganização a que precedeu, o SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO, assim como até agora o conceituamos, dando-lhe o aspecto autônomo e características próprias, tal se verifica com os demais elementos componentes.

Seu âmbito não ia aos Corpos de Tropa, pois só se restringia às Grandes Unidades e à manutenção de órgãos específicos, destinados a apoiar as Unidades.



Foi projeto do então Coronel BUCHALET, brilhante e culto oficial componente da Missão Francesa, e se transformou em Lei com o número 14.385, a 1 de outubro de 1920.

Extinguia-se o antigo CORPO DE INTENDENTES criado em 1908 e organizados eram dois quadros especiais, o de INTENDENTES DE GUERRA, para direção e o de ADMINISTRAÇÃO MILITAR, para a execução.

Estes dois quadros eram estanques entre si, pois o de INTENDENTES iniciava no posto de Major, indo o de ADMINISTRAÇÃO somente até o de Capitão.

Habitado o Exército a ter em suas Unidades oficiais especializados no desempenho das tarefas próprias do Intendente, houve geral reclamação contra a nova idéia de voltarem elas ao encargo de oficiais combatentes e tal foi o vulto atingido que o mesmo Coronel Buchalet propôs e conseguiu a criação de um novo quadro de oficiais, estranhos ao Serviço de Intendência, para execução dos encargos de tesoureiros, almoxarifes e aprovisionadores dos corpos.

Surgiu então o QUADRO DE OFICIAIS CONTADORES, para avocar as atribuições do extinto CORPO DE INTENDENTES.

Logo uma série de fatores fez, entretanto, houvesse uma confusão completa e a separação orgânica não tivesse efetivação própria. Cremos mesmo que o mais decisivo foi o fato de ser a preparação técnica dos dois quadros feita na ESCOLA DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO, outro órgão de grande valor que também se deve à Missão Francesa e criada pela mesma Lei n. 14.385 há pouco referida.

Não eram decorridos muitos anos quando os efeitos dessa confusão foram ao auge, com OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO atuando nos corpos e CONTADORES nos órgãos do Serviço, a tal ponto que não mais se justificava a existência de ambos, do que resultou em extingui-los.

A organização de 1920 ficou limitada ao serviço de provimento de material, pois não se conseguiu fôssem instalados os elementos de subsistência.

O então General Buchalet não desanimava de seu intento inicial e prosseguia argumentando com a necessidade de sua instalação, tendo mesmo lançado o lema de que "AINDA QUE O REGIME DE SUBSISTÊNCIA SEJA O MAIS CARO MODO DE ALIMENTAÇÃO DA TROPA, DEVE SER O PREFERIDO, PORQUE CONSTITUI A MELHOR ESCOLA PRÁTICA PARA A GUERRA, QUE POSSUI O OFICIAL DE INTENDÊNCIA".

Em 1927, finalmente, via vencedor seu ponto de vista, com a instalação do primeiro ESTABELECIMENTO DE SUBSISTÊNCIA do País, integrante do Serviço de Intendência e sediado na Capital Federal, no subúrbio de Benfica, aonde se encontra ainda no momento atual.



A princípio, a finalidade da Subsistência era só o forrageamento do efetivo de animais. Tão grande, porém, e rápido foi o resultado obtido, seja pela melhora visível do estado geral dos animais, seja pela grande economia orçamentária e pela grande diminuição do obituário, que se resolveu logo estendê-lo ao arraçoamento da tropa, o que tem sido de alto proveito.

Logo a seguir houve instalação de mais outros Estabelecimentos de Subsistência e os resultados aí estão na vasta rede de armazéns, silos, câmaras de imunização, granjas, torrefações e moagens de café, padarias, desvios ferroviários, frotas de caminhões e outras benfeitorias, tudo realizado à custa de economias administrativas dos Estabelecimentos sobre o custo da etapa e rações de forragem, sem prejuízo de qualidade e quantidade dos elementos fornecidos.

O ano de 1934 trouxe nova modificação aos quadros, pois os dois destinados à execução e que tanto se confundiram desde o início, CONTADORES e ADMINISTRAÇÃO, foram extintos e em seu lugar surgiu um QUADRO ÚNICO para as tarefas de execução, o QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO.

Permanecia, porém, uma situação que jamais foi vista com bons olhos e que muito retardou o progresso do Serviço. Continuavam dois quadros estanques, um de direção — o de INTENDENTES DE GUERRA — e outro de execução — o de ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO.

Era outra situação esquisita. Por limitação de idade era raro o oficial de Administração galgar os postos superiores e, assim, as vagas existentes no de INTENDENTES eram preenchidas por oficiais vindos dos quadros das Armas.

Além disso, a separação era inexpressiva porque muitas vezes oficiais dos quadros de execução eram dirigentes de órgãos em que estavam servindo, como executantes, oficiais já pertencentes ao quadro de direção.

Assim chegamos ao ano de 1935, quando novo e importantíssimo ramo se veio juntar ao nosso Serviço.

Referimo-nos ao SERVIÇO DE FUNDOS DO EXÉRCITO. Sua regulamentação remonta a 31 de dezembro de 1934, mas a instalação é de 1935.

Até então os suprimentos de numerário eram entregues à administração militar por intermédio das repartições fazendárias federais, o que obrigava mensalmente os oficiais tesoureiros a deslocamentos durante dias e viagens onerosas, além de atrasos inconcebíveis de vários meses e até anos, no pagamento da tropa ou satisfação dos compromissos assumidos com os encargos de serviços prestados ou material fornecido.

Isso trazia situações vexatórias e descrédito à administração militar, tendo se chegado ao ponto em que ninguém queria fornecer ao Exército nem aos militares.



A criação do SERVIÇO DE FUNDOS fêz o numerário passar a ser gerido e empregado pelo próprio Ministério da Guerra, o que trouxe grandes vantagens ao pessoal e à organização, tornando instantânea a satisfação dos compromissos e passando a tropa a ser paga, dentro de todo o território nacional, até 30 de cada mês.

Em junho de 1940 deu-se o que consideramos o maior passo do Serviço para sua grandeza e desenvolvimento — a FUSÃO DOS QUADROS.

Com isso desapareceram os Quadros de Intendentes de Guerra, Contadores extinto, Administração extinto, Administração Militar e surgiu o QUADRO DE INTENDENTES DO EXÉRCITO, com acesso gradual e ininterrupto de aspirante-a-oficial até o generalato.

Era a aspiração máxima e a consagração definitiva da Intendência. Novos rumos e nova vitalidade sacudiu os oficiais e partiu-se para uma fase de grandeza a que vamos atingindo pouco a pouco, firme e perseverantemente.

Permaneceu fora da fusão o QUADRO EXTINTO DE INTENDENTES, da mesma forma foi tratado o QUADRO DE ASSEMBLHADOS DA EXTINTA CONTABILIDADE DA GUERRA. Do primeiro mais nenhum oficial está em serviço ativo e, do segundo, ainda há alguns desempenhando funções na Diretoria de Fundos.

Assim, a Escola de Intendência do Exército, criada com o Decreto número 14.235, de 1 de outubro de 1920, deu ao Exército 1.158 oficiais, assim discriminados:

— Curso de Int de Guerra .....	102
— Curso de Administração .....	611
— Curso de Contadores .....	324
— Curso de Aperfeiçoamento de Int .....	35
— Curso de Aperfeiçoamento de Adm .....	33
— Complementar .....	48

Por motivo de força maior, a Escola de Intendência do Exército permaneceu fechada durante 5 anos. Ao ser reaberta, em 1941, deu ao Exército 74 Aspirantes; em 1942, 75; em 1944, 120; em 1945, 59 Aspirantes.

---

CLAUDIO LUNARDELLI

CAIXA POSTAL Nº 61

LONDRINA — PARANÁ



FITAS  
MARCA  
**Scotch**

MÁQUINAS COPIADORAS  
MARCA  
**Thermo-Fax**



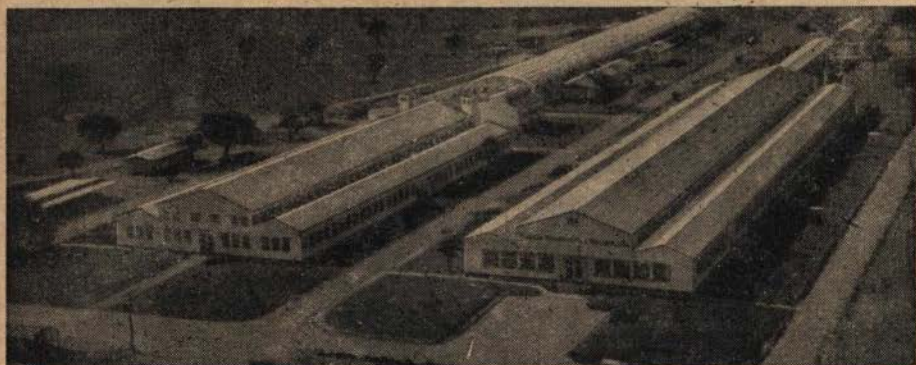
PELÍCULA REFLETORA  
MARCA  
**"ScotchLite"**

LIXAS 3M  
MARCA

ADESIVOS 3M  
MARCA

REVESTIMENTO  
MARCA  
**UNDERSEAL**

MARCAS QUE GARANTEM QUALIDADE!



## MINNESOTA MANUFACTUREIRA E MERCANTIL LTDA.

FÁBRICA E MATRIZ: Parada 3M - Via Anhangüera - km 110 - Tel. 3-670 - Cx. Postal 123 - CAMPINAS - Est. de S. Paulo

### FILIAIS:

SÃO PAULO: Av. Paulista, 2.073 - Conjunto 29 (Edifício Conjunto Nacional) - Caixa Postal 22.060 - Tel. 80-2137

RIO DE JANEIRO: Av. Gomes Freire, 559 - sobreloja - Caixa Postal 4.903 - Telefone 32-9874

PÓRTO ALEGRE: Rua Pinto Bandeira, 357 - 5.º andar - Caixa Postal 727 - Telefone 5-414



# L I D E R A N Ç A

## OS PERIGOS DA CHEFIA SEGUNDO ORDWAY TEAD

Cel J. J. DE CAMERINO

— Há uma série de observações, diz Tead, que se ouvem comumente, em qualquer ambiente de trabalho, a respeito dêste ou daquele chefe. “E’ e não atende a sugestões”, “só pensa em conquistas”; “quando se aborrece, conserve-se afastado do seu caminho”; “quando não dá “Bom Dia” — no momento em que chega, sabemos que vamos ter um dia mau”, etc., são expressões, como tantas outras, que revelam serem os chefes estudados pelos subordinados mais intimamente do que se supõe. E, o que é mais importante, sugerem que, quando alguém exerce qualquer parcela de poder sôbre outros, há certos perigos que tendem a “infiltrar-se”. E mesmo quando o chefe exerce o seu poder com pleno conhecimento e consentimento do grupo, é possível que se exceda a si próprio, em detrimento de sua influência.

Quaisquer peculiaridades que tornem o chefe “ensimesmado” e lhe permitam explorá-las em benefício de sua satisfação pessoal, constituirão, facilmente, um perigo para as próprias relações que decorrem da tarefa de dirigir.

Se o chefe não tem suficiente equilíbrio mental, se sofre de alguma obsessão, se compensa suas fraquezas de maneira perversa ou se é vítima de hábitos nocivos, constituirá uma ameaça potencial.

Mas os casos de anomalias patológicas são menos freqüentes do que os casos de *exagêro acentuado de algumas características normais*, que afetam o comportamento e se constituem em barreiras à influência do chefe.

Ambos os aspectos de dificuldade serão aqui considerados. O objetivo será identificar os mais comuns de perturbação da personalidade, assim como indicar alguns dos desajustamentos mais radicais. Será, então, possível apresentar, em termos gerais, o esboço de algumas medidas corretivas, ao chefe e nos que desejam ajudá-lo.



Não se deve esquecer, assinala Tead, que a direção, mesmo nos seus níveis mais modestos, envolve uma relativa acentuação de certos traços "dogmáticos" e que o chefe está sujeito a freqüentes "tentações" de exagerar, dirigindo a expressão desses traços. E é aí que reside o perigo!

Como, então, as várias causas e ocasiões de perturbações mentais se revelam em ação, constituindo perigo para as relações entre chefe e subordinados? As manifestações que aparentam maior importância em relação a esse problema são as seguintes: a) Amor ao poder; b) Instabilidade emotiva; c) Temores obsessivos; d) Complexos de inferioridade; e) Tendência a "apresentar razões"; f) Insucesso e desajustamentos sexuais e g) Tendências sádicas.

O "AMOR AO PODER", suas manifestações e excessos, variedade de desajustamentos que podem ser interpretados à luz dessa tendência.

— O desejo de "encarecimento", de enaltecimento do "eu" de cada indivíduo é uma das suas forças motrizes centrais — que dá expressão e influência a todo o comportamento, o que, aliás, é evidentemente natural e essencial. O chefe, é claro, tem oportunidades excepcionais de satisfazer essa necessidade, através do exercício da direção. Mas esse amor ao "enaltecimento próprio" pode, facilmente, tornar-se incontrolável; e se, como bem pode suceder, a circunstância de dirigir se constitui numa única válvula de escape a esse amor do poder, os perigos de excesso tornam-se reais.

Esse excesso pode se apresentar sob várias formas. O chefe pode, conscientemente, alimentar um sentimento de superioridade, aparentando condescendência, vaidade, presunção e amor próprio. Pode exigir demasiada lisonja e lealdade pessoal e, conseqüentemente, procurar cercar-se de adutores e homens que só dizem "amém". Pode dar preferência às suas "maneiras próprias" em excesso e com exagerada freqüência, revelando-se demasiado obstinado em relação aos conselhos de seus colegas e subordinados. Todos conhecerão indivíduos que, elevados a postos de direção, revelam, em maior ou menor grau, algumas dessas características.

O chefe pode considerar tudo muito pessoalmente, tanto o elogio como a censura, identificando-se em demasia com o seu objetivo. Tead acentua que isto constitui um perigo a que particularmente as mulheres, em posições de chefia, estão expostas.

Sentimentos de ciúmes para com os outros que podem aspirar à posição de chefe também podem ser encontrados, como evidências sutis de um desejo de manter o poder pessoal "incontestável". Essa tendência é uma característica de ambos os sexos e é notada, em muitas organizações.

— Quais os corretivos em tais casos? Indaga Tead. É acrescenta: a primeira questão a levantar é porque o indivíduo está projetando tão desapiedadamente o seu "ego" através de sua tarefa de dirigir? Será devido a um esforço para compensar sentimentos de inferioridade, um recalque de infância, uma situação doméstica insatisfatória? Ou será devido a um progresso demasiado rápido?



A compreensão da causa é essencial à correção e o próprio chefe deve, de qualquer maneira, ter a consciência da dificuldade. A êsse respeito, pouco se poderá fazer de recursos intelectuais. As causas profundas residem nas suas emoções e nos seus desejos não racionais. E quase nada se poderá conseguir enquanto tais causas não forem identificadas.

Algumas vezes o fracasso do chefe, sob qualquer aspecto, pode despertar-lhe a consciência do mal. A lógica dos acontecimentos (um industrial que se vê a braços com uma greve, um político que não é re-eleito, etc.) pode conduzir o chefe a um confronto com a realidade, admitir que as relações com os subordinados se tornam precárias e, conseqüentemente, a indagar de si próprio as razões da falta.

Outras vezes, o amigo sincero ou o conselheiro bondoso podem capacitar o chefe a reconhecer que o seu desejo de poder se transformou na sua ruína. De qualquer modo, êle deve tornar-se consciente de sua falta e, aconselhando-se, descobrir as causas cu razões do desenvolvimento da falha. Claro que se deve lutar contra as mesmas. Seria impossível enumerar todos os passos que devem adotados em cada caso individual.

Há, contudo, uma ou duas observações gerais a serem sugeridas. Algumas vezes, pode ser útil ao chefe ampliar, deliberadamente, o campo de ação de seus interesses, de tal forma que o seu "desejo de poder" possa encontrar expressão em mais de uma saída".

O chefe demasiado dogmático, que diz ser o seu trabalho tãda a sua vida, pode proveitosamente verificar que o desenvolvimento de uma distração ou ocupação favorita alivia a tensão emotiva do seu esforço de direção, pode proporcionar-lhe uma expansão mais sadia e uma perspectiva mais ampla, pode "desabafar" o seu excesso de energia, de forma a que êle não se sinta tentado a exagerar e abusar da tarefa de dirigir.

Num sentido inteiramente diverso, verifica-se freqüentemente, em grandes grupos de trabalho, que o chefe não dispõe de métodos organizados de comunicação constante com os seus subordinados. Êle pode não ter oportunidade, antes que seja muito tarde, de calcular, com realismo, quais são as reações dos subordinados para consigo e para com a sua ambição de poder.

Há necessidade de se difundir a verdade que a afirmação "O chefe é o servidor de subordinados" contém um sentido profundo.

Casos haverá, também, em que uma amostra "ofensiva" de superioridade é devida a causas relativamente obscuras, em que se verifica um esforço para compensar uma consciência de insuficiência ou fracasso, em algum outro aspecto da natureza. O conhecimento dessa tendência a "compensar" e a desenvolver um esforço exagerado, de aparentar o que na realidade não se é, pode tornar-se extraordinariamente útil a êsse propósito.

Uma variedade de desajustamentos pode ser interpretada à luz dessa tendência.



Ora é um homem de pequena estatura, com voz fina "de falsete" e maneiras antipáticas, que se torna chefe arbitrário, com um tom amargo e sarcástico na voz. Ora é um homem moderado, casado com mulher inflexível e dominadora, que lhe controla inteiramente a vida; em consequência, ele procura uma compensação num procedimento arrogante, agressivo e "dogmático" nas suas relações de trabalho. Ora é o irmão mais moço de seis outros, que foi muito "mandado" em casa; este também, procura compensar a sua infância cheia de recalques com um procedimento excessivamente "dominador".

— Os exemplos desses tipos gerais, poderiam ser multiplicados e são comuns na experiência de qualquer grande organização. Eles devem, antes de mais nada, ser encarados tais como são — reações normais a um conjunto de circunstâncias ingratas para o indivíduo. E o próprio indivíduo, de uma maneira ou de outra, deve, sempre que a oportunidade se apresentar, ser levado a calcular o que realmente está fazendo e "porque". A causa ou fonte de sua perturbação deve ser revelada à própria pessoa.

De maneira geral, é necessário que o "ego" do indivíduo se expresse de maneira a não ferir outros, ou nas suas relações com outros.

— A "Instabilidade Emotiva" — Como se evidencia, suas possíveis causas e cuidados que devem ser tomados.

— Todos nós conhecemos o perigo das explosões de cólera. Há outras evidências de instabilidade emotiva, contra as quais deve-se estar prevenido, tais como, por exemplo, a irritabilidade crônica, o temperamento agitado, o mau humor, etc.

Também existe um impulso emotivo a uma atividade incessante e nervosa, um excesso de pura "ocupação" acompanhado de uma inabilidade de concentrar demoradamente o pensamento sobre qualquer tarefa. Essa tendência à "agitação" pode parecer por algum tempo, ao observador, uma demonstração de grande capacidade de direção; mas, onde quer que signifique uma incapacidade de "focalizar" e "concluir", uma capacidade de iniciar várias atividades prontamente abandonadas, isso tenderá a uma evidência de instabilidade que requer atenção.

As causas de tais manifestações podem ser muitas e diversas, mas existem. Tais demonstrações de instabilidade não são normais, não devem ser toleradas como inatas; são sinais de perigo e sintomas de desajustamento mais profundos — físicos ou mentais — que devem ser postos a nu. Mais comumente do que supomos, as origens desses estados são orgânicas, devidas a uma variedade de dificuldades digestivas, distúrbios glandulares, deficiências sexuais, fadiga, etc. Podem ser causadas por aborrecimentos ou por desajustamentos psíquicos mais profundos. Mas devem ser diagnosticadas, para que os subordinados não venham a tolerar os caprichos a que esses emocionais dão lugar.

— Os "Temores Excessivos" — Seu papel devastador no enfraquecimento das relações entre os chefes e subordinados. O "Complexo de perseguição" — O que pode ser aconselhado.



— Sabemos que os temores, muitas vezes despercebidos pelo próprio indivíduo, podem desempenhar um papel devastador no enfraquecimento das relações humanas. Em primeiro lugar, o chefe pode ter receio de não ser suficientemente bom para a sua tarefa, não possuir qualificações para a mesma e colocar-se em situações de fracasso. Pode alimentar a impressão de que, em matéria de educação, base social, aparência pessoal ou popularidade entre os subordinados é inferior aos seus companheiros. Ou deixar-se possuir pelo receio de que a sua posição é insegura, devido à sua inabilidade em agradar, quer aos que lhe são superiores, quer aos que lhe são subordinados. Sob uma forma aguda, esse estado mental pode transformar-se num complexo de perseguição, através da crença de que outros conspiram contra a sua desgraça ou lhe descobrem faltas. Casos de ciúme ou inveja de outros, que aparentam obter maior apreço, podem constituir modalidades especiais de temor.

Tôdas essas emoções, naturalmente, corróem a auto-confiança e tendem a centralizar a atenção na "coisa temida", enfraquecendo o entusiasmo. São forças repressoras e inibitórias, que tendem a destruir as fontes de poder pessoal. Normalmente, são exageradas e inseguras e constituem uma indicação de que a pessoa não está encarando a realidade com isenção de ânimo.

Tais pessoas devem arrostar a pergunta: "De que coisa tenho receio, e por que? Enfrentar honestamente essa questão, muitas vezes possibilita a descoberta das fontes do medo. Ou, se o medo tem raízes mais profundas, esse esforço em descobrir a causa pode estimular a pessoa a remover os motivos das fixações que o medo traz a lume.

Os "complexos de perseguição" são suficientemente freqüentes para merecerem uma referência especial. Comumente são consequência de um estado de espírito angustioso, que, através do esforço de libertação e ajustamento, tende a fixar-se em algum aspecto da situação imediata. A perturbação, a esse respeito, reside, mais freqüentemente, na condição subjetiva do indivíduo, do que nos fatos objetivos sobre os quais projeta os seus distúrbios.

Os "Complexos de Inferioridade" — Receio da tarefa de dirigir — Necessidade de restauração da "auto-confiança" — Exemplos ilustrativos.

— Tead cita o caso de um professor que foi abordado pelo presidente de uma universidade, sendo por este convidado para exercer as funções de Reitor, durante o período de verão. O professor não tinha nenhuma experiência administrativa e aparentou um receio sincero de não estar qualificado para a função. Disse-lhe, então, o presidente: — "Nós todos cometemos enganos; eu os cometo e você os cometerá; já conto com isso. Mas tenho confiança de que se incumbirá bem da função e dar-lhe-ei, por todos os meios, o meu integral apoio". A confiança contida nessa observação reforçou a fé do professor em si mesmo; ele aceitou o convite e saiu-se esplêndidamente como reitor.

Em muitas organizações encontram-se casos como esse, de pessoas que aparentam qualidades de chefia, mas que se mostram, por outro lado, receosas da tarefa de dirigir. Seu sentimento de inferioridade parece



lhes demasiado forte. As fontes desse sentimento podem ser complexas, mas algumas vezes podem ser removidas por cuidadosos esforços.

Afastar apenas a pessoa que não se julga capaz de exercer uma função de chefia, é muito simples; mas é necessário procurar descobrir porque se recusam responsabilidades mais amplas, e certificar-se de que alguém não está compensando algum vago sentimento de inferioridade.

A necessidade crucial é a de uma restauração da "auto-confiança". A certeza restabelecida acarretada pelo êxito da ação, muitas vezes produz verdadeiros milagres no rápido restabelecimento do amor-próprio e eficiência em tais pessoas.

A "Tendência à Justificação" — Em que consiste e como se manifesta. As diferentes conseqüências que podem resultar do desenvolvimento dessa tendência.

— Por essa tendência Tead quer significar uma gradação entre o fracasso na realização de qualquer coisa desejada e a subseqüente procura de razões para justificar o que se fez, ou, por outro lado, a propensão a não se realizar qualquer coisa, por motivos que são posteriormente formulados. Em outras palavras, justificar posteriormente um erro de ação ou omissão.

Essa circunstância comum torna-se ainda mais séria quando leva o indivíduo a convencer-se de que procedeu a um satisfatório ajustamento com a realidade, quando, de fato, deixou de enxergar conseqüências importantes ou deixou inalteradas, pelo seu esforço de justificação, as verdadeiras causas de uma situação.

Há várias lições que se podem tirar do desenvolvimento dessa tendência e cujo estudo se torna útil. Por um lado ela alimenta uma deliberada complacência em ignorar fatos importantes, relacionados com determinada situação, quando se tomam decisões. Ela também significa que o chefe concebe uma idéia do que deseja, e, então, usa a evidência apropriada ao apoio de sua vontade mais ou menos impulsiva. Ainda pode estimular a tendência a censurar outros, por falhas de que o chefe deveria assumir a responsabilidade.

Os chefes nem sempre são devidamente cuidadosos, como deveriam ser, em definir, explicitamente, a parcela de autoridade e responsabilidade que delegam a outros, precisamente porque julga que isso os deixa mais à vontade para proferir censuras quando um trabalho não é executado como se esperava. Esse mesmo traço explica a relutância de alguns chefes em deixar escritas suas decisões ou sua política de trabalho; e isso mesmo, devido a que eles posteriormente desejam fazer modificações, quer alterando as decisões, quer colocando a culpa sobre os ombros de outrem.

Outra conseqüência da tendência apontada é a de tornar mais fácil para o chefe "o confundir a vontade com a ação", ou seja, pensar que as suas exteriorizações de "boa política", os seus protestos de boas intenções representam a mesma coisa que a sua execução real. Boon, num dos seus ensaios, observa que aqueles que se encontram no poder



estão particularmente sujeitos à tentação de pensar em determinar os fins, mas não proporcionar os meios.

Os dirigentes de organização freqüentemente se acobertam das falhas de seus auxiliares, dizendo: "desde que essa era a proclamada orientação da companhia, presumimos que estava sendo executada".

Essa disposição é tão insidiosa quanto predominante. Mui comumente, quando se ouve um chefe dizer: "Bem, nós iremos avante de qualquer maneira", isso, por parte desse chefe é menos um conselho de "determinação" do que uma prova de que ele está mais atento aos fins do que a descoberto dos meios necessários à sua realização.

Nos "Conselhos de Direção", deve-se assegurar o contrôlo dos momentos críticos, a situação honesta aos fatos desagradáveis, a consideração prévia dos "por quê" e dos "como" das novas idéias. Quanto maior a empresa ou grupo em que se exerce a direção, maior o perigo da tendência a pensar em termos enganosos e abstratos. Alguém deve ajudar o chefe a manter-se "próximo do senso pungente da realidade". Alguém deve mantê-lo preso aos fatos, de maneira que suas conclusões gerais não constituam desejos sem base; e sim, decisões indutivamente construídas com apoio em fatos reais decorrentes das circunstâncias em causa.

Os "Insucessos e Desajustamentos Sexuais" — As várias atitudes decorrentes. O que se deve ter em vista.

— Toda organização, em que os homens e mulheres trabalham em conjunto, terá uma experiência maior ou menor, e numa graduação diversa, de ciúme, favoritismo e atitudes encobertas, quando não realidades concretas, a atestar a existência desse perigo. Os exemplos, a respeito, poderiam ser multiplicados, bastando, entretanto, destacar o fato, não raro, do chefe que distingue entre os subordinados do sexo feminino os mais atraentes, aos quais dispensa favores, tratando os demais, às vezes com irritação e grosseria. Com efeito, todos conhecemos, num grupo de trabalho, situações em que o preço de permanência é o de corresponder, de qualquer forma, às atenções do chefe.

Tais desajustamentos, entretanto, não são exclusivamente causados pela circunstância de trabalharem juntas pessoas de sexo diferente. Muitas vezes, o comportamento do chefe pode ser influenciado por fixações paternas ou maternas, narcisismo, etc.

O que se deve ter em vista, de maneira geral, é que o lado sexual da vida do chefe deve ser ordenado de tal forma que não afete o seu poder pessoal. A palavra "sublimação" é usada para definir o fato de que, através das relações normais da vida e afecções domésticas, ou através da procura disciplinada e vigorosa de um objetivo digno, muitas pessoas se tornam aptas a amoldar os seus imperativos sexuais com a sua energia diretiva total, de maneira a emprestar uma razoável unidade à vida pessoal. O amor profundo, a fé intensa em aspirações dignas, a apreciação cultivada de beleza, etc., poderão constituir, também, instrumentos úteis nesse sentido.



As "Tendências Sádicas" — Comportamento individual. O que o chefe deve perquirir em si próprio para a "reeducação" à luz do conhecimento pleno das causas do reajustamento.

Todos sabemos que significa, literalmente, a palavra "sadismo". Neste estudo, entretanto, ela é tomada na acepção de qualquer forma de comportamento que acarreta satisfação ao indivíduo através da imposição, a outros, de *sofrimento, desgostos, ou crueldade*. Muitas vezes esse procedimento é exercido sem que se tenha consciência dos motivos fundamentais.

"Tive de lutar por tudo que consegui, portanto, os outros que aprendam pela própria experiência"; "o trabalho difícil é bom para eles", e tantas outras, são expressões que denotam uma atitude normalmente sádica em essência. A severidade facilmente se transforma em sadismo.

Além do mais, essa atitude é perniciosa pela razão de que se afasta do ponto de vista "educativo". Implica no método de treinamento chamado pelos americanos "Afunde ou Nade", oposto àquele outro que se caracteriza por uma experiência educativa, controlada e supervisionada.

Uma manifestação nem sempre encarada como "sádica" é o "Sarcasmo", arma cujo uso proporciona, a alguns chefes, grande satisfação. Da mesma forma, qualquer esforço no sentido de que os subordinados se sintam inadaptados, embaraçados ou inferiorizados, incide no mesmo caso.

Onde quer que o chefe esteja e tendo uma alegria diabólica das privações, sofrimentos ou dificuldades dos seus subordinados e *dos quais não compartilha*, haverá uma demonstração dessa tendência anormal. E os seus sintomas devem causar apreensões a todos os interessados, visto que fica em choque a integridade das relações entre chefe e subordinados.

A esse propósito, é importante focalizar a influência no comportamento daquilo que Tead denomina de "Imagem da Personalidade", ou seja, a idéia de que o chefe faz de si próprio. Cada um de nós conduz consigo uma imagem da própria pessoa, tal como supõe e deseja ser. Se isso está em desacordo com os fatos, *tais como os outros os vêem*, a discrepância entre a "imagem própria" e a opinião alheia pode ocasionar dificuldades. O chefe pode parecer ridículo no seu suposto papel. São-nos familiares o pomposo e "importante" chefe de pequena estatura, que se apresenta com uma personalidade "napoleônica"; o tipo do "Don Juan", que se considera o presente de Deus às mulheres; ou o homem que goza da reputação de orador e deseja ser chamado para "dizer algumas palavras em qualquer ocasião pública". Falando precisamente, há provavelmente quatro aspectos de verdade que devem ser levados em conta na análise de si próprio, muito proveitosa em tais oportunidades. São eles:

Que sou eu

O que penso ser



O que pensam os outros que sou

O que julgam que eu sou, ou em outras palavras, "o que sei a respeito do pensamento de outros sobre minha pessoa".

Todo chefe deve fazer a si próprio, ocasionalmente, essas perguntas, e com a maior honestidade possível, para averiguação desses quatro fatos com relação à sua pessoa. "Conhece a ti próprio" é um ditado que encerra madura sabedoria. Mas deve ser sempre recordado que aquilo que somos é determinado, não somente pelo que pensamos a nosso respeito, com toda a honestidade, mas também pelo fato de "como somos encarados pelos outros".

"O Chefe, em grande parte, é o que outras pessoas, particularmente seus subordinados, pensam que ele é". E o que eles pensam é determinado pela sua atitude e conduta em relação ao chefe. Num sentido profundo, a imagem que o Chefe forma de si próprio não é mais correta do que o seu conhecimento a respeito de "como os outros o encaram".

Em conclusão, a linha exata de ação a ser seguida, quer a "imagem pessoal" seja incorreta, quer alguém esteja sofrendo um procedimento compensatório ou obsessivo, é a reeducação à luz do conhecimento pleno das causas do desajustamento. Descobrir e defrontar as realidades, eis a norma geral a ser observada onde quer se verifique a presença de qualquer dos perigos potenciais acima enumerados. Algumas vezes alguém pode fazer isto para si mesmo. Nos aspectos "mais agudos" isso requer o auxílio do companheiro de direção, de conselheiros, de assistentes, no processo de enfrentar os fatos honestamente e descobrir como poderão ser corrigidos. Nos aspectos patológicos, naturalmente, requer-se cuidado médico ou de psicanalista.

Seria lamentável, adverte finalmente Tead, transmitir a impressão de que todo o mundo é excêntrico ou extravagante e deveria ser olhado de soslaio, como suspeito. Essa, acrescenta, não é a intenção. Pelo contrário, com melhor conhecimento da natureza humana, possibilitado por estudos recentes, seria possível poupar à sociedade uma grande dose de sofrimento, causada por chefes que se valem de suas posições, para exibir características ou compensar deficiências, cujas maneiras prejudicam não somente os indivíduos como as coletividades.

---

## TRAN-CHAN DE SÃO JOÃO

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

MERCANTIL TRAN-CHAN LTDA.

RUA DON LARA N. 30 — Tel. 29

SÃO JOÃO DE MERITI — ESTADO DO RIO

DISTRIBUIDOR DE FOGOS CARAMURU

Armas — Munições — Pólvoras — Artigos para Pesca — Esporte  
— Cutelaria — Artigos para Cabeleireiros



## A DEFESA NACIONAL

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

- 1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aqueles que tenham interesse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Forças Armadas.
- 2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
  - a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;
  - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
  - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;
  - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 3 — Se sua existência, de quase meio século, não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

### AVISO N. 99

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen Canrobert P. da Costa



# HISTÓRIA

Coordenador : Maj J. MIRANDA CARVALHO

## POR TRÁS DA REVOLUÇÃO DE MAIO

### ARGENTINA, 1810

CARLOS O. STOETZER

No dia 25 de maio, a Argentina vai comemorar, com entusiasmo e solenidade, mais um aniversário dos acontecimentos que abalaram o Rio da Prata em 1810 e acenderam os fogos da independência nacional. A instalação do Vice-Reinado do Rio da Prata, em 1776, fôra considerada uma medida destinada a proteger a posição espanhola contra a crescente intervenção dos portugueses. Pouca gente poderia então prever que, em menos de cinquenta anos, o país estaria preparado para lutar por sua independência, pois foram os argentinos nativos, e não a coroa espanhola, que adquiriram força com a nova situação.

Antes de 1776, toda a América Espanhola fôra dividida em três Vice-Reinados apenas, cobrindo vastos territórios onde as dificuldades de viagem embaraçavam a administração. O Vice-Reinado da Nova Espanha, fundado em 1535, abrangia o México, a América Central e as Antilhas; o Vice-Reinado do Peru, criado em 1542, compreendia o Peru propriamente dito, o Alto Peru (Bolívia), o Paraguai, o Chile e o Rio da Prata; e a Nova Granada, fundada em 1718, abrangia a área da moderna Colômbia, o Equador e a Venezuela. Buenos Aires, situada a muitos meses de viagem da sede do Vice-Reinado em Lima, começara a representar um papel cada vez mais importante, em consequência de sua crescente riqueza agrícola e do seu desenvolvimento comercial e industrial. Mas, o comércio exterior legal tinha que ser canalizado através de Lima, embora naturalmente florescesse o contrabando. Aí estava um campo fértil para o movimento de independência que fermentava em toda a América Espanhola.



O Rei Carlos III, que reinou de 1759 a 1788, e a quem Cecil Jane chamou de Diocleciano da Espanha, precipitou involuntariamente a libertação da América Espanhola. O advento dos Bourbons ao trono espanhol em 1700 abriu novos horizontes ao país, e trouxe à Espanha e seu império o espírito europeu generalizado na época, em ritmo muito mais rápido do que provavelmente teria ocorrido sob o domínio dos Hapsburgos espanhóis. Friedrich Heer descreve a situação como uma dupla Espanha: uma, a Espanha inflexível e conformista, em que o Rei e a aristocracia viviam em profundo acôrdo com as classes inferiores, "cujo caos interior era dominado, assegurado e glorificado pelo ascetismo, a clausura, as cerimônias da Côrte, a Inquisição e o abso-lutismo, uniu-se pouco depois contra a "outra Espanha", um punhado de intelectuais, sábios e artistas, que havia três séculos vinham man-tendo vivo o legado da *intelligentsia* judaico-mourisca do "Mundo dos Três Círculos", herança da reforma cisneriana e erasmica".

O Despotismo Esclarecido que Carlos III, o quarto rei Bourbon, levou ao auge na Espanha, provocou em outros países da Europa muitas modificações características da época. Longe de ser liberal ou demo-crático, o Século XVIII representou na Espanha a maior exaltação do despotismo monárquico, numa verdadeira imitação de Frederico, o Grande, e seus modelos franceses. A nobreza viu-se hostilizada, a auto-nomia das universidades foi liquidada, as guildas destruídas, tudo pelo avanço da ciência e do progresso, em nome da razão e da natureza.

As medidas que os Bourbons introduziram na América Latina iam diretamente contra as tradições do povo. Seguindo o sistema francês de centralização, as colônias do Novo Mundo deveriam ser adminis-tradas diretamente de Madri. Anteriormente muitos altos postos administrativos eram ocupados por civis hispano-americanos, sob o novo sistema francês, muitos militares foram mandados de mãe-pátria para servir no exterior como *intendentes* regionais. Na primeira me-tade do Século XVIII, surgiu uma nova casta de administradores militares da Península, altamente despóticos e ansiosos por encherem os próprios bolsos. Os novos processos mercantis adotados eram preju-diciais ao comércio e à indústria da América Espanhola. Na própria Espanha, um pouco mais tarde, verificou-se o triste espetáculo do rei rodeado de favoritas e bajuladores como Manuel Godoy, o Marquês de Caballero e Pedro Ceballos. Esse processo chegou ao auge quando os jesuítas foram expulsos de terras espanholas, em 1767, providência lógica, uma vez que as suas teorias políticas de soberania popular e direito de rebelião eram altamente antagônicas ao Despotismo Escla-recido dos Bourbons. Também logicamente, eram proscritas as teorias filosóficas de Francisco Suárez, Juan de Mariana e Luis Molina.

Uma velha instituição democrática, o *cabildo*, ou conselho muni-cipal, desempenhou papel importante ao romper o domínio lentamente estrangulador da pátria-mãe. O *cabildo* medieval espanhol compunha-se de cidadãos escolhidos pela cidade, e era a mais alta autoridade local quando não se achava presente um representante do rei. Durante a



Renascença na Espanha, fôra reduzido a uma sombra da glória que conhecera nos Séculos XII e XIII. Trazido para as Índias pela Conquista Espanhola, recuperara o seu vigor durante o Século XVI. Até o reinado de Felipe II (1556-1598), voltou a representar na América os velhos conceitos castelhanos da liberdade política.

Os bascos e os castelhanos do norte, que chegaram em número crescente durante o Século XVIII, trouxeram outra vez nova força ao **cabildo**. Vinham de uma terra onde nunca haviam morrido as tradições de liberdade política. Os imigrantes anteriores provinham, em grande parte, da Extremadura e da Andaluzia e se interessavam principalmente pela agricultura e pela mineração. Os novos imigrantes dedicavam-se a carreiras administrativas e comerciais, e não tardaram a adquirir grandes lotes de terras. Durante o Século XVIII, conseguiram forte influência no **cabildo**, principalmente depois que Felipe V ordenou, em 1703, a concentração de todos os espanhóis nas cidades. Deram êles novo prestígio e influência ao conselho municipal, tornando-o um ponto de convergência dos ressentimentos que a sociedade colonial nutria pelas autoridades reais. Enquanto as autoridades centrais se mantinham estagnadas, na América Espanhola, a administração local gozava de um novo vigor. É na vitalidade das instituições locais que se encontra a verdadeira vida política de um povo, lembrou-nos Toynbee, ainda recentemente.

A medida que os **cabildos** se fortaleciam, o abismo entre os cidadãos nativos e o governo espanhol continuava a alargar-se. Os conselhos municipais alcançavam êxito cada vez maior em afastar do governo local os espanhóis da Península. Enquanto isso, a política de Madri reservava os altos cargos do Novo Mundo exclusivamente às autoridades peninsulares.

A invasão da Espanha por Napoleão, em 1808, e a abdicação de Fernando VII serviram de estopim à revolução do Rio da Prata. Os britânicos haviam invadido Buenos Aires em 1806, e isso provocara grande confusão política. O Vice-Rei, Marquês de Sobremonte, fugira alarmado para o interior de Córdoba, mal ouvira falar no avanço britânico, e deixara a defesa da cidade entregue a Santiago de Liniers, um francês a serviço da coroa espanhola. Os britânicos entraram em Buenos Aires, que era então uma cidade de cerca de 55.000 habitantes, no dia 26 de junho. Com o auxílio de um contingente local recrutado por Juan Martín de Pueyrredón, Liniers conseguiu expulsar os britânicos no dia 12 de agosto. Estando o Vice-Rei em fuga, a cidade não tinha chefe de governo. O povo se reunia num **cabildo abierto**, do qual todos podiam participar. Era a primeira experiência que tinham de independência de ação, e isso era coisa que provavelmente nunca mais esqueceriam.

Os britânicos atacaram outra vez em 1807, tomando Montevideú, em 3 de fevereiro. Novamente Sobremonte se pôs em fuga. Passada uma semana, o Conselho de Buenos Aires depôs Sobremonte, que foi prêso, e a **audiência**, um conselho que representava o grau seguinte



de autoridade legal, assumiu o governo e a defesa da cidade. Esse ato de ousadia foi chamado "a primeira centelha da revolução jurídica da América Espanhola". Liniers, lutando contra forças muito mais numerosas, pôs-se em marcha para enfrentar os atacantes britânicos, e foi derrotado. Mas o prefeito, Martin Alzaga, organizou tão bem a defesa que o General Whitelock foi forçado a bater em retirada. O êxito da defesa da cidade infundiu aos argentinos confiança e nova coragem para os próximos grandes passos no sentido da independência.

Era a véspera da Revolução. O último Vice-Rei do Rio da Prata, Baltasar Hidalgo de Cisneros, chegou em 1809. Chefiados por Cornélio de Saavedra, Mariano Moreno, Juan José Castelli e Manuel Belgrano, os **criollos** forçaram o novo Vice-Rei a convocar outra reunião geral do povo no dia 22 de maio de 1810. Essa reunião famosa teve um efeito decisivo. O povo de Buenos Aires passou a reivindicar sua soberania, e três dias depois, em 25 de maio, o novo Vice-Rei foi deportado e o governo entregue a nova junta de cidadãos nativos.

A reivindicação da soberania popular baseou-se num argumento interessante. Segundo a teoria da trasladação (*pactum translationis*), dos últimos filósofos escolásticos, quando o trono vaga a autoridade reverte ao povo. O **cabildo** sustentava que a vassalagem das Índias era um laço que os unia, não à Espanha como nação, nem ao povo espanhol, mas à Coroa, ao legítimo rei de Castilha e León. Fernando VII havia renunciado ao trono espanhol em maio de 1808. O povo espanhol não reconhecia José Bonaparte como seu rei, e as guerrilhas se estenderam por todo o país. Formaram-se **Juntas** através da Espanha, em apoio de Fernando. **Juntas** foram construídas, também, nos territórios americanos. Em Buenos Aires, o conselho municipal alegara que, uma vez vago o trono, o laço político entre a monarquia espanhola e as colônias estava rompido para sempre, e os representantes de um poder monárquico inexistente não tinham direito à autoridade política. A comunidade do próprio povo, o repositório da soberania, tinha que designar a autoridade legítima.

O rompimento com a Espanha era um fato consumado, mas restava um longo e difícil caminho a percorrer. Havia uma luta interna pelo controle do destino do país, e o resultado foi uma anarquia jacobinista até 1813. Venceu o grupo que Ingenieros chamou da ala esquerda, chefiada por Moreno, Castelli e Belgrano, e que advogava uma modificação completa no regime político.

Apesar dos movimentos de independência em várias frentes, os monarquistas tinham ainda muito poder na América espanhola para que a junta de Buenos Aires pudesse proclamar formalmente a independência. Os portugueses eram outra fonte de perigo. Do Brasil, onde estava exilada, a Rainha Carlota Joaquina, de Portugal, irmã de Fernando VII, aspirava à criação de uma monarquia independente no Novo Mundo. Seus partidários em Buenos Aires conspiraram sem resultado, em 1812, para derrubar o governo local. Em 1814, os monarquistas espanhóis — Calleja, na Nova Espanha; Morillo, em Nova



Granada e Marcó del Pont, no Chile — tinham recuperado a quase totalidade do território que os patriotas hispano-americanos haviam controlado durante breve período.

Em 9 de julho de 1816, a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata foi declarada num congresso geral reunido em Tucumán, mas as campanhas militares de San Martín e seu Exército dos Andes eram ainda necessárias para destruir o poder monárquico no Peru, no Chile e no Alto Peru, enquanto Bolívar tinha que chefear a luta no norte.

Muitas vezes se tem afirmado que a ideologia da Revolução de Maio era uma imitação da Revolução Francesa e das idéias de Jean Jacques Rousseau. Embora seja inegável a influência da ilustração francesa, não foi nem a única, nem a mais importante. O contrato social de Rousseau, no Século XVIII, havia descartado a teoria de uma relação contratual direta entre o povo e o governante. Mas, a teoria política da Revolução de Maio se origina do filósofo neo-escolástico do Século XVI, Francisco Suárez, que sustentava existir, de fato, um contrato entre o povo e o governante. Só depois de haver o **cabildo** deposto Sobremonte, em 22 de maio de 1810, é que se fizeram sentir as influências de John Locke, Pufendorf e Rousseau.

Os modernos estudiosos do assunto estão corrigindo a antiga idéia errônea de que a Revolução de Maio foi uma ruptura profunda e total com a Espanha e tudo que ela representava. A obra de Manuel Giménez Fernández, Guillermo Furlong, Ricardo Levene, Atilio dell'Oro Maini, Jaime Eyzaguirre, Julio Alemarte e outros nos proporcionou uma interpretação nova e mais perfeita da história: a Revolução de Maio teve sua origem na velha tradição política, autenticamente espanhola, que surgiu do ideal do bem comum no Cristianismo medieval, e na grande mensagem de liberdade, justiça e caridade dos neo-escolásticos.

## DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO



---

**COMÉRCIO E INDÚSTRIA MINATTI****JACOB BARTHOLOMEU MINATTI**

Ferragens em geral, louças, talheres, armas e munições. Fábricas das afamadas Foices Palmeira, Leão e Super-Foice Minatti. Serralheria em geral, Portas de aço e portões. Forninhos, dobradiças para mourões, ferragens para construções e demais artigos para indústria e lavoura.

Matriz — Londrina: Rua Mato Grosso, 397 — C.P. 82 — Tel. 398  
End. Teleg. "Jabarmin" — Ofic. R. S. Catarina, 170 — Tel. 399

Filial: Ibioporã — Avenida Sertanópolis, 168.

---

---

**IRMÃOS FRUGANTI S.A.****COMÉRCIO — EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO**

Matriz: São Paulo: Rua Lopes Chaves, 261 — Telefones: 52-2942 e 51-1496

Filial de Londrina: Alameda Manoel Ribas, 74-1º and — Telefones: Gerência 1365 — PBX — 1360 — ESTADO DO PARANÁ

Filial de Maringá: Avenida São Paulo, 457 — Telefone: 1863  
ESTADO DO PARANÁ

---

---

**CASA ADRIANINO**

— DE —

**DELFIN MAURÍCIO S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

FOGOS PARA FESTEJOS EM GRANDE ESCALA — VENDAS  
POR ATACADO E A VAREJO

ARMAS E MUNIÇÕES — PÓLVORAS PARA PEDREIRAS  
— DINAMITE E ESTOPIM

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO N. 1684 — Tel. ns. 186 e 414  
NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO

---





## AS CONTRADIÇÕES DA REALIDADE INDIANA

A Índia, segundo Nehru, está hoje suspensa entre dois mundos: um que nasce e outro que não quer morrer. Todos os aspectos da vida indiana, desde aquela exterior da comunidade, até aquela interior do indivíduo, estão dominados por uma contradição fundamental que origina uma multiplicidade de contrastes, tais como, modernismo e tradição, ideal e real, técnica e misticismo, socialismo e individualismo, complexo de superioridade que o hindu tem para com os outros povos por causa de seu passado luminoso, e complexo de inferioridade pelas condições de sua presente vida.

Ao lado de cientistas agraciados com o prêmio Nobel, vamos encontrar quase um milhão de "Sanyasin", que renunciaram ao mundo e vivem às expensas da comunidade, em busca da salvação individual; ao lado do reator atômico de Trombay, vamos encontrar um carro de bois que data da idade védica; ao lado de aldeolas de casebres de barro, surge um grande centro industrial como Calcutá, comercial como Bombaim, ou uma moderna capital como Nova Delhi.

Entretanto, esta antinomia fundamental da Nação que nasce e da que não quer morrer, não conseguiu, ainda, traduzir-se em termos de alternativa política. O Partido do Congresso que governa a Índia, desde a independência, contém, em si mesmo, todas essas contradições.

Depois de 1947, Ghandi tornou-se propenso a dissolver o Congresso. Surgido, não como partido político, mas como movimento unificador de todas as forças que visavam à independência, o Congresso havia perdido toda razão de ser, depois que foi atingido o objetivo por ele colimado. Já naquela época, tinham-se delineado duas tendências dentro dele: uma, mais ou menos conservadora, capitaneada por Patel; a outra, progressista e "socializante" representada por Nehru. Entretanto, foi o próprio Nehru que se opôs à dissolução do Congresso na ilusão de que a colaboração pudesse prosseguir, mesmo na fase de construção do novo Estado.



Com a morte prematura de Patel, o processo de polarização das forças políticas encahou. As tentativas de se constituírem novos partidos por meio da saída de grupos dissidentes do seio do Congresso, falhou por completo. A formação do Partido Socialista e do "Praja" orientados para a esquerda, do Partido "Swatantra", ou liberal, representando uma direita conservadora, porém moderna, e do Partido JANSANGH que reuniu a direita tradicional, também não resolveu o problema. Para muitos, a única solução a ser tomada, mais cedo ou mais tarde, é a de uma cisão que não se limite a cortar algumas fatias, mas que divida, nitidamente, o Congresso em duas partes.

O balanço dos treze anos de predomínio incontestável do Congresso não é passivo; entretanto, o ativo é inferior às esperanças suscitadas nos primeiros tempos, pois o elã inicial vem diminuindo gradualmente.

O primeiro problema que a Índia teve de enfrentar foi aquele de sua organização política e administrativa. A Constituição Federal foi elaborada em princípios de 1950 e, em 1951-52, a despeito de enormes dificuldades, realizaram-se, com bom êxito, as primeiras eleições gerais.

Nesses mesmos anos foi resolvido, graças, sobretudo, à energia e ao realismo de Patel, o problema da fixação na União Indiana de mais de 500 principados que eram protegidos pela Coroa Britânica.

Entretanto, nos anos sucessivos, o incentivo de unificação foi enfraquecendo e os particularismos étnicos, lingüísticos e econômicos fizeram-se sentir e, hoje em dia, as forças centrífugas fazem uma pressão cada vez maior.

As críticas contra Nehru tornaram-se mais insistentes e difusas, nestes últimos três anos. O fato de que tais críticas possam coexistir com a veneração, que sua personalidade carismática continuava a suscitar nas massas, é outro aspecto daquela contradição fundamental acima referida.

Muitos poderiam ser levados por essas observações e considerações a conclusões pessimistas. Isso, no entanto, seria positivamente errôneo.

---

## FOGOS

CASA SANTO ANTÔNIO LTDA.

BRINQUEDOS

ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS, 1605-1609

Duque de Caxias — Estado do Rio — Tel. 247

FILIAL: PRAÇA LIBERDADE, 84 — NOVA IGUAÇU

FOGOS CARAMURU

Armas, Munições, Pólvora para caça  
DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS



## O 17º REGIMENTO DE INFANTARIA DE CRUZ ALTA

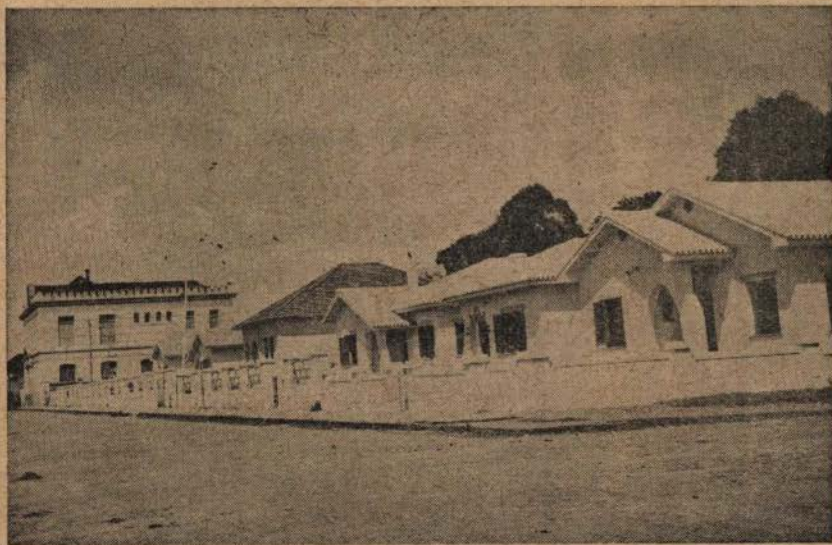
Visando a esclarecer aos companheiros que se destinam ao glorioso 17º Regimento de Infantaria, é que tomamos a liberdade de apresentá-lo, bem como a cidade onde se localiza: CRUZ ALTA.

Falar sobre Unidade de Infantaria a infantes, e, em particular, sobre o 17º RI, é uma repetição, mas nos permitimos para maior esclarecimento aos companheiros.

Fatos atestam, dia a dia, a sua importância em nossa Arma, quer sob o ponto de vista estratégico quer sob o disciplinar, administrativo e de instrução.

Com o tradicional e brilhante 6º RA75AR, integra, juntamente com estabelecimentos de serviços, a Guarnição de Cruz Alta, sob o comando do General-Comandante da AD/6 aqui sediada.

Possui amplos pavilhões para a administração, alojamento e rancho, pátio calçado, propícias condições higiênicas e de conforto tão essenciais a um trabalho sadio e à boa formação de nosso soldado. Aliado a isso, temos um estádio e ginásio modelares, um cassino para oficiais,



VISTA PARCIAL DA VILA MILITAR, EM CRUZ ALTA. MAIS DE 55% DAS RESIDÊNCIAS SÃO DESTINADAS AOS OFICIAIS DO 17º RI



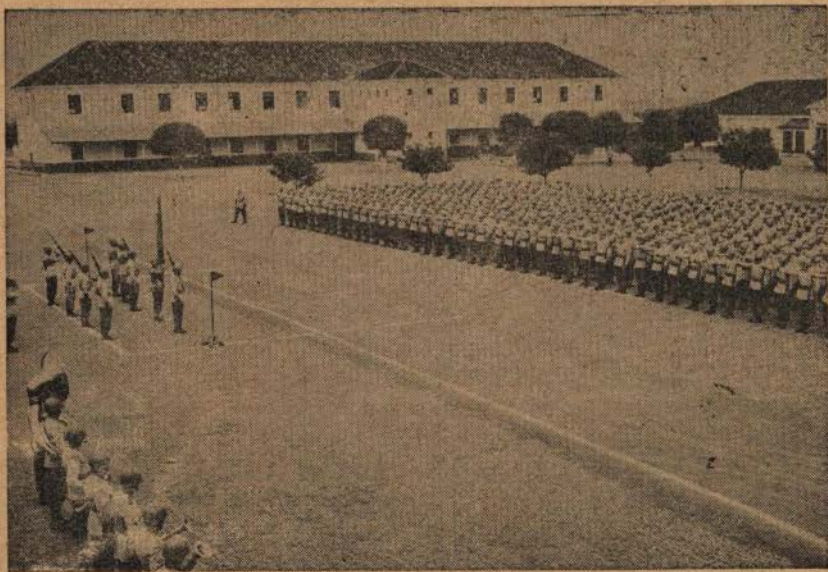
outro para subtenentes e sargentos, que servem ainda, de vez em quando, para disputas esportivas e para confraternização de nossas famílias com a sociedade local.

Um Centro Social com granja, horta e outras atividades sociais importantes, ampara o militar do regimento em tôdas as dificuldades que por acaso surgirem bem como em sua vida diária rotineira.

Um serviço de transporte bem organizado, atende os filhos dos militares levando-os às escolas ou ao cinema do quartel, além de fazer o trabalho normal de conduzir, em horas de expediente, os oficiais e praças para a Unidade.

Possui Cruz Alta uma linda Vila Militar, situada na aristocrática Avenida General Osório, ponto central da cidade e dotada já de luz fluorescente e que conta com 13 prédios concluídos e habitados e outros 14 em fase de conclusão, todos eles obedecendo às mais modernas linhas de construção e conforto. Do total dêsses prédios, mais de 55% são destinados aos oficiais designados para servir no 17º RI.

O 17º RI possui um intercâmbio com as principais organizações recreativas e esportivas da cidade, cedendo o seu bem aparelhado Departamento de Educação Física e estádio a competições dessas entidades. Em retribuição, os oficiais do 17º RI e suas famílias utilizam-se do maravilhoso conjunto de piscinas, situado num parque distante apenas 200 metros da Vila Militar.



PATIO DO QUARTEL DO 17º RI, VENDO-SE A FORMATURA REALIZADA POR OCASIAO DA SOLENIDADE DO JURAMENTO A BANDEIRA



Cruz Alta está ligada por linha aérea, diariamente, à Capital do Estado e principais centros do país, tais como São Paulo e Rio com escalas nos Estados de Santa Catarina e Paraná, além de linhas ferroviárias e modernas estradas de rodagem, proporcionando, desta forma, o fácil deslocamento dos militares de sua Guarnição, quer em objeto de serviço, quer em viagens de recreação. Temperatura amena, estações bem definidas, chuvas bem distribuídas durante todo o ano, ventos alíseos de sudeste ou ainda o "Pampeiro", aliados aos seus 500 metros de altitude caracterizam o clima saudável e ameno dêsse quase extremo do planalto meridional. Em alguns anos, não com freqüência, caem as geadas que emprestam à cidade um aspecto original.

O trigo, atualmente sua principal riqueza, deu a Cruz Alta grande projeção no cenário econômico nacional, e é o seu fator de progresso e de desenvolvimento.

Não existe o problema de educação e nem o de assistência-médica e hospitalar. Dispõe a cidade de ótimos colégios, grupos escolares e, além do Hospital Militar, três modernos hospitais com todos os requisitos da técnica, bem como médicos e laboratórios especializados.

O comércio é farto e com as últimas novidades das principais capitais do Brasil. O Reembolsável de Subsistência e o SAPS tornam a vida fácil e em condições mais favoráveis do que os centros das outras regiões do país. Há fartura e abundância de gêneros de primeira necessidade.

Concluindo, podemos dizer que em Cruz Alta encontramos vida calma, relativamente barata, sem problema para educação de nossos filhos, com ótimo clima, vida social acessível, assistência médica e hospitalar e facilidade de transporte e comunicação. Aliado a tudo isto, está uma Unidade de Infantaria modelar, de tradições, e gozando de ótimo conceito no III Exército e na Infantaria — o 17º Regimento de Infantaria, o REGIMENTO DAS MISSÕES.





---

## NISHI ELETRIC LTDA.

TÉCNICA COMERCIAL INDUSTRIAL DE ELETRICIDADE

Escritório e Loja: Rua Sergipe, 1126 — Esq. Ceará — Caixa Postal, 380  
— Fone, 66

Fábrica e Oficina: Rua Ceará, 1077 a 1078 — Fone, 1979

LONDRINA — PARANÁ

---

---

## CASA SÃO JORGE

D E

EDUARDO DE SOUSA MARTINS

FOGOS E IMAGENS — Fábricas próprias — SEÇÕES COMPLETAS

Armas — Munições — Material de Caça — Artigos religiosos

— todos os produtos para lei de Umbanda e Tipografia

AVENIDA RIO-PETRÓPOLIS NS. 1595-1599

DUQUE DE CAXIAS — ESTADO DO RIO

(EM FRENTE AO JARDIM MUNICIPAL)

---

---

## CASA PARANÁ

D E

GOBBI, SEMPRE BOM & CIA. LTDA.

Tecidos em geral — Chapéus — Roupas feitas, etc. — Camisas Bantan  
— Meias Lupo

AVENIDA D. PEDRO II, 166 — CAIXA POSTAL, 182

IBIPORÁ — PARANÁ

---





Coordenador: Eng ADYLTON BRANDÃO F.

## ENERGIA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

SYLVIO FRÓES ABREU

### O PAPEL DO CARVÃO MINERAL

Vou fazer comentários a respeito dêste assunto, que em linhas gerais é muito conhecido, mas vou tecer alguns comentários que nem sempre são lembrados, para mostrar o papel que a energia desempenha no desenvolvimento das nações.

Dentre os assuntos que mais apaixonam as novas gerações de brasileiros destacam-se os que se relacionam com a produção doméstica de combustíveis e minerais atômicos.

Petróleo e minerais fissionáveis como os de urânio e tório tornaram-se materiais explosivos no ambiente de discussão dos problemas nacionais, e passaram a ser tratados quase sempre em atmosfera de alta pressão e muitas vezes até em termos de desconfiança e acusação.

Tem contribuído muito para êsse estado de coisas a ausência dos estudiosos nos conclaves onde êsses problemas são ventilados, porque não é comum nos cientistas e pesquisadores essa combatividade indispensável aos que se lançam à catequese ou à propaganda de qualquer idéia.

Tornou-se, assim, difícil tratar das questões de energia em tom sereno e amistoso diante de um grande auditório, onde geralmente a maioria tem opinião orientada pelos que propagam idéias muitas vezes deformadas por um exagerado sentimento nativista.



Seria inoportuno tratar desses assuntos aqui se não tivesse a certeza de que mesmo diante de pessoas que têm convicções diametralmente opostas, em certos setores do pensamento, poderia externar convicções próprias sem o risco sequer de uma silenciosa agressão mental.

Minha intenção é examinar fatos e comentá-los com predisposição eminentemente construtiva.

A interpretação da riqueza mineral de um país exige o conhecimento dos fatos básicos relativos ao modo de formação das rochas e minerais, as razões de sua distribuição na face da Terra, a comparação da incidência da mineralização concentrada nas diversas regiões do globo e suas implicações com o desenvolvimento cultural dos povos.

Exige fundamentalmente honestidade de propósitos, ao considerar os assuntos, e cuidado especial para evitar as distorções provocadas pelas inclinações pessoais ou pela escravização a linhas de ação doutrinária já pré-estabelecidas.

O tema Riqueza Mineral é compreendido entre nós de duas maneiras: ou sob uma concepção fantasista muito do agrado dos oradores de comícios populares, porque excita os sentimentos patrióticos da massa, ou sob uma forma realista seguida por pequeno grupo de pessoas, constituído principalmente pelos que conhecem o problema mas que não dispõem de ânimo, nem de aptidão, nem de recursos para atrair adeptos ao seu modo de pensar.

A concepção de fundo fantasista, com seus arroubos de entusiasmo mas sem a segurança dos números, que são substituídos por termos superlativos, é justamente aquela que é ensinada nas escolas e que se enraíza tanto na mente dos jovens que se mantém residual, por toda a vida, como um complexo do qual é difícil libertar-se.

As áreas de maior grau de civilização em nossa época apresentam notável coincidência com o elevado grau de utilização das formas nobres de energia, isto é, uso do carvão, do petróleo e da energia elétrica.

Só há desenvolvimento caracterizando civilização avançada quando há grande consumo de energia sob formas nobres.

A energia nuclear é um recém-nascido que atrai a atenção das cerebrações mais destacadas de nossos dias, mas ainda não chegou ao ponto de concorrer economicamente com nenhuma daquelas três fontes mencionadas. Na opinião de alguns isso ocorrerá muito breve, porém, os esforços dos cientistas nos centros de pesquisa tecnológica mais adiantados não lograram ainda colocar a energia nuclear a serviço da indústria, em franca competição com as fontes clássicas.

Através do eficaz aproveitamento da energia é que foi possível desenvolver o uso dos metais e expandir as grandes explorações de tudo quanto é necessário ao progresso do mundo. Mediante o uso generalizado da energia foi permitido ao homem vencer as distâncias, em terra, no mar e depois no ar.



## COMBUSTÍVEIS MODERNOS

Agora estamos no limiar de um novo período, onde estão em foco a utilização da energia do núcleo do átomo, do urânio e os novos combustíveis de alta potência, ainda envoltos em certo segredo, que permitem levar os engenhos de pesquisa a órbitas extraterrenas.

A possibilidade de colocar esses engenhos a grandes distâncias da Terra provém da capacidade de utilizar novos combustíveis de mais alta potência que os nossos já familiares hidrocarbonetos.

Não se sabe bem o que os russos têm empregado nos seus foguetes. Os americanos estão trabalhando muito com objetivos semelhante, desenvolvendo os processos de utilização da energia dos compostos de boro.

O boro que até há alguns anos servia principalmente para preparar água boricada para banhar os olhos e talco boricado para proteger o corpo delicado dos recém-nascidos, hoje em dia está tomando importância enorme por ser um dos combustíveis modernos, de uso ainda muito restrito.

A produção atual provém da Califórnia que fornece cerca de 90% dos compostos de boro em uso na indústria.

Os boratos são extraídos de lagos em zonas desérticas próximo a regiões vulcânicas no oeste dos Estados Unidos. Há também boratos nos desertos do N. do Chile e da Argentina.

Ultimamente, a China descobriu também imensas reservas de boratos nas regiões desérticas do centro da Ásia.

A Rússia já tinha conhecimento, há muito, de quantidades enormes de compostos de boro no Turquestão.

Os compostos de boro e hidrogênio fazem o efeito do petróleo, mas "um petróleo" muito mais potente. Esses derivados são chamados **boranas** e vêm sendo estudados intensivamente nestes últimos tempos.

Hoje há pelo menos três fábricas nos Estados Unidos trabalhando intensamente a serviço da Força Aérea Americana, produzindo combustíveis de boro, que são propulsores de foguetes. Já tentaram experimentar os combustíveis de boro em aviões a jato, mas verificou-se que havia um desgaste enorme da própria turbina, porque enquanto o petróleo queima produzindo gás carbônico e água, que são gases, os compostos de boro produzem água e anidrido bórico, que é material sólido, e este desgasta muito as turbinas.

Em vista do interesse próximo as grandes nações já estão se empenhando na posse das jazidas de boro. Os Estados Unidos têm grandes reservas, a U.R.S.S. possui grandes jazidas e a China acaba de divulgar a descoberta de grandes reservas de boro na Mongólia.



Notem que sem supercombustíveis especiais e sem ligas metálicas, também de propriedades acima dos padrões comuns, capazes de suportar condições de trabalho muito severas, não será possível a exploração dos espaços interplanetários.

A importância recente do boro é mais uma razão para justificar o conceito fundamental desta conferência, — **a importância da energia no desenvolvimento dos povos**. O acesso às fontes nobres de energia tem proporcionado ao Homem mais felicidade e mais conforto material que qualquer outra criação do engenho humano.

Civilização moderna é fruto de energia inanimada posta a serviço da inteligência humana. A produção intelectual, as artes, a saúde, tudo isso é função da acessibilidade a fontes de energia. Preparar o Homem para utilizar cada vez mais energia inanimada é, a nosso entender, uma condição fundamental para o desenvolvimento ainda mais rápido da Civilização.

Examinemos alguns itens essenciais do problema da energia no Brasil, já que somos um país aspirante a uma posição próxima do nível das grandes nações de nossa época. Começaremos por êsses combustíveis resultantes das fases iniciais da evolução da matéria vegetal, como turfa e lignitos.

**TURFAS** — São combustíveis muito modernos que não sofreram incarbonização suficiente para adquirir aquelas propriedades tão apreciadas dos carvões betuminosos e antracitosos.

Turfeiras há muitas em nossas baixadas litorâneas ou nos vales no interior do país, na região planáltica. Todas elas, pela própria constituição íntima, são combustíveis fracos, pelo baixo poder calorífico conseqüente ao fato de não terem tido ainda oportunidade de se libertarem da matéria oxigenada que constituía as plantas que lhes deram origem. Além do mais, sendo carvões ainda em formação, acham-se no ambiente hídrico em que se processam os fenômenos de alteração da matéria vegetal em evolução para carvão mineral.

Turfa, com sua capacidade calorífica semelhante à da lenha, com seu característico enxarcamento de água e sua habitual contaminação de argilas, é um combustível só utilizado onde não há possibilidade de obter outro melhor. É mais usada como portador de matéria orgânica para solos agrícolas deficientes nesse componente ou como cama de gado em estábulos, do que como combustível.

Nos Estados Unidos a maior parte da produção de turfa é destinada a fazer cama de gado estabulado, depois é usada como adubo.

Há muitos anos atrás devotei grande atenção ao estudo das turfás. Procurei conhecer as turfeiras do Brasil, escrevi sobre turfa no início da minha vida profissional quando, por falta de experiência e de conhecimento do meio, ainda acreditava que a turfa pudesse vir a ser uma importante fonte de energia em nosso país.



Tive grande decepção quando indo aos Estados Unidos pela primeira vez, mostrei interesse pela turfa como combustível aos técnicos do **Bureau of Mines**, em Washington. Fiquei desiludido quando verifiquei que turfa naquele país não tinha nenhuma importância como combustível.

Entre nós, o mito da exploração da turfa sempre esteve latente, mas só foi efetivado um aproveitamento em pequena escala na última guerra, em face da carência absoluta de combustíveis, motivada, de um lado, pela dificuldade de receber carvões do sul do país e do estrangeiro; de outro lado, pela temporária fome de combustíveis, em vista do crescimento das atividades no país.

De fato, apesar de ser um combustível tão ordinário, na última guerra usamos dezenas de milhares de toneladas de turfa. A Central do Brasil explorou turfeiras no ramal de São Paulo, usando-as de mistura com carvão nas locomotivas em trabalho. A firma Klabin, que fabrica azulejos nesta cidade, adquiriu turfa e queimou-a pois estávamos numa época em que tudo o que pegasse fogo era considerado combustível industrial.

O fato de não se utilizar turfa no Brasil, em tempos normais, primeiro é consequência da pobreza desse material, segundo já dá uma boa idéia do nosso nível de desenvolvimento. Em países ainda em grande atraso com alta carência de combustíveis bons, a população é levada a usar, em pleno Século XX, como combustível, lenha, fôlhas e gravetos e até mesmo o excremento do gado. Num trabalho recente Jai Kisben mostra que o consumo de combustível nas zonas rurais da Índia se distribui da seguinte maneira:

Em quantidade:

Lenha .....	17,7 milhões de t
Resíduos agrícolas .....	7 milhões de t
Carvão vegetal .....	234 mil toneladas
Excremento de gado .....	62,2 milhões de t

Em percentagem:

Lenha .....	27,7%
Resíduos agrícolas .....	10,9%
Carvão vegetal .....	0,7%
Excremento de vaca (seco ao sol) ....	60,7%
	<hr/> 100,0%

Relativamente ao total do país, tem-se: Lenha, 30 milhões; Excremento de gado, 65,2 milhões de t; Coque, 1 milhão de t; Querosene, 100.000 t; Eletricidade, 149 milhões de kwh.

(No Brasil consumimos 15,076 milhões de kwh em 1958 ou seja 100 vezes mais).



Nessas condições, as fontes de energia em percentagem sobre o total do país, assim se distribuem:

Lenha .....	36,9%
Carvão vegetal .....	1,8
Resíduos agrícolas .....	8,4
Excremento de vaca .....	49,6
Coque .....	2,7
Querosene .....	0,4
Eletricidade .....	0,1
	<hr/>
	100,0%

Na Índia, o consumo de lenha **per capita**, é de 4,4 pés cúbicos ou seja 158 dm<sup>3</sup>, quando entre nós é da ordem de 1 a 1,5 m<sup>3</sup> nas populações rurais ou seja 10 vezes mais. Isso quer dizer que o caboclo brasileiro usa 10 vezes mais lenha que o caboclo indiano, mostrando portanto a relativa fartura de combustível com que vive a população pobre do nosso interior, comparada com a daquele populoso país asiático.

É de supor que aquele que gasta mais lenha na cozinha tenha mais conforto; possivelmente come mais, toma mais café e até usa banho morno, no tempo do frio — fatos que indiscutivelmente constituem índices de desenvolvimento muito significativos.

A turfa pouco representa como combustível na economia mundial; basta ver que para uma produção de 2.000 milhões de t de carvão em 1958, só houve uma produção de 66 milhões de t de turfa. Cerca de 88% (isto é, 58 milhões) foi usado na União Soviética. O consumo mundial de turfa é 30 vezes menor que o do carvão.

A turfa é o combustível das zonas pobres, dos lugares distanciados das bacias carboníferas, e o maior consumidor de turfa como combustível é a União Soviética, nas suas extensas planícies, onde são queimados 58 milhões de toneladas por ano.

Agora mesmo, há pouco, esteve uma comissão do Conselho Nacional de Petróleo na Rússia, e o Dr. Albino de Souza nos informou que o aproveitamento da turfa e outros combustíveis pobres naquele país é muito generalizado, sendo Moscou abastecida com gás e xistos linhitosos. Isso decorre de um planejamento bem feito, de modo a reservar o combustível bom para fins mais nobres, utilizando produtos de baixo valor para misteres menos exigentes.

Os outros produtores de turfa no mundo são muito pouco significativos e o único que passa de 2 milhões de toneladas é a Irlanda. Nos Estados Unidos as 300.000 t consumidas em 1958 destinaram-se ao uso agrícola, e não como combustível. Na Alemanha, que é o país por



excelência para os aproveitamentos de resíduos, foram consumidas naquele ano, 800 mil toneladas de turfa para fins agrícolas, e 648 mil toneladas para combustível.

Aqui no Brasil, nós nos acostumamos sempre, desde o início deste século, a usar carvão Cardiff, o melhor do mundo, com menos de 5% de cinza e poder calorífico superior a 8.000 kg-cal.

Lembro-me que uma das minhas primeiras tarefas, quando ingressei na Estação Experimental de Combustíveis e Minérios do Ministério da Agricultura, era justamente colher amostras do carvão fornecido ao Lóide Brasileiro para verificar se correspondia à especificação, que era de 3% de cinza no máximo e menos de 1% de enxofre.

Hoje, 36 anos depois, não recebemos mais carvões tão puros para queimar em caldeiras. Aqui no Rio de Janeiro até 1924 importava-se quase só o carvão de Cardiff; depois passou-se a importar carvão do Ruhr. Alguns anos depois importávamos carvão do Ruhr com 2 a 4% de cinzas e com 8.100 e 8.200 calorias, melhor que o afamado carvão de Cardiff.

Esses bons carvões vão se acabando e o mundo vai enfrentando maiores dificuldades no abastecimento de combustível. Felizmente a atividade intelectual do Homem é incessante e se vão descobrindo novos compostos ou processos que superam as deficiências. Já vi na minha curta existência o pórtico da era nuclear e começo a conhecer agora outros combustíveis diferentes do carvão e do petróleo.

O progresso é constante e por isso acredito que no futuro os produtos sintéticos venham a ter uma grande importância no mundo, substituindo produtos naturais de uso corrente atualmente.

Alcool sintético já se fabrica e possivelmente virá a fabricar-se açúcar sintético, amido sintético, óleo vegetal sintético, madeira sintética, proteínas sintéticas, etc. Esses produtos indispensáveis ao Homem serão fabricados partindo de algumas substâncias que se acham em abundância na Terra, como o ar, a água e o gás carbônico lançado na atmosfera quando respiramos ou quando queimamos lenha, carvão ou petróleo.

**LINHITOS** — Quanto aos linhitos, que na Europa Central representam substancial fonte de combustível e matéria-prima de produtos químicos, são muito empregados, sobretudo na Alemanha, na Tchecoslováquia e na Rússia. A produção em 1958 foi a seguinte: Alemanha Oriental, 237 milhões; Alemanha Ocidental, 103 milhões; U.R.S.S., 161 milhões; Tchecoslováquia, 57 milhões; Iugoslávia, 21 milhões; Polônia e România, cada qual 8 milhões; Austrália, 13 milhões. Total no mundo: 677 milhões de linhito contra 2.000 milhões de carvão betuminoso, o que dá cerca de três vezes menos que o carvão.

O linhito é pouco melhor que a turfa; ao natural, tem poder calorífico entre 3.000 e 4.500 calorias; sai da mina com 30 a 40% de água



e mesmo depois de sêco tem constituição íntima desfavorável a uma elevada potência calorífica, porque contém alta percentagem de compostos oxigenados.

Como existe em grandes quantidades, aflorante ou quase na superfície do solo, quando pode ser feita uma extratração mecanizada, o custo da caloria permite que êle faça concorrência econômica aos melhores carvões do mundo. Daí seu emprêgo generalizado na Europa. O uso do linhito em gasogênio permite aproveitá-lo com grande eficiência sob forma de gás combustível. Uma pergunta logo se impõe: porque então não exploramos linhitos, quando sabemos que existem jazidas dêsse material no Brasil? Não é por incapacidade nossa, mas por óbices naturais.

Uma das jazidas está localizada em Caçapava, São Paulo, a poucos quilômetros da linha férrea ligando Rio a São Paulo. Foi mesmo construído um ramal unindo a mina ao traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi tentada a sua exploração, com homens dinâmicos à frente, como o Eng. Luiz Betim Paes Leme que em certa época tanto se interessou pela produção de linhito no Brasil. Infelizmente a jazida de Caçapava contém apenas pouco mais de um milhão de toneladas. É um depósito acanhado que não permite instalação mecanizada para grande exploração capaz de produzir barato e ser amortizado convenientemente em longo período.

Por essa razão também nunca se tentou explorar a jazida de linhito da bacia do Ganderela, Minas Gerais, já examinada pelo Professor Gorceix, que a estudou ainda no tempo do Império. Extensões grandes com afloramento de linhitos são mencionadas no interior do Amapá e na parte oriental do Estado do Amazonas; nessas áreas, entretanto, a mata poderá fornecer combustível mais acessível e melhor que os linhitos enterrados nas baixadas enxarcadas ou apenas aflorantes em delgadas camadas nas barrancas de alguns rios. As observações do Eng. Rodrigues Vieira quando fazia estudos para o Serviço Geológico sob a direção de Gonzaga de Campos, não são animadoras.

Êsses linhitos da Amazônia têm se apresentado em camadas delgadas de modo que vale mais a pena derrubar o pau e usar a lenha do que usar o linhito, tão molhado quanto ela.

Mas em nossa época, ou num futuro não muito remoto, não poderemos pensar em utilizar aquêles combustíveis, até agora conhecidos em quantidades relativamente pequenas.

Pelo resto do Brasil afora ainda não se conhece nenhuma jazida de linhito capaz de fornecer anualmente grandes volumes, como as jazidas da Europa.

O linhito extraído pode ser transformado em corrente elétrica na própria bôca da mina e ser transportada a energia a longas distâncias, conduzindo só o que é útil, deixando *in loco* a água que se evapora e os resíduos de cinza que às vêzes são muito grandes.



Isso poderia ser feito nos pontos onde êle existisse, no interior do Brasil, levando energia a futuros centros populacionais prósperos, se tivéssemos linhitos com a abundância com que se apresentam na Europa.

## COMBUSTÍVEL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Carências de fontes valiosas de combustível explicam porque há tanto subdesenvolvimento no interior do Brasil. O anseio do progresso que se revelou neste país, depois da Revolução de 1930 e que nunca atingiu a intensidade que se nota atualmente, em grande parte promovido por medidas do Governo (Código de Minas, pesquisa e exploração de petróleo, plano do carvão, energia elétrica em Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, etc.) se mais recursos minerais houvessem, mais adiantamento já teríamos presenciado.

Com apreensão se verifica que as coisas não se passam como tantos apresentam e que estamos longe de verificar uma abundância de recursos de combustíveis minerais.

O que se conhece de mais imediatamente valorizável já está sendo considerado pelo Governo ou pela iniciativa privada, como por exemplo as diversas jazidas de calcário para cimento, minas de carvão, usinas metalúrgicas, explorações de fosfatos, etc.

O que ainda não foi atacado, no que diz respeito à produção mineral, apresenta óbices de natureza geológica ou tecnológica ou está colocado a distâncias dos centros de consumo que tornam a utilização ainda proibitiva.

O que mais nos falta é potencial energético convenientemente distribuído para corresponder às nossas grandes aspirações de progresso. Um país progride materialmente e até condiciona ambiente para uma sublimação espiritual quando possui fontes de energia e matérias-primas essenciais ao tipo de civilização que estamos presenciando nalguns países.

Sem fontes nobres de energia e matéria-prima não há dialética nem malabarismo mental que facultem um povo progredir como êle deseja.

Sem êsse fundamento de natureza geológica, independente da vontade do homem, sem a concentração de materiais processada nas profundezas da Terra há milhões de anos, através de fenômenos de âmbito telúrico, não é possível atingir o nível de desenvolvimento de certos países que lideram o mundo atual.

Se os Estados Unidos não tivessem abundantes e ricas jazidas de carvão e de petróleo, fosfatos e enxôfre, não teriam o grau de civilização que desfrutam. Para isso concorreu um fator "sorte", obra do acaso. Se os pioneiros tivessem desembarcado numa área sem aquêles minerais, por mais que se esforçassem, o país não teria o



desenvolvimento que hoje se vê. Progrediriam através de trocas, dependendo esforço muscular para obter energia que é a matéria-prima da riqueza, a fonte primária do progresso material. Os Estados Unidos tiveram o privilégio natural dum solo geologicamente favorável às riquezas minerais, com áreas cristalinas bastante mineralizadas, com bacias sedimentares de grande porte e com zonas vulcânicas que, se de um lado proporcionam calamidades indesejáveis (terremotos), em compensação facultam a existência de muitos minerais de valor.

Se o Brasil fôsse um país essencialmente vulcânico, seria mais rico em minerais úteis; se houvesse aqui 80 vulcões como Java acolhe em seu território (Java é do tamanho do Ceará) certamente seríamos mais ricos em minérios. Teríamos freqüentemente o incômodo de um tremor de terra, algumas vezes a calamidade, e a destruição, mas em compensação teríamos também melhores condições materiais de progresso.

A inquietude de muitos e o sacrifício de alguns seria a preço do progresso e da felicidade dos que não fôssem atingidos pela desgraça.

O Brasil sem vulcões ativos representa segurança e estabilidade para o seu povo, mas devemos lembrar que o prêmio da segurança é essa relativa pobreza de certos fatores de progresso.

É evidente que a suprema aspiração do Homem não deve estar limitada à conquista da energia e das matérias-primas; na verdade, não são condições suficientes por si sós, mas são indispensáveis para a realização dos requintes de civilização que êle criou através dum longo período de evolução. Os combustíveis e as matérias-primas representam, contudo, o fundamento material que permite à imaginação do homem elaborar as maravilhas da civilização.

Não há doutrina política ou filosófica que faça uma criatura em nossa época viver dignamente e feliz sem carvão e sem petróleo, sem eletricidade, sem sal e sem calcário. Isso para citar só aqueles itens sem os quais não pode haver o conforto, a segurança, a higiene e outros elementos indispensáveis ao condicionamento dum ambiente favorável ao desabrochar das manifestações espirituais do Homem.

Tomemos, por exemplo, o caso dos Estados Unidos que hoje lideram o mundo no campo industrial. Ali, em 1958, foi produzido um total de 16.526 milhões de dólares de produtos minerais, sendo 11.588 milhões de combustíveis, 3.341 milhões de não metálicos (calcário, sal, fosfatos, etc.), 1957 milhões de metais.

Em proporção centesimal, temos 70% de combustíveis, 20% de minerais não metálicos e 10% de minerais metálicos e metais. O metal representa relativamente pouco em comparação ao mineral energético, o que já basta para documentar de maneira insofismável a importância do uso da energia, de origem mineral.



## ENERGIA MUSCULAR

Cedo, muito cedo, o homem percebeu isso e procurou utilizar o trabalho dos animais (a rena, o boi e o cavalo), depois passou a escravizar os seus semelhantes para se aproveitar da sua energia e tem sido difícil abandonar definitivamente esse mau hábito, pois o trabalho escravo ainda existe nos lugares mais ermos da Terra. Vemos ainda hoje nações que se dizem libertadas dos resquícios de barbaria, impedirem a constituição de novos Estados independentes, ou deflagrarem lutar por causa dessa matéria inanimada que tanto ajuda a fazer o esplendor do mundo moderno.

No ponto a que o mundo já chegou, já não compensa escravizar homens, nem mesmo escravizar animais, porque eles não podem dar o rendimento capaz de satisfazer ao característico ritmo de velocidade do mundo moderno.

Na Idade Média um certo número de escravos bastaria a um grande senhor, mas na atualidade, com o trabalho muscular de homens, cavalos e bois não seria possível realizar uma grande obra porque a potência exigida, isto é, o trabalho por unidade de tempo, está em outra escala muito diferente daquela da Idade Média ou mesmo de há um século atrás.

Assim como o Século XVIII e até o meado do Século XIX marcaram a época da escravização humana na África pelos povos mais poderosos, o nosso século iniciou o período da emancipação da dependência do trabalho escravo que foi sendo substituído pelo trabalho das máquinas com energia inanimada.

Tomemos, por exemplo, um serviço numa indústria, qual seja o de moer certo material duro até reduzi-lo a pó finíssimo. Para realizar esse trabalho, num determinado tempo estabelecido previamente como o desejável, é preciso, digamos, a potência de um cavalo-vapor, correspondente ao trabalho de transportar o material do depósito ao britador, o esforço para a moagem e o esforço para o peneiramento, a fim de obter-se o produto com as características desejadas. Para conseguir esse serviço tem-se a opção entre colocar 10 homens quebrando o material de marreta e peneirando-o à mão, ou utilizar-se o trabalho fornecido por um motor elétrico ou a gasolina, de um cavalo, porque a potência mecânica do homem é considerada equivalente a um décimo de cavalo. Como se vê, o homem vale muito pouco como animal de trabalho.

No caso de fazer aquele trabalho, com a força do homem, teremos riscos muito maiores do que usando um motor. Teríamos o inconveniente de algum empregado faltar ao serviço, fazendo baixar a produção; o de algum operário ferir-se e ter de ser amparado, de acordo com a lei; o de fazer sabotagem contra o patrão diminuindo tacitamente o rendimento, etc. No caso do motor, todos os obstáculos de origem psíquica e intencional são eliminados; os riscos se reduzem aos



acidentes naturais de partida de um eixo, ruptura de uma correia de transmissão, etc., que são previsíveis e em certo grau evitáveis e que são menos freqüentes que os embarços intencionais do mau operário.

Essa superioridade do trabalho de origem inanimada sobre o trabalho de fonte muscular que sofre a influência do estado d'alma do trabalhador, é evidente, e foi a compreensão desse fato que levou os homens a partir do começo do século passado, a dar preferência ao uso da máquina. A Revolução Industrial provocada pela máquina a vapor estimulou o uso da energia mecânica em substituição à muscular, concepção essa que os norte-americanos, mais tarde, tanto admiraram, que se traduziu no conhecido "slogan": não se manda um homem fazer o que pode ser feito por uma máquina.

Outra grande vantagem da energia de origem mineral é que ela é muito mais barata do que a de origem animal, quer de animais domésticos, quer de homens "domesticados" para o trabalho. Além disso, ela pode ser facilmente ampliada muitas vezes, o que não é fácil com as outras de uso primitivo.

Um agricultor mecanizado, na época da colheita, pode colocar quantas máquinas precisar na sua lavoura a fim de atender à intensa demanda de trabalho num curto período.

Já um outro que trabalha com homens ou com bois, não encontra a mesma facilidade para aumentar a intensidade do trabalho. Nessas condições, em áreas iguais, utilizando uma mesma qualidade de solo, um deles é capaz de produzir excesso sobre as necessidades normais, enquanto o outro se depara com carência de produção, às vezes mesmo para atender à própria manutenção da fazenda.

Essa capacidade de concentração de esforço que se obtém rapidamente, substituindo um motor de 10 cavalos por um de 100, é incomparavelmente mais fácil que passar de 100 operários para 1.000, com suas carteiras profissionais, suas cartas de recomendação de políticos prestigiosos, suas manhas habituais, etc. Essa emancipação dos vícios intencionais constitui também uma das razões do prestígio de que goza a energia de origem mineral.

Ainda neste ano o Dr. Albert Parker, antigo diretor do Fuel Research, na Inglaterra, nas suas conferências sobre "Indústrias de Combustíveis, Força e a Prosperidade Nacional", salientou que a prosperidade e a produtividade da Grã-Bretanha dependem da disponibilidade de força e combustível para assistir e substituir o trabalho manual.

Examinando o quadro das reservas mundiais de carvão, ele mostrou que 1/3 está nos Estados Unidos, 1/4 da U.R.S.S., quase 1/4 na China, ficando 1/5 para o resto do mundo.

O Dr. Parker salientou o grave problema de fornecer energia a uma humanidade em crescimento rápido.



Um fato muito em evidência é o de ser a China um recém-chegado nas estatísticas mundiais de carvão; esse país produziu em 1958, 270 milhões de toneladas de carvão, e a meta para 1959 era de 335 milhões. Note-se que produções mais elevadas são apenas a da União Soviética (547 milhões) e a dos Estados Unidos (432 milhões). A Grã-Bretanha vem produzindo 242 milhões, a Alemanha Ocidental 250 milhões e a Alemanha Oriental 240 milhões (principalmente linhito).

Os escravos mecânicos mantêm-se com comida mais barata (petróleo, carvão e gás natural) e necessitam de menos atenções que os homens e os animais, diz o conhecido economista Eric Zimermann. Quanto ao preço do trabalho executado nos Estados Unidos, calculava-se, há poucos anos, o preço do cavalo-hora de várias origens, nas seguintes bases:

	Em cruzeiros com dólar a Cr\$ 180,00		Em dólares
Cavalo-hora de origem elétrica.....	Cr\$	7,20	(\$ 0,04)
Cavalo-hora animal (de cavalo) ....	Cr\$	135,00	(\$ 0,75)
Cavalo-hora humano .....	Cr\$	1.800,00	(\$ 10,00)

(Isso considerando um trabalhador forte (*hard worker*); para um preguiçoso considera a \$20.00 por HP/hora).

Verifica-se assim que como "animal de trabalho" o homem vale muito pouco; seu destino, todos nós estamos de acordo, não é fazer concorrência aos motores. Ele tem neste mundo missões muito mais nobres, e entré elas uma que eu desejo salientar nesta palestra — a de examinar as condições da terra em que habita para dela tirar o maior proveito em benefício de seus semelhantes.

A mudança do tipo de energia, da primitiva origem no esforço muscular para a atual, baseada no uso dos combustíveis minerais, foi tão influente que modificou radicalmente o padrão de vida da humanidade — introduzindo um novo sentido na vida material de influência maior que todas as outras influências.

O uso da energia inanimada permitiu a criação de novos produtos fabricados pelo homem (sínteses), facultou a transformação de produtos naturais, com maior eficiência para se tornarem úteis (madeira, minérios, etc.), facultou a produção dos gêneros essenciais a preço baixo, através da mecanização da agricultura, tornando as matérias mais necessárias à vida acessíveis a maior número de pessoas e, finalmente, promoveu uma maior aproximação entre os homens, mediante as comunicações freqüentes e rápidas através dos continentes, dos oceanos, da atmosfera.

O que impulsionou a civilização material no século passado foi a hulha e logo um padrão de vida mais elevado se instalou nas áreas servidas pelo rei-carvão. Os casos de nível elevado de industrialização prescindindo do carvão são exceções em escala pequena, na Suécia e



na Suíça, traduzindo uma grande capacidade de superar obstáculos e um elevado nível cultural de certas comunidades de tamanho reduzido.

Neste século, o petróleo começou a fazer grande concorrência ao carvão, competiu com êle em muitos campos como na produção de vapor nas fábricas, na locomoção a Diesel, na navegação marítima a **fuel-oil**. Em muitos casos satisfaz a necessidade a que o carvão não poderia atender ou só poderia fazê-lo através de processos onerosos, como é o caso do combustível para motores a explosão, obtido facilmente do petróleo e ainda só a preços elevados partindo do carvão.

### AS FONTES DE ENERGIA NOS ESTADOS UNIDOS

Examinemos este quadro onde se revela o uso das diversas fontes de energia nos Estados Unidos, o que representa um exemplo típico do mundo civilizado, apenas um pouco diferente do padrão europeu, pela predominância do uso do petróleo e do gás natural.

Analisar as percentagens no começo do século e em nossos dias.

A fig. 1 representa a evolução do consumo de energia naquele país, sempre numa tendência para o crescimento. O consumo de carvão desde 1915 se mantém oscilando em torno dum mesmo nível e nessas condições a proporção em relação ao total vem baixando. Quanto ao antracito, que atingiu a um máximo entre 1925 e 1930, desde 1945 está em declínio.

O petróleo sempre se manteve em ascendência, mostrando só um ligeiro declínio recentemente. O gás natural também vem mostrando uma ascendência impressionante. A eletricidade vem crescendo num ritmo pequeno, de modo que em relação à energia total consumida a proporção da eletricidade no total fica mais ou menos constante, como se pode verificar na figura 2.

A figura n. 2 representa a evolução de consumo da energia mineral nos Estados Unidos desde 1900 até 1958, representando a proporção centesimal. O carvão e o betuminoso antracito, de 1900 até 1920, representavam mais de 80% da produção de energia nos Estados Unidos. De 1920 essa posição foi caindo; o carvão e o antracito em 1955 representavam apenas 33% do total. O antracito, que no começo do século representava quase 20%, hoje ocupa um papel muito secundário. O petróleo, que representava cerca de 5% do total em 1900, foi crescendo cada vez mais, e hoje representa mais de 35% do total. O gás natural que acompanha o petróleo representava uma insignificância em 1900; vem crescendo e hoje representa mais de 25% da energia produzida nos Estados Unidos.

### O CASO BRASILEIRO

Se as bases do desenvolvimento industrial duma nação repousam no uso do carvão e do petróleo o Brasil precisa concentrar esforços especiais visando a essas duas metas.



Não tem faltado interesse por esses dois grandes problemas. Desde o Império houve preocupação em conhecer-se e explorar-se o carvão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Depois de muitos anos de estudos esparsos e descontinuados, em Santa Catarina, ainda se tinha um conhecimento muito imperfeito da região carbonífera. Verificando a falta de elementos necessários a uma interpretação perfeita do problema, a Cia.<sup>a</sup> Siderúrgica Nacional realizou em Santa Catarina uma prospeção geral que permitiu um melhor conhecimento do assunto. Depois disso, o DNPM designou, para fazer estudos na região, o geólogo Dr. Hanfritt Putzer, o que permitiu o aparecimento de um trabalho em 1952 que define bem a situação do carvão naquele Estado.

O grande trabalho de planejamento e amparo da exploração carbonífera foi projetado pelo Eng. Mário da Silva Pinto, dando ensejo à criação da Comissão do Plano do Carvão, entregue à competência e zelo do General Pinto da Veiga até bem pouco tempo.

Muito esforço tem sido despendido para melhorar a produção do nosso carvão, mas todos se defrontam com condições naturais muito adversas.

A própria natureza do combustível em algumas áreas, a incidência de elevado teor de cinzas e de enxôfre sob a forma de piritas, cria problemas de solução difícil. Além disso, a subdivisão do material em camadas delgadas, exigindo uma cuidadosa extração seletiva, dificultando muito a mecanização e, finalmente, a localização do combustível longe das principais áreas de consumo, são óbices tão grandes que desanimariam qualquer empresa que explora carvão nos Estados ou na Europa.

A produção de carvão no Brasil é uma notável demonstração de perseverança e coragem.

Nossos produtores de carvão que enfrentam toda sorte de dificuldades no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devem estar convictos de que realizam uma obra de patriotismo, um serviço à causa do país, mais do que um negócio para alcançar uma atrativa remuneração de capital. A produção de carvão, como fonte de energia e, sobretudo, como fundamento de uma siderurgia em grande parte assentada em recursos domésticos, na verdade, é mais um serviço de utilidade pública do que uma modalidade de trabalho de remuneração atraente.

O Brasil foi mal aquinhado com relação a jazidas de carvão, e para nos convenceremos disso, basta olhar a superposição das áreas da Europa e do Brasil.

Verifica-se que a incidência de bacias carboníferas no trecho da face da Terra que corresponde ao que se convencionou chamar Europa, é muito maior do que na parte denominada Brasil. As manchas em preto são as bacias carboníferas européias, com exceção das do Donetz, de Tula e dos Urais, que não figuram ali por se colocarem fora dos limites do Brasil. Os círculos são as bacias brasileiras, de importância econômica (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo).



O conhecimento atual da geologia econômica do mundo revela que no hemisfério Norte formou-se muito mais carvão que no hemisfério Sul, mesmo levando-se em conta que naquele hemisfério há maior porção de terras emersas.

Ficaremos limitados hoje a essas considerações em torno do carvão, deixando para outra oportunidade comentários sobre a influência do petróleo no mundo atual.

A meu ver, é na deficiência das fontes de energia adequadamente espalhadas que se encontra a razão da maior parte das dificuldades do nosso país. Para atingir a um elevado grau de progresso é indispensável mecanização intensiva, reservando o Homem para as tarefas mais nobres. Não é mais concebível em nossa época, abrir estradas com pás e picaretas, impulsionadas por combustível alimentar, (carne a Cr\$ 120,00 o quilo; feijão a Cr\$ 50,00 e banha a mais de Cr\$ 100,00). Não podemos querer padrões de civilização industrial usando métodos de trabalho da Idade Média.

Diante das dificuldades de usar a energia mineral em nosso país, estamos seguindo o caminho que se impõe: procurando tirar proveito e partido do relevo e do clima, captando as águas que descem dos planaltos naquela cega obediência à lei da gravidade. O grande surto da moderna captação de energia hidrelétrica começou com as obras da Light em São Paulo, dando caminho mais curto às águas do planalto de Piratininga, lançando-as serra abaixo.

Depois, a grande obra de Paulo Afonso, que por ser pouco rendosa, nunca interessou a empresa particular e que realizada pelo Estado, dentro dos melhores padrões de administração, foi o sucesso que hoje ninguém nega. Neste Governo, as obras de Furnas e Três Marias; além de várias outras de menor vulto, contribuirão para dar melhores condições de progredir aos brasileiros de amanhã. Diante da escassez de petróleo e de carvão de qualidade superior, em nosso território, a única atitude recomendável, enquanto continuam as pesquisas do subsolo, não resta dúvida que é o recurso da eletrificação de fonte hidráulica.

Lembremo-nos, entretanto, que não obstante todas as suas vantagens, a eletrificação não é a solução clássica do problema da energia no mundo industrial como se percebe pelos quadros apontados.

Enquanto a proporção do uso do carvão, que vinha declinando, está sendo agora revigorada pela produção da China, e o uso do petróleo e do gás natural crescem notavelmente, a proporção do uso da energia hidrelétrica mantém-se quase constante. Se não chegarmos a descobrir combustíveis minerais nessas extensas regiões, ainda inexploradas, do centro do Brasil e da Amazônia, a eletrificação intensiva será a melhor solução para o problema da energia no Brasil.

A esperança de encontrar carvão na Amazônia foi alimentada por Gonzaga de Campos durante muitos anos. Ele próprio mourejou longos meses pelos igarapés do Inferno Verde, examinando afloramentos de rochas nas barrancas dos rios, tentando descobrir qualquer indício de camada de carvão nos extratos de idade carbonífera, já comprovada



pelos fósseis examinados no tempo do Império por Hartt e Orville Derby. Quando diretor do Serviço Geológico, Gonzaga de Campos determinou o início das sondagens em busca de carvão de pedra na Amazônia, lutando contra o desinteresse geral e a falta de compreensão do problema pelos homens de governo daquela época.

O resultado das sondagens da Amazônia, na era de 1920, fez mudar o sentido das pesquisas, porque as camadas atravessadas não revelaram uma facies propícia à formação de jazidas carboníferas, antes, sugeriam um meio mais adequado à geração do petróleo.

O programa de sondagens, então sob a direção de Euzébio de Oliveira, foi calcado na busca do petróleo, limitando-se às tímidas perfurações nas bordas da bacia, porque as sondas, de que dispúnhamos naquela época, com capacidade para apenas 600 m, não poderiam enfrentar as prováveis espessuras da parte central da bacia. As pesquisas mais arrojadas da atualidade, cortando toda a seção sedimentar que atinge a 4.000 m nalguns pontos, revelando a situação marinha do carbonífero amazônico com longas épocas da deposição de sal, não se mostrou favorável ao encontro de jazidas de carvão.

A geologia do Piauí, no seu aspecto de possibilidade de carvão, estudada por Arrojado Lisboa, Moraes Rêgo, Glycon de Paiva e mais modernamente por Wilhelma Kegerl, continua carecendo o complemento de sondagens em número adequado.

O problema, por deficiência de recursos, não tem sido atacado com a intensidade desejável.

As sondagens da Petrobrás no Maranhão atravessaram terrenos de idade permiana e carbonífera sem chegarem a revelar bacias de carvão. Somente uma sondagem indicou fraco horizonte de linhito, a mais de 300 m de profundidade, achado que não chega a ter expressão econômica, pela natureza do material e pela posição.

Indícios de carvão antracitoso têm sido mencionado na bacia do Araguaia e no Rio Fresco, afluente do Xingu. Os ligeiros reconhecimentos até agora feitos só têm revelado camadas milimétricas de carvão na bacia do Araguaia e amostras de quilogramas de antracito de má qualidade na zona do Rio Fresco. O pequeno resultado das pesquisas até agora feitas, consequência das dificuldades resultantes do isolamento da região, não permitem ainda um pronunciamento seguro acerca das possibilidades de carvão nas grandes extensões desconhecidas, entre o norte de Goiás e o sudoeste do Pará. É possível que as pesquisas minerais nessas imensas áreas do centro do país, totalmente desconhecidas, tomem agora incremento com a mudança da Capital pois se terá ali uma base de operações mais próxima dessa imensa incógnita geológica do nosso território.

Tôdas essas dificuldades levam-nos a ter uma produção de carvão muito limitada para um país do porte do Brasil e com pretensões industriais tão arrojadas.



Com o grande esforço dos produtos de carvão que nunca devemos deixar de ressaltar, nossa produção tem se mantido em torno de dois milhões de toneladas.

Ano	Produção Nacional	Importação	Consumo
1955 .....	2.268.305	1.119.577	3.387.882
1956 .....	2.234.059	883.291	3.117.350
1957 .....	2.073.400	886.071	2.959.471
1958 .....	2.239.767	757.259	2.997.026

A Companhia Siderúrgica Nacional depende ainda de quase meio milhão de toneladas anualmente de carvão metalúrgico que compramos aos Estados Unidos, e a produção de gás no Rio e São Paulo depende de mais de 300.000 toneladas de carvão de gás (tipo especial de alta matéria volátil). O uso do carvão estrangeiro está restrito quase somente à produção de coque e de gás combustível de uso doméstico.

O consumo portanto é da ordem de 3 milhões de toneladas. Nota-se que está aproximadamente estacionário o consumo de carvão mineral no país. Se de um lado cresce o consumo no âmbito siderúrgico, em contraposição decresce o consumo nas estradas de ferro e navegação marítima.

O acréscimo de energia que proporciona o grande desenvolvimento do país em todos os setores relacionados com a vida material, faz-se principalmente à custa do petróleo, quer do produzido na Bahia 18.922.000 bls em 1958 = 2.700.000 toneladas (quase o consumo do carvão em 1958), quer o de importação para o refino no país (4.840.117 toneladas — 1958) e ainda os produtos acabados, que ainda se importam 964.800 toneladas de gasolina, 391.487 toneladas de querosene e 3.005.595 fuel-oil — em 1958. Em 1958 o consumo nacional de petróleo foi de cerca de 12 milhões de toneladas enquanto o de carvão foi de 3 milhões.

O Brasil revela uma acentuada tendência para um padrão de desenvolvimento baseado no petróleo, procurando ao mesmo tempo suprir-se de energia hidrelétrica, tirando partido de condições naturais favoráveis, que tanto auxiliam o desenvolvimento na Escandinávia, no Canadá e na Suíça.

Terminando este estudo em que procuramos mostrar a importância da energia originada dos combustíveis minerais, precisamos frisar, só a energia não é o bastante para estabelecer um padrão elevado de civilização. Não é suficiente, mas é necessária, sem ela, é difícil o Progresso, com ela, tem o Homem as condições para permitir uma vida orientada pelas elevadas criações do espírito.

Embora proclamando a grande importância que o carvão ainda desfruta no mundo moderno, reconhecemos que nem só de carvão e petróleo vive o Homem. Para a felicidade do Homem é indispensável também o idealismo, a fé, o amor aos semelhantes e outros "combustíveis imateriais" para alimentar esse motor tão possante e tão "sui generis" que é a alma humana.



## II — ENERGIA ELÉTRICA

### I — USINA DE URUBUPUNGÁ

Durante a VIII Conferência de Governadores da Bacia Paraná — Uruguai, realizada há dias em Brasília, foram dados passos decisivos para o início da construção das obras da grande usina hidrelétrica de Urubupungá, no Alto Rio Paraná, entre São Paulo e Mato Grosso.

O principal obstáculo ao empreendimento era uma formalidade que injustificavelmente não se cumpria, apesar de já datar de alguns anos o decreto federal de concessão de exploração do referido potencial hidrelétrico, de estarem concluídos os projetos sobre as fases iniciais e de o Governo de São Paulo, sozinho, se dispor a aplicar o total dos recursos de imediato, necessários ao começo dos trabalhos. Até a escritura de constituição e os estatutos da "Centrais Elétricas" de Urubupungá S. A. (Celusa) já estavam minutados e prontos para serem assinados.

O referido obstáculo consiste no seguinte: pelo § 3º do art. 1º do Decreto n. 38.649, de 25-I-956, revalidado pelo de n. 41.602, de 29-V-957, o Governo Federal concedeu a São Paulo a exploração do potencial hidrelétrico de Urubupungá, desde que se constituísse uma sociedade de economia mista com a participação dos outros seis Estados da bacia Paraná — Uruguai: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ressalte-se que essa participação pode ser apenas simbólica, para efeito exclusivo de cumprimento da exigência do decreto de concessão. Isso porque o Governo do Estado de São Paulo já está autorizado pela Assembléia Legislativa a subscrever ainda neste ano até 250 milhões cruzeiros do capital da "Celusa", ou seja, até mesmo o total do capital inicial previsto para a empresa. E para os exercícios de 1961 e 1962 já então previstos



no Plano de Ação outros créditos no montante de 1,75 bilhão. Portanto, praticamente não se necessita de contribuição ponderável dos demais Estados para levantamento do capital necessário à empresa.

Tanto isso é verdade que Goiás, interessado direto, mas de possibilidades financeiras limitadas, depositou já na Tesouraria da CIBPU os 500 mil cruzeiros correspondentes à sua participação simbólica. Mato Grosso, por seu turno, já obteve autorização legislativa para subscrever até 12 milhões do capital da empresa. Finalmente, o Governo do Paraná já enviou à Assembléia Legislativa pedido de autorização para uma subscrição de 50 milhões. No entanto, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por não terem interesse propriamente direto em Urubupungá, não haviam tomado nenhuma providência para formalizar sua participação (ainda que simbólica) na empresa que deverá encarregar-se da construção da grande usina hidrelétrica.

Para acelerar o cumprimento de tal formalidade e assim tornar possível o início efetivo dos trabalhos relativos a Urubupungá, gestões foram promovidas durante a reunião dos governadores em Brasília e concordou-se em que tais Estados envidarão esforços para que, dentro do prazo máximo de três meses, procurem formalizar sua participação, principalmente providenciando a necessária autorização legislativa.

A urgência do empreendimento prende-se ao fato de calcular-se que, se por volta de 1965 não se puder contar com os suprimentos iniciais de Urubupungá, deverá ocorrer uma crise de energia elétrica na região Centro — Sul do País, visto que a demanda prevista para então já não estará sendo plenamente atendida pela produção de Furnas, da ampliação de Peixoto, das usinas do plano paulista de eletrificação, etc.

O projeto de Urubupungá está dividido em duas partes: a de Jupia, pouco acima da ponte da E.F. Noroeste, e a da Ilha Solteira, mais ao norte. Os estudos relativos a esta última, estão em fase de conclusão, esperando-se que permitam instalar uma potência de mais de 1.500.000 KW, ao passo que os relativos a Jupia já estão prontos e indicam uma potência geradora de 1.258.000. Urubupungá, assim, ao todo poderia fornecer cerca de 2.800.000 a 2.900.000 KW.

## 2 — ELETRIFICAÇÃO DO NORDESTE

No Nordeste assume posição de especial relêvo a atuação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.



Tendo iniciado a sua produção no ano de 1955, possui essa Companhia, atualmente, 200.000 KW de potência instalada, sendo que 180.000 KW (três unidades de 60.000 KW cada uma) provenientes do aproveitamento hidrelétrico de Paulo Afonso e 20.000 KW referentes à Usina Termelétrica de Cotegipe, no Estado da Bahia, que utiliza gás natural do Campo de Aratu. A zona de concessão que lhe foi atribuída, inicialmente, é bastante ampla, pois é constituída da área delimitada, de um lado, por um arco de circunferência de 450 quilômetros de raio cujo centro se encontra em Paulo Afonso e de outro, pela linha do litoral compreendida pelo mesmo arco. Ela abrange 347 municípios de oito Estados da Federação e abriga uma população de cêrca de 15.000.000 habitantes.

São Apresentados, a seguir, os valores das potências máximas solicitadas e de produção da Usina de Paulo Afonso, ocorridas nos anos que vão indicados:

A N O	Potência máxima KW	Produção de energia Milhões de KWh
1955 .....	69.000	226
1956 .....	91.000	340
1957 .....	118.000	444
1958 .....	144.000	585
1959 .....	168.000	726
1960 (*) .....	172.000	259

(\*) Quatro primeiros meses.

Entre os principais centros consumidores que já estão sendo atendidos pela Companhia, podemos citar as seguintes cidades: Recife, Salvador, Aracaju, Maceió, João Pessoa, Campina Grande, Garanhuns, Caruaru, Pesqueira e outras.

A economia líquida de divisas no valor de US\$ 19 milhões proporcionada ao País pela CHESF, nos cinco primeiros anos de operação, com a retirada de serviço de várias unidades termelétricas que operavam



na sua zona de ação e que consumiam combustível importado, dado que aqueles que delas recorriam passaram a se utilizar de energia hidrelétrica, constitui fato da maior relevância, pois realça os resultados já obtidos pelo empreendimento realizado com bases em Paulo Afonso.

A CHESF está executando, desde 1956, um programa de expansão que, em linhas gerais, compreende o seguinte:

- a) construção de uma segunda casa de máquinas subterrânea que poderá abrigar seis unidades de 65.000 KW cada uma, e instalação de apenas duas máquinas, nessa etapa;
- b) construção de uma segunda linha de transmissão de 22 KV de Paulo Afonso para Recife;
- c) ampliação adequada da capacidade das subestações primárias;
- d) expansão do Sistema Secundário de Transmissão.

Os investimentos originais da CHESF, adicionados ao custo estimado do programa de expansão, em curso, perfazem o total de aproximadamente 6,6 bilhões de cruzeiros, incluindo dois empréstimos de US\$ 15 milhões, cada um, feitos pelo BIRD em 1950, o primeiro, e pelo "Eximbank of Washington" em 1957, o segundo.

Paralelamente ao plano de expansão acima delineado, a CHESF, em cooperação com o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), sucedido, desde princípios de 1960, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), elaborou, em abril de 1959, o Plano de Eletrificação do Nordeste, cujo objetivo é o de proporcionar maiores recursos para levar, dentro de um mais curto espaço de tempo, a energia elétrica gerada na Usina de Paulo Afonso e a produzida nas futuras usinas que vierem a ser instaladas pela CHESF, ao longo do São Francisco, a todas as regiões que possam ser economicamente supridas com essa energia, mesmo aquelas que estejam situadas além da área originalmente delimitada para a CHESF e anteriormente definida.

Os aspectos principais da situação a ser desfrutada pela CHESF com a execução do Plano de Eletrificação do Nordeste são:

Capacidade geradora, em quilowatts:

Instalada:

Usina de Cotegipe (Bahia) .....	20.000	
1ª casa de máquinas (3 unidades de 60.000 KW) .....	180.000	200.000 KW



## Em montagem:

2ª casa de máquinas (2 unidades de 65.000 KW) .....	130.000	130.000 KW
---	---------	------------

## Prevista no Plano:

2ª casa de máquinas (4 unidades de 65.000 KW) .....	260.000	
3ª casa de máquinas (4 unidades de 105.000 KW) .....	105.000	365.000 KW
		<hr/>
		695.000 KW

## Linhas de transmissão, em quilômetros:

Em serviço .....	2.500	
Em construção .....	800	
Previstas no Plano .....	7.500	10.800 KM

## Subestações abaixadoras, em quilowatts-ampère:

Em serviço .....	230.000	
Em construção ou ampliação .....	400.000	
Previstas no Plano .....	580.000	1.810.000 KVA

## Redes de distribuição, instaladas em cidades:

Previstas no Plano .....	162 cidades
--------------------------	-------------

A execução do Plano de Eletrificação do Nordeste exigirá investimentos da ordem de Cr\$ 18 bilhões e mais o correspondente a US\$ 43 milhões, sem incluir a parte referente ao Plano de Expansão da CHESF em execução, conforme o Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, preparado pela SUDENE e que acaba de ser apresentado ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República.



As disponibilidades energéticas da Cachoeira de Paulo Afonso que serão atingidas com a regularização do Rio São Francisco, como decorrência da construção da Barragem de Três Marias, no Estado de Minas Gerais, permitirão a instalação pela CHESF de aproximadamente ..... 1.500.000 KW, na Usina de Paulo Afonso, correspondendo a esta potência a produção de cerca de 10 bilhões de quilowatts-hora, fato esse que, por si só, assegura um êxito marcante na obtenção dos resultados esperados com a execução do Plano de Eletrificação do Nordeste.

No entanto, como algumas áreas dessa região, apesar de incluídas na Operação Nordeste, não poderão ser alcançadas pela energia elétrica produzida em Paulo Afonso, faremos aqui uma breve referência as iniciativas para eletrificação dessas áreas.

Os Estados do Maranhão e do Piauí estão merecendo as atenções da SUDENE no sentido de serem modernizados os serviços de eletricidade nas suas capitais e nas principais cidades, considerando que não são satisfatórios os existentes. O Plano Diretor da SUDENE, recentemente encaminhado ao Congresso, prevê verbas globais de Cr\$ 1.500 milhões e Cr\$ 1.000 milhões, respectivamente para investimentos em serviços de energia elétrica nos Estados do Maranhão e do Piauí, em planos ainda por organizar.

Os Serviços de Luz e Fôrça de Fortaleza (SER VILUZ) cuidaram de reformar parcialmente a rede de distribuição da capital cearense e de instalar moderna usina termolétrica em Mucuripe de 12.500 KW (5.000 + + 7.500 KW) que já se encontra, há algum tempo, em operação. Atualmente, porém, a situação é muito precária, havendo freqüentes racionamentos no consumo de eletricidade. Está prevista a chegada a Fortaleza da energia de Paulo Afonso em 1964. Até lá, a situação será atendida pela ampliação da capacidade geradora, com a instalação de algumas unidades diesel-elétricas ( x 1.400 KW), em processo de compra, e mais uma caldeira na atual usina de Mucuripe, a ser instalada até setembro de 1960. Ao mesmo tempo completar-se-á a remodelação da rede de distribuição na cidade. A CHESF passou a administrar, a partir de maio de 1960, o SER VILUZ, o qual será futuramente transformado em uma sociedade de economia mista, controlada pela CHESF.

A parte Sul do Estado da Bahia, que também não poderá ser economicamente suprida por Paulo Afonso, deverá ser atendida em grande parte pela usina de Cachoeira do Funil, sobre o Rio das Contas, em construção, devendo ficar concluída em 1961. Essa região, de grandes possibilidades econômicas, é muito mal servida presentemente de energia



elétrica. Deverá experimentar, pois, um impulso decisivo com a entrada em serviço da nova usina, que disporá, na primeira etapa, de duas unidades de 10.000 KW cada uma.

O Plano Diretor da SUDENE, recentemente submetido à apreciação do Congresso, prevê uma dotação de Cr\$ 2,5 bilhões para a execução do programa de eletrificação no Estado da Bahia, em regiões não abrangidas pela área de concessão da CHESF.

### 3 — TERMELÉTRICA PIRATININGA

Foi inaugurado em junho do corrente ano, pela "São Paulo Light", o terceiro gerador da Usina Termelétrica Piratininga, com a capacidade de 125.000 KW.

O grande desenvolvimento industrial que se verificou em São Paulo logo após a última Guerra Mundial, determinando notável incremento do consumo de eletricidade na região e a estiagem invulgar e de grandes proporções que ocorreu no triênio 52-53-54, evidenciou a conveniência técnica da construção pela "São Paulo Light" de uma usina térmica, atendendo, aliás, às determinações do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, contidas nas Resoluções ns. 561, de 27-I-950 e 646, de 22-II-951.

Assim é que, em novembro de 1954, era inaugurada a primeira etapa da Usina Termelétrica Piratininga, com dois geradores de 100.000 KW cada um de capacidade máxima, os quais foram instalados no prazo recorde de 27 meses. Sua localização no bairro de Pedreira, Distrito de Santo Amaro, próxima à barragem principal do Reservado Billings e da Estação Elevatória de Pedreira, foi determinada por sua posição privilegiada em relação ao centro de carga e pela facilidade ali existente para a obtenção de água (Canal do Pinheiros), para o arrefecimento dos condensadores e produção de vapor.

As duas unidades que compõem a segunda etapa daquela termelétrica, uma das quais acabou de ser inaugurada, são mais potentes do que as primeiras, porém o seu funcionamento obedece aos mesmos princípios. A potência de cada gerador é de 125.000 KW, trabalhando a 3.600 r.p.m. e tensão de 14.400 volts.

As turbinas trabalharão, com as duas primeiras unidades, com vapor superaquecido sob pressão de 126,5 kg/cm<sup>2</sup>, à temperatura de 538° C. O vapor será produzido em caldeiras, as quais queimarão óleo combustível exclusivamente nacional produzido na Refinaria Artur Bernardes. Esse



óleo será transportado até o local da usina através de um ramal do oleoduto de 12,5 km de comprimento, já existente para o suprimento das unidades que ali funcionam desde 1954. Para o armazenamento desse combustível dispõe a usina de quatro tanques, dois dos quais são novos, com capacidade para armazenar 33.000 toneladas e ambos são suficientes para garantir às novas unidades suprimento para 38 dias.

Esse sistema elétrico supre extensa área do Estado, onde se incluem a Capital paulista e vários municípios do interior de grande capacidade produtora, tais como os que compõem o ABC, Sorocaba, Jundiaí, os do Vale do Paraíba e tantos outros, os quais formam o maior parque manufatureiro da América Latina, onde são obtidos 80% da produção industrial total do Estado. E esse crescimento prossegue ininterrupto. Ainda, recentemente, o Relatório dessa empresa, relativo ao ano de 1959, mostrava que algumas indústrias aumentaram o seu consumo de energia, em apenas um ano, de maneira extraordinária. Destacamos, por exemplo, a indústria automobilística, cujo consumo aumentou de 56%; óleos lubrificantes, 54%; produtos químicos, 26%, equipamentos elétricos, 17% e assim por diante.

É de se assinalar, também, que nos últimos 5 anos cerca de 200 novas indústrias com carga superior a 500 CV foram ligadas aos sistema da "São Paulo Light", totalizando perto de 500.000 CV.

O valor da produção industrial na região cresceu, no mesmo período, de 222 bilhões de cruzeiros para mais 500 bilhões.

Em virtude desse ritmo de crescimento, o que se verifica é que a demanda máxima na região tem aumentado cerca de 10% anuais. Assim, tendo em vista que a demanda atual é aproximadamente de 1.200.000 KW, a potência de cada um dos novos geradores instalados na Usina Piratininga será absorvida em menos de um ano. Com a ampliação da Usina Piratininga e a complementação da Usina Subterrânea de Cubatão a capacidade do sistema da "São Paulo Light" atingirá o expressivo número de 1.400.000 KW. Apesar disso, já em 1962, novas fontes terão que ser utilizadas para propiciar a continuidade desse desenvolvimento.

---

## NOSSO BANCO

CAIXA POSTAL — B.  
LONDRINA — PARANÁ





# ASSUNTOS DIVERSOS

## POSSIBILIDADES DE INTERCÂMBIO ENTRE O BRASIL E O MUNDO AFRO-ASIÁTICO

ALCIO CHAGAS NOGUEIRA

As atenções e interêsse demonstrados pelos componentes dos dois blocos antagônicos do mundo de hoje, notadamente por parte dos países líderes, com relação às jovens nações afro-asiáticas, servem como uma espécie de aviso para que o Brasil intensifique gradativa e oportunamente as medidas destinadas a explorar e consolidar suas oportunidades comerciais junto às mesmas.

É evidente que de início, salvo uma ou outra exceção, os resultados serão relativamente escassos, para não dizer desanimadores. Quer na Ásia, quer na África, não será muito o que o Brasil, a um primeiro contacto poderá comprar, visto que são regiões predominantemente subtropicais e equatoriais, de produções primárias semelhantes às da América Latina.

Convém, entretanto, ter-se em vista, a esse respeito que, mesmo em se tratando de produtos idênticos aos do Brasil e restantes países dêste Continente, o fato de que a renda *per-capita* das nações afro-asiáticas é muito baixa, ou melhor, de que os salários naqueles continentes são bem inferiores aos pagos na América Latina, faz com que seja possível a aqui-



sição de matérias-primas que, em nossos mercados seria obtida a custos mais elevados. Esse é um aspecto importante a ser considerado pela indústria nacional que, como se sabe, já luta com a escassez de suprimentos e com os elevados preços dos mesmos.

Outro óbice que convém não ser olvidado é, indiscutivelmente, aquele representado pelas distâncias entre os portos brasileiros e, principalmente, os asiáticos. Esse problema juntamente com aqueles relativos às linhas de navegação e os fretes, exigirá cuidados e planejamento especiais a fim de ser solucionado.

Neste momento é oportuno indagar-se: — O que tem sido feito e o que falta fazer no sentido de uma penetração brasileira na Ásia e na África e que possa tornar-se mais agressiva?

Seria injusto ignorar-se ou esconder-se o que o Brasil já tem realizado, desde a segunda guerra mundial para a consumação de tal objetivo. Já estão os acordos assinados e renovados com alguns países da região em foco; já estão estudos e documentação de diversas procedências, notadamente de nossa Delegação junto à ONU, avolumando-se no Itamarati onde uma nova geração de diplomatas vem demonstrando atenção crescente, sadia e objetiva acerca do assunto; já estão, finalmente, experiências, quer do Governo, quer de particulares. Entre essas últimas eleva salientar-se aquela tentada com a Indonésia, país ao qual nossos exportadores já venderam, encontrando animadora receptividade, produtos farmacêuticos, tecidos, máquinas de costura e, por incrível que pareça, até mesmo arroz. Tudo isso bem demonstra o quanto já se tem feito sobre a matéria.

Mas, é evidente que muito mais resta a fazer e a oportunidade é justamente a atual. Com efeito, considerando-se, por exemplo, a África, é sabido que as condições para a penetração política e comercial do Brasil são as mais favoráveis, pois as nações independentes do continente negro, agora que experimentam seus primeiros passos por conta própria, estão com os olhos, mais que nunca, voltados para o nosso país, cuja experiência no que diz respeito à integração de diversas raças e semelhança quanto ao clima e lavoura, atraem quer sua atenção, quer sua simpatia.

Olhando-se para a Ásia, ressalta — para não se falar nas possibilidades comerciais com a Rússia e na pujança do Japão de hoje — a conjuntura atual da Índia, país dos mais populosos e em luta com graves problemas sociais e econômicos para atingir a senda do desenvolvimento. Ali, os relatórios especializados indicam que o fluxo do capital estrangeiro nos próximos anos será mais volumoso do que nunca. Nos últimos dez



anos foram notáveis as atividades da Índia no que diz respeito à grande tarefa de acelerar o ritmo do seu desenvolvimento. Por todo o país, muitos observadores têm testemunhado, sinais de mudanças e a população vem sendo compelida a adaptar-se às mesmas.

Tais sinais indicam com segurança que, no subcontinente indiano, as empresas privadas, não só as locais como as estrangeiras, terão em futuro não muito distante, amplas margens de crescimento, lucro e sucesso. Haverá oportunidade para todos e o Brasil delas não poderá negligenciar.

Todos esses aspectos, embora apresentados em ligeiras pinceladas mal suficientes para oferecer idéia pálida da realidade, demonstram o quanto se tornam urgentes as medidas do Brasil para se fazer "presente" ativamente no mundo afro-asiático tão cheio de potencialidades tentadoras.





A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras :

### AMÉRICA DO SUL

Argentina :

- Revista Nacional de Aeronáutica — Combustíveis y Energia;
- Boletim del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletim de Combustibles;
- Boletim Mensual de Estadística — Boletim de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales. — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolivia :

- Revista Militar.

Chile :

- Memorial del Ejército de Chile — Revista de Marina.

Colômbia :

- Revista de las Fuerzas Armadas — Armada.

Equador :

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguai :

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletim Naval.

Peru :

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marina — Revista de CIMP.

Uruguai :

- Revista Militar y Naval.

Venezuela :

- Revista de las Fuerzas Armadas — Revista del Ejército, Marina y Aeronáutica.

### AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos :

- Armor-Army Information Digest-Army.

México :

- El Legionário.

### AMÉRICA CENTRAL

Cuba :

- Boletim del Ejército.

### EUROPA

Alemanha Ocidental :

- Ibero Amerikanische Bibliothek.

Bélgica :

- La Revue Maritime Belge

Espanha :

- Guion — Ejército.

França

- Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.

Itália :

- Revista Militaire — Notizzario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

Portugal :

- A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.





Preço do Exemplar  
Cr\$ 30,00

SMG  
IMPRENSA DO EXÉRCITO  
RIO DE JANEIRO — 1961